



estudo

P. PORTO

SERVIÇOS
DE ACÇÃO
SOCIAL

RELATÓRIO
DE GESTÃO
E CONTAS
2016



Índice

NOTA DE ABERTURA	7
INTRODUÇÃO	11
RESUMO EXECUTIVO	13
IDENTIFICAÇÃO	15
RESULTADOS GLOBAIS	23
APOIOS SOCIAIS DIRETOS	24
BOLSAS DE ESTUDO E AUXÍLIOS DE EMERGÊNCIA	24
APOIOS SOCIAIS INDIRETOS	32
ALIMENTAÇÃO	32
APOIOS SOCIAIS INDIRETOS	41
ALOJAMENTO	41
MODERNIZAÇÃO	63
SAÚDE E BEM-ESTAR	67
ORÇAMENTO PARTICIPATIVO	73
VALORIZAÇÃO	75
OUTRAS AÇÕES	77
AS PESSOAS	81
RECURSOS FINANCEIROS	87
FACTOS E NÚMEROS	108
BALANÇO	110
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	112
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	114
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	116

Índice

FIGURA 1 – EVOLUÇÃO DO PROCESSO DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO DOS ESTUDANTES DO P.PORTO.....	26
FIGURA 2 – NÚMERO DE ESTUDANTES/REQUERENTES/BOLSEIROS	28
FIGURA 3- PERCENTAGEM DE REQUERENTES COM BOLSA DE ESTUDO DEFERIDA	28
FIGURA 4 – ANÁLISE RETROSPETIVA DA BOLSA MEDIA	29
FIGURA 5 – CASOS ESPECIAIS E COMPLEMENTOS DE BOLSA	29
FIGURA 6 – N.º DE REQUERIMENTOS REJEITADOS POR MOTIVO DE INDEFERIMENTO, NOS TERMOS DO RABEEES.....	30
FIGURA 7 – INDEFERIMENTOS POR INCUMPRIMENTO	31
FIGURA 8 – EVOLUÇÃO ANUAL DO NÚMERO DE REFEIÇÕES SERVIDAS NAS UNIDADES ALIMENTARES ENTRE 2010 E 2016	34
FIGURA 9 – EVOLUÇÃO DO TOTAL DE REFEIÇÕES SERVIDAS ENTRE 2010 E 2016	35
FIGURA 10 – EVOLUÇÃO DAS REFEIÇÕES SERVIDAS, POR UNIDADE ALIMENTAR, ENTRE 2010 E 2016	35
FIGURA 11- REFEIÇÕES SERVIDAS EM 2016, POR MÊS, POR UNIDADE ALIMENTAR.....	36
FIGURA 12 – RESULTADOS DAS INSPEÇÕES HIGIO-SANITÁRIAS À PRODUÇÃO, POR UNIDADE ALIMENTAR	36
FIGURA 13 – RESULTADOS DAS GLOBAIS MÉDIOS DAS AÇÕES DE VERIFICAÇÃO DAS UNIDADES ALIMENTARES.....	37
FIGURA 14 – NÚMERO DE CANDIDATURAS VS COLOCAÇÕES (DATA DE REFERÊNCIA 31.12.2016)	45
FIGURA 15 – EVOLUÇÃO DA TAXA DE OCUPAÇÃO DAS RESIDÊNCIAS DE ESTUDANTES DE 2011 A 2016 (DATA DE REFERÊNCIA 31.12.2016)	46
FIGURA 16 – DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE ESTUDANTES NAS RESIDÊNCIAS POR CONDIÇÃO, DE 2011 A 2016 (B – BOLSEIRO NB – NÃO BOLSEIRO).....	47
FIGURA 17 – DISTRIBUIÇÃO DA % DE ESTUDANTES NAS RESIDÊNCIAS POR CONDIÇÃO, DE 2011 A 2016 (B – BOLSEIRO NB – NÃO BOLSEIRO)	47
FIGURA 18- ORIGEM GEOGRÁFICA DOS RESIDENTES.....	48
FIGURA 19- ORIGEM GEOGRÁFICA DOS RESIDENTES	49
ILUSTRAÇÃO 1 – PLANTAS DO PROJETO DE ARQUITETURA DA RESIDÊNCIA COELHO NETO	50

ILUSTRAÇÃO 2 – ALÇADO PRINCIPAL E DE TARDOZ DO PROJETO DE ARQUITETURA DA RESIDÊNCIA COELHO NETO	50
ILUSTRAÇÃO 3 – ESQUIÇO SOBRE PLANTA DO PISO 1 DA RESIDÊNCIA GONÇALVES E SOUSA – COZINHA E SALA DE CONVÍVIO/ESTAR.....	51
ILUSTRAÇÃO 4 – ESQUIÇO SOBRE PLANTA DO EXTERIOR DA RESIDÊNCIA PARADA LEITÃO	52
ILUSTRAÇÃO 5 – ESQUIÇO DE UM CONJUNTO DE DOIS QUARTOS COM WC NA RESIDÊNCIA PARADA LEITÃO.....	53
ILUSTRAÇÃO 6 – ESQUIÇO DAS COZINHAS DO PISO 2 E PISO 3, 4 E 5 DA RESIDÊNCIA PARADA LEITÃO	53
ILUSTRAÇÃO 7 – ESQUIÇOS SOBRE PLANTAS DOS PISOS 1 (COZINHA E SALA DE ESTAR) E 2 (QUARTOS) DA RESIDÊNCIA GONÇALVES E SOUSA.....	54
ILUSTRAÇÃO 8 – ESQUIÇOS SOBRE PLANTAS DOS PISOS 1 (COZINHA), 2 (SALA DE ESTAR) E 3 (QUARTO) DA RESIDÊNCIA BENTO CARQUEJA	55
ILUSTRAÇÃO 9 – ESQUIÇO SOBRE PLANTA DO PISO 2 DA RESIDÊNCIA JOSÉ RÉGIO	56
ILUSTRAÇÃO 10 – ESQUIÇO SOBRE PLANTA DO PISO 2 DA RESIDÊNCIA DA AZENHA (NOVA PORTARIA E APARTAMENTO).....	57
ILUSTRAÇÃO 11 – PLANTA GERAL DA RESIDÊNCIA DE ESTUDANTES GIL VICENTE	60
ILUSTRAÇÃO 12 – ALÇADO FRONTAL DO EDIFÍCIO DA RUA	60
ILUSTRAÇÃO 13 – ALÇADO FRONTAL DO EDIFÍCIO DO JARDIM	60
ILUSTRAÇÃO 14 – VISTA ESQUEMÁTICA DO TERRENO DA <i>ILHA</i>	61
FIGURA 20 – RECURSOS HUMANOS A 31-12-2016	82
FIGURA 21 – EFETIVOS POR GRUPO PROFISSIONAL E GÉNERO A 31-12-2016.....	82
FIGURA 22 – EFETIVOS POR ESCALÃO ETÁRIO A 31-12-2015	83
FIGURA 23 – EFETIVOS POR HABILITAÇÃO LITERÁRIA A 31-12-2016	83
FIGURA 24 – MODALIDADE DE HORÁRIO DE TRABALHO A 31-12-2016	84
FIGURA 25– EVOLUÇÃO DA DESPESA COM PESSOAL NO PERÍODO DE 2010–2016.....	85
FIGURA 26 – RECEBIMENTOS COBRADA POR FONTE DE FINANCIAMENTO	90
FIGURA 27– EVOLUÇÃO DA RECEITA POR FONTE DE FINANCIAMENTO.....	91
FIGURA 28 – EVOLUÇÃO DOS RECEBIMENTOS POR FONTE DE FINANCIAMENTO.....	91
FIGURA 29 – RECEBIMENTOS POR FONTE DE FINANCIAMENTO 2014–2015	92
FIGURA 30 – RECEBIMENTOS NA GERÊNCIA POR FONTE DE FINANCIAMENTO E CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	93
FIGURA 31 – EVOLUÇÃO DA RECEITA PRÓPRIA DOS SAS	93

FIGURA 32 – DESPESA PAGA POR FONTE DE FINANCIAMENTO	94
FIGURA 33 – EVOLUÇÃO DA DESPESA PAGA	95
FIGURA 34 – EVOLUÇÃO DA TIPOLOGIA DA DESPESA PAGA	95
FIGURA 35 – COMPARAÇÃO DE DESPESA PAGA 2015-2014	96
FIGURA 36 – DESPESAS POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	97
FIGURA 37 – DESPESAS POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	97
FIGURA38 – EVOLUÇÃO DA DESPESA COM PESSOAL	98
FIGURA39 – RECEITA VS DESPESA EM 2016	98
FIGURA 40 – COMPARAÇÃO DOS RECEBIMENTOS E PAGAMENTOS NA GERÊNCIA.....	99
FIGURA 41 – CARATERIZAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO	101
FIGURA42 – CARATERIZAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO	102
FIGURA 43 – CARATERIZAÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO.....	102
FIGURA 44 – CARATERIZAÇÃO RELATIVA DOS FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	103
FIGURA 45- EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DE PROVEITOS E GANHOS	104
FIGURA 46 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DE PROVEITOS E GANHOS	104
FIGURA 47 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DE CUSTOS E PERDAS	105
FIGURA 48 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DE CUSTOS E PERDAS.....	106
FIGURA 49 – EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS	107
FIGURA 50 – EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS	107

1.

***No
ta
de
Ab
ert
ur
a***

2016, foi assim...

O ano de 2016 foi caracterizado por dias intensos na procura constante do melhor bem-estar do estudante do P.PORTO. O iniciar em pleno de um projeto desta natureza e com dimensão que o mesmo deve significar em cada um, desafia-nos a conhecer, a partilhar, a dialogar, a ver e ouvir, para depois melhor concretizar cada medida e ação num compromisso comum com todos. A Ação Social funde-se com um dos sentimentos mais profundos que configura uma Comunidade – o sentido de partilha e bem comum, no respeito pelas diferenças individuais.

A concretização do princípio maior da Ação Social, definido pela Senhora Presidente do Politécnico do Porto, Prof. Doutora Rosário Gambôa, empele-nos a olhar a realidade em múltiplas dimensões e nas mesmas tentar encontrar a melhor solução para cada uma e estar, sempre, presente.

Neste desafio constante, no ano de 2016, foi possível abrir um novo olhar sobre algumas dimensões da Ação Social, criar espaço a novos desafios e manter a ação regular e programática de outras.

No âmbito da ação regular salienta-se a apreciação e aprovação das candidaturas a bolsa de estudo. O aumento do número de candidaturas foi, uma vez mais, uma realidade. Em 2016 atingimos o maior número de candidaturas, no limiar das sete mil candidaturas, e o maior número de estudantes bolseiros, cerca de 5200. No período de dois anos (desde 2014/2015) tivemos mais 1050 candidaturas e 886 estudantes bolseiros. Esta realidade traduz, por um lado, o volume de trabalho existente, mas apela, também, à necessidade em estarmos atentos às diversas realidades do nosso estudante.

Na ação programática cumpre ainda destacar o ano de 2016 como o ano em que tivemos o maior número de refeições servidas nas unidades dos SAS (no limiar das 250 mil), bem como o ano em que tivemos o maior número de estudantes alojados nas nossas residências, superando todos os anos anteriores.

As três dimensões anteriores demonstram o trabalho realizado na nossa ação programática mais profunda e de base, como testemunho da abrangência e compromisso Social do projeto que nos vincula.

No âmbito da expansão das nossas preocupações e cuidado – um novo olhar – em 2016 encetamos algumas ações de base sobre novas realidades.

Foi, assim, possível, no verão de 2016, incorporar um novo conceito na área do alojamento, centrado no bem-estar do estudante e a sua integração no espaço de residência dos SAS. O novo conceito que nos orientou visava alear a funcionalidade de cada quarto com um espaço de

cozinha moderno e próprio para cada estudante, aumentar o espaço de estudo e, ainda, de um modo muito particular e até inovador, incorporar um espaço de fitness,

Malgrado o foco da nossa ação ter sempre sido o bem-estar dos estudantes, a reestruturação realizada permitiu, ainda, aumentar a capacidade de alojamento na cidade do Porto (4%). Não diminuímos o conforto, mas definimos critérios gerais, designadamente a tipologia de quarto em função da sua área, e devolvemos espaços com uso menos eficiente a espaços de alojamento para os nossos estudantes. E, pela primeira vez, foi definido um preço de alojamento que, independentemente do quarto atribuído, não agrava a condição social do estudante.

A dimensão cultural e histórica que fazem a memória de uma instituição, não foram esquecidas. A reabertura das Residências intervencionadas, foi acompanhada com uma homenagem a personalidades relevantes da nossa história. Foi-lhes, assim, atribuído o nome de José Parada Leitão (1.º diretor do Instituto Industrial do Porto – Escola fundadora do ISEP), Gustavo Gonçalves e Sousa (1.º diretor do Instituto Comercial do Porto – Escola fundadora do ISCAP) e Bento Carqueja (personalidade relevante do Magistério Primário – Escola precursora da ESE). Dignificar a história de mais de 160 anos das Escolas do Politécnico do Porto foi um ato simbólico que, em si mesmo, prestigia um valor importante da vida da Ação Social – o reconhecimento: o reconhecimento do início da nossa viagem, da viagem do P.PORTO.

Neste processo de melhoria não esquecemos o iniciar do processo de requalificação da Residência na Rua de Coelho Neto que, aliada a uma reestruturação do programa da Residência de D. João IV, permitirá aumentar a capacidade de alojamento de 33 para 40 pessoas.

Um olhar renovado sobre a alimentação foi uma outra aposta no ano de 2016. Começamos, neste período, por trabalhar a área da oferta alimentar, num projeto mais amplo e que envolve quatro dimensões estruturantes que será concretizado, em pleno, no ano de 2017.

A oferta alimentar foi trabalhada para que fosse encontrada uma resposta mais saudável, mais equilibrada, com produtos diferenciadores, com uma nova apresentação e imagem junto da Comunidade. Os SAS foram capazes de agregar uma equipa especializada em restauração coletiva, fazer benchmarking nacional e internacional e construir manuais de referência para toda a área de alimentação. Também em 2016 conseguimos iniciar um teste piloto na nova Cafeteria da Escola Superior de Saúde.

Porque desejamos mais e melhores oportunidades, porque queremos renovar continuamente o compromisso com o estudante, apresentamos uma candidatura ao Portugal2020, num valor superior a 600 mil euros, que permitirá mudar o paradigma de comunicação e relação entre os SAS e o estudante. Trata-se de um projeto fundamental, cuja aprovação representará, do ponto de vista financeiro, 70% da receita de Orçamento de Estado e 50% de toda a receita dos SAS

(excluindo as transferências do P.PORTO). Será o maior financiamento comunitário que os SAS conseguirão, autonomamente, nos últimos 10 anos.

Mas foram tantas outras as ações iniciadas. Destas salientamos três: a iniciativa do Orçamento Participativo da Ação Social – opAS, uma novidade no ensino superior que resulta do reforço da participação dos estudantes nos processos de decisão e gestão de recursos; a realização de Rastreamentos de Saúde e Bem-Estar em todas as Escolas; e a parceria com a FAP no âmbito do Pólo Zero, de forma a permitir iniciar um projeto de valorização do conhecimento centrado no Diplomado do P.PORTO.

E porque o caminho feito se deve, na sua essência, à rede de agentes e ao trabalho conjunto importa evidenciar o debate e definição de políticas realizadas no Conselho de Ação Social, o diálogo próximo das Associações de Estudantes, da Federação Académica do Porto e da Federação Nacional das Associações de Estudantes do Ensino Superior Politécnico – agentes ativos que apoiaram a reflexão e ação, e a proximidade que, em cada passo, tentamos ter com todos os estudantes.

Neste caminho, importa, ainda, uma palavra de agradecimento às pessoas que concretizam o dia-a-dia dos SAS: uma estrutura pequena, partilhada em algumas áreas com os Serviços da Presidência.

Por último, uma especial palavra de gratidão à Senhora Presidente do Politécnico do Porto, Prof. Doutora Rosário Gambôa, pela sua liderança, presença e pelo seu apoio incondicional. Obrigado.

Projetamos o futuro em cada dia, projetamos o futuro no presente, conhecendo a nossa história, mas sobretudo estando sempre perto.

Uma breve mensagem que traduz o sentimento.

Paulo Ferraz

ADMINISTRADOR DOS SAS

2.

In tr od uç ão

O presente relatório, assim como as contas que lhe estão anexas, relativo ao **exercício de 2016** dos Serviços de Acção Social do Politécnico do Porto (SAS do P.PORTO) foi elaborado nos termos da legislação aplicável aos organismos dotados de autonomia administrativa e financeira e das normas do POC Educação, destinando-se à prestação de contas perante os órgãos de governo do P.PORTO e consequente consolidação de contas do respetivo Grupo Público, bem como, nos termos da Lei, ao Tribunal de Contas, Ministérios da Tutela e ao Ministério das Finanças.

Os SAS do P.PORTO constituem-se assim como um serviço do Politécnico do Porto dotado de autonomia administrativa e financeira, mas integrante do universo do respetivo grupo público, articulando as orientações estratégicas definidas pelos órgãos próprios do P.PORTO e a política de ação social da responsabilidade do Governo.

As demonstrações financeiras, bem como os demais documentos de prestação de contas, incluindo o presente relatório, foram elaborados sob a responsabilidade do Administrador, nos termos previstos na alínea i) do n.º 2 do artigo 18.º do Regulamento Orgânico dos SAS do P.PORTO, aprovado por Deliberação n.º 1386/2010, do Conselho Geral do P.PORTO, e publicado na 2.ª série do Diário da República, n.º 152, de 06 de Agosto, e aprovados pelo Conselho de Gestão do P.PORTO, nos termos previstos na alínea b) do n.º 1 do artigo 16.º do mesmo Regulamento.

O Relatório de Atividades e Contas, relativo ao ano de 2016, procura demonstrar não só as atividades dos serviços, mas também a sua organização, financiamento e custos, integrando-os relacionalmente com os anos anteriores.

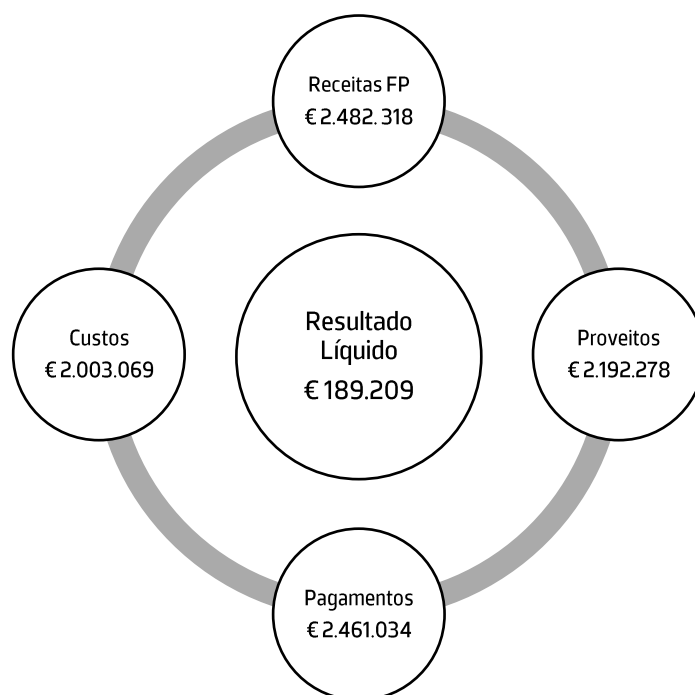
3.

***Re
su
m
o
Ex
ec
uti
vo***

Os SAS do P.PORTO presta contas nos termos previstos no POC-E, aprovado pela Portaria n.º 794/2000, de 20 de Setembro, conjugado com as Instruções do Tribunal de Contas (Instrução n.º 1/2004, de 22 de Janeiro, publicada na II Série do Diário da República, N.º 38, de 14 de Fevereiro de 2004).

A situação financeira dos SAS encontra-se apresentada nas demonstrações financeiras do exercício de 2015, importando realçar os seguintes aspetos:

- O total de Receitas de Fundos Próprios foi de 2.482.318 euros que contribuíram para um Total de Receitas do Exercício, após integração de saldos, de 5.754.099 euros;
- Os Pagamentos do exercício foram de 2.461.034 euros;
- O Saldo Inicial da Gerência foi de 3.080.457 euros e o Saldo Final da Gerência de 3.101.741 euros.
- O Total dos Custos do exercício ascendeu a 2.003.069 euros;
- O Total dos Proveitos exercício foi de 2.192.278 euros;
- O Resultado Líquido do exercício foi positivo na exata quantia de 189.209 euros;



4.

*Id
en
tif
ic
aç
ão*

Missão

Constitui **missão** dos SAS do P.PORTO executar as políticas de ação social escolar, definidas pelo Governo e pelos órgãos próprios do P.PORTO, tendo como objetivo garantir condições de equidade no acesso ao ensino superior, especialmente os estudantes mais carenciados, bem como a prestação aos estudantes de serviços de qualidade que contribuam para o seu sucesso escolar.

Visão

Os SAS do P.PORTO pretendem ser uma organização inovadora, com o foco nos interesses dos estudantes, potenciando a unidade de objetivos das políticas de ação social no âmbito do Politécnico do Porto.

Princípios

Princípio da atenção centrada no estudante – os SAS do P.PORTO estão ao serviço dos estudantes, especialmente os mais carenciados, pelo que devem compreender as suas necessidades atuais e futuras, cumprir os seus requisitos de qualidade e esforçarem-se por exceder as suas expectativas.

Princípio da transparência – como garantia preventiva da imparcialidade, os SAS do P.PORTO atuam de forma a garantir objetividade e isenção, que deve sustentar o sentimento de confiança recíproca entre estes serviços e os estudantes.

Princípio da boa-fé – os SAS do P.PORTO e os estudantes agem e relacionam-se segundo regras de boa-fé, para que em ambos se enraíze a confiança indispensável a um saudável relacionamento.

Princípio da proporcionalidade – entendido como o direito reconhecido a cada estudante de beneficiar de apoio adequado à sua situação concreta.

Princípio da informação e da qualidade – os SAS do P.PORTO devem prestar informações e/ou esclarecimentos de forma clara, simples, cortês e rápida.

Princípio da responsabilização do estudante – que aponta para a assunção pelo estudante das consequências da sua ação, expressa ou implícita, pelos seus atos.

Princípio da melhoria contínua – a melhoria contínua do desempenho da sua missão é um objetivo permanente dos SAS do P.PORTO.

Atribuições

No âmbito do sistema de ação social escolar os SAS do P.PORTO concedem apoios sociais diretos e indiretos.

São modalidades de apoio social direto:

- a) Bolsas de estudo;
- b) Auxílios de emergência.

São modalidades de apoio social indireto:

- a) Acesso à alimentação e ao alojamento;
- b) Acesso a serviços de saúde, psicologia e aconselhamento social;
- d) Apoio bibliográfico e material escolar;
- e) Acesso a outros apoios educativos.

Os SAS do P.PORTO poderão ainda implementar outras modalidades de apoio social, com vista à efetiva aplicação de políticas sociais ativas, designadamente:

- a) Atribuição de bolsas de mérito a estudantes com aproveitamento escolar excecional;
- b) Concessão de apoios a estudantes com necessidades especiais, nomeadamente aos portadores de deficiência;
- c) Concretização de um sistema de empréstimos para utilização dos estudantes.

Os SAS do P.PORTO, no âmbito da sua missão, contribuirão para a criação de condições necessárias à frequência do ensino superior por trabalhadores-estudantes

Valores

Equidade – adaptação das regras existentes a situações concretas, observando critérios de justiça e igualdade.

Integridade – Alinhar a prática com valores fundamentais e os princípios éticos institucionais.

Solidariedade ativa – Investir na preocupação com o bem-estar dos outros e da humanidade.

Inclusão – Promover um ambiente onde todos se sintam bem-vindos, aceites e respeitados.

Dedicação – Demonstrar o compromisso excecional de trabalho de qualidade e liderança com os nossos estudantes.

Colaboração – Partilhar de forma ativa os nossos talentos, competências, habilidades, recursos e tempo, de forma que se reverta num impacto positivo e diferenciador para o aluno.

Recetividade – Antecipar e responder às necessidades daqueles a quem servimos.

Inovação – Conduzir, através de soluções criativas e progressistas, o desenvolvimento da nossa missão na área da ação social.

Enquadramento Legal

Os Serviços de Ação Social do Politécnico do Porto são uma pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia administrativa e financeira, nos termos dos art.º 41.º e 42.º dos respetivos Estatutos, homologados pelo Despacho normativo n.º 5/2009, publicado no Diário da República, II Série, n.º 22, de 2 de fevereiro de 2009.

Os SAS do P.PORTO consolidam as suas contas com o P.PORTO e estão sujeitos à fiscalização exercida pelo fiscal único, à jurisdição do Tribunal de Contas e estão sujeitas aos poderes de fiscalização do estado através dos Ministérios da Tutela e das Finanças.

Órgãos e Estrutura Organizacional

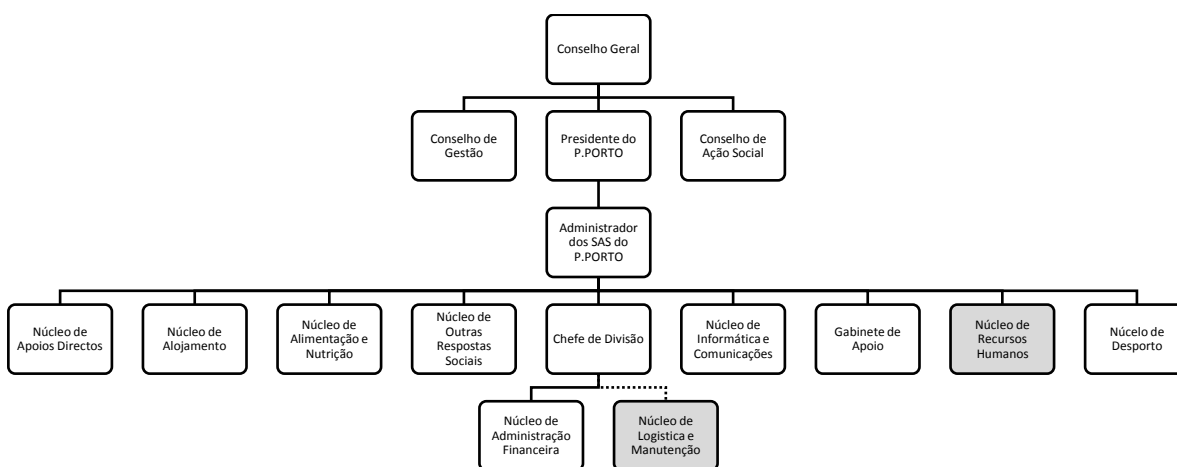
A estrutura orgânica dos SAS do P.PORTO encontra-se definida no Regulamento Orgânico aprovado por Deliberação Conselho Geral n.º 1386/2010, de 07/06, publicado no DR, II série, n.º 152, de 06/08.

O governo dos Serviços de Acção Social do P.PORTO é exercido pelos seguintes órgãos:

- a) O Conselho geral;
- b) O Presidente;
- c) O Conselho de Gestão.

São órgãos dos SAS do P.PORTO:

- a) O Conselho de Acção Social;
- b) O Administrador.



Órgão	Composição	Cargo	Membro
Presidente do P.PORTO			Rosário Gambôa
Conselho de Gestão	Presidente do P.PORTO	Presidente	Rosário Gambôa
	Vice-Presidente do P.PORTO	Vogal	Carlos Ramos
	Vice-Presidente do P.PORTO	Vogal	Delminda Lopes
	Vice-Presidente do P.PORTO	Vogal	Luís Lima
	Administrador do P.PORTO	Vogal	Paulo Ferraz
Conselho de Ação Social	Presidente do P.PORTO	Presidente	Rosário Gambôa
	Administrador dos SAS	Vogal	Paulo Ferraz
	Representante dos Estudantes	Vogal	José Diogo Pimentel
	Representante dos Estudantes	Vogal	Rui Filipe Soares / Bianca Silva ⁽¹⁾
Administrador dos SAS do P.PORTO			Paulo Ferraz

⁽¹⁾ O estudante Rui Filipe Soares foi substituído pela estudante Bianca Silva, em consequência do término do mandato do primeiro.

No ano de 2016 consolidou-se a alteração à estrutura orgânica dos SAS, resultante da definição de um novo modelo consagrado nos princípios dos Estatutos do Politécnico do Porto e do Regulamento Orgânico dos Serviços de Acção Social.

O Plano Estratégico 2014–2018 estabelece como objetivo do Politécnico do Porto incrementar os níveis de eficiência de gestão mediante a criação de serviços partilhados e a valorização de competências existentes no P.PORTO, pelo que nos termos do Despacho IPP/P-026/2012, de 27 de março, foi definida a criação de uma estrutura de funcionamento partilhada entre os Serviços da Presidência e os Serviços de Ação Social.

Com base neste princípio a Vice-Presidente do Politécnico do Porto com competências delegadas na área da gestão académica, ação social e apoio ao estudante assumiu a gestão direta do Núcleo de Apoios Directos e o Administrador do Politécnico do Porto acumula a administração da Ação Social assumindo a gestão direta de todos os restantes núcleos.

Núcleo de Apoios Diretos (NAD)

O NAD desenvolve a sua atividade nas seguintes áreas:

- a) Gestão de processos de candidatura a bolsas de estudo e outros apoios diretos;
- b) Análise técnica das candidaturas a bolsa de estudo, proposta de decisão e pagamentos;
- c) Gesto da informação e histórico de candidaturas;
- d) Tratamento estatístico de dados e informação a prestar a entidades tutelares ou externas;
- e) Estudo e proposta de outras respostas sociais na área de apoios diretos, nomeadamente a estudantes portadores de deficiência.

Núcleo de Alojamento (NAL)

O NAL desenvolve a sua atividade nas seguintes áreas:

- a) Gestão do parque de residências de estudantes, incluindo os serviços prestados aos estudantes residentes;
- b) Gestão de candidaturas e colocações;
- c) Gestão de cobranças.
- d) Apoio aos estudantes residentes e estudo de propostas de melhoria e diversificação de serviços ao aluno.

Núcleo de Alimentação e Nutrição (NAN)

O NAN desenvolve a sua atividade nas áreas de:

- a) Gestão física de cantinas e bares, incluindo instalações e equipamentos;
- b) Gestão de contratos de fornecimento de refeições, de exploração de bares ou colocação de bares automáticos;
- c) Gestão de acessos e sistema de pagamento de refeições pelos utentes;
- d) Gestão de serviços especiais;
- e) Controlo da qualidade do serviço prestado em matéria nutricional e de segurança alimentar;
- a) Desenvolvimento de estudos de satisfação de melhoria e diversificação de serviços alimentares.

Núcleo de Outras Respostas Sociais (NORS)

Compete nomeadamente ao NORS:

- a) Proporcionar o acesso dos estudantes a serviços de saúde, apoio psicológico ou psico-pedagógico;
- b) Desenvolver iniciativas de promoção cultural, de integração dos estudantes e formação humana complementar, nomeadamente ao nível da cidadania;

- c) Estudar e propor medidas do apoio a estudantes com necessidades especiais, designadamente os portadores de deficiência;
- d) Assegurar a gestão de projetos de voluntariado social;
- e) Estudar o desenvolvimento de outras respostas sociais no interesse da formação integral do estudante, Do sucesso educativo e da preparação para a vida ativa;
- f) Promover ou colaborar em iniciativas com vista à empregabilidade dos estudantes.

Núcleo de Administração Financeira (NAF)

O NAF compreende as seguintes áreas:

- a) Gestão orçamental;
- b) Contabilidade e prestação de contas;
- c) Tesouraria;
- d) Processamento de remunerações e outros abonos ao pessoal;
- e) Assuntos fiscais, de segurança social e afins.

Núcleo de Logística e Manutenção (NLM)

O NLM compreende as seguintes áreas:

- a) Aprovisionamento e contratação pública;
- b) Gestão e manutenção de equipamentos;
- c) Conservação do património edificado;
- d) Segurança das instalações;
- e) Gestão de obras de conservação ou construção.

As atividades identificadas nas alíneas b) a e) são asseguradas integralmente pela Divisão Edificado, Ambiente e Segurança dos Serviços da Presidência.

Núcleo de Informática e Comunicações (NIC)

O NIC compreende nomeadamente as seguintes áreas:

- a) Gestão e operacionalização da rede de dados e comunicações;
- b) Gestão e manutenção do parque informático;
- c) Apoio aos sistemas de informação
- d) Estudo e propostas de medidas de desenvolvimento e integração de aplicações;
- e) Gestão da página dos SAS DO P.PORTO na internet.

Núcleo de Desporto (NDE)

Ao NDE compete nomeadamente:

- a) Assegurar a gestão dos espaços desportivos;
- b) Dinamizar a actividade desportiva no âmbito do P.PORTO, em cooperação com os grupos desportivos, as associações de estudantes e outros agentes desportivos;
- c) Apoiar o desporto de competição por equipas constituídas no âmbito do P.PORTO.

O Núcleo de Desporto encontra-se sob gestão do Centro Desportivo do P.PORTO

Núcleo de Recursos Humanos:

O NRH compreende nomeadamente as seguintes áreas:

- a) Gestão de procedimentos concursais;
- b) Contratação de pessoal;
- c) Horários, férias, faltas e licenças;
- d) Cadastro e certificação de dados;
- e) Planeamento da formação profissional.

As atividades desenvolvidas nesta área são asseguradas integralmente pela Divisão de Recursos Humanos dos Serviços da Presidência.

A partilha existente ao nível do Edificado e Recursos Humanos decorre da integração das áreas comuns dos SAS do P.PORTO com os Serviços da Presidência, tal como decorre do disposto no n.º 3 do artigo 20.º do Regulamento Orgânico dos SAS do Politécnico do Porto, e foi previsto no Despacho IPP/P-026/2012, de 27 de março de 2012.

5.

***Re
sul
ta
do
s
Gl
ob
ais***

APOIOS SOCIAIS DIRETOS

**BOLSAS DE ESTUDO E AUXÍLIOS DE
EMERGÊNCIA**

*promover uma
efetiva igualdade
de oportunidades
no sucesso
escolar*

A Lei n.º 37/2003 de 22 de agosto prevê, no âmbito do sistema de ação social, que o Estado conceda aos estudantes economicamente carenciados apoios diretos, designadamente bolsas de estudo e auxílios de emergência, suportados integralmente pelo Estado a fundo perdido, que contribuem para custear os encargos com a frequência de um curso ou com a realização de um estágio profissional de caráter obrigatório.

A ação social é uma das garantias para a concretização do direito à educação. Em contexto de ensino superior esta tem por objetivo proporcionar aos estudantes melhores condições de estudo mediante a concessão de, entre outros, apoios financeiros.

Estes apoios visam proporcionar aos estudantes inseridos em contextos económicos mais desfavorecidos condições financeiras para poderem concluir, com sucesso escolar, a sua formação académica.

Compete ao Serviços de Ação Social implementar essa política de ação social direta, através da atribuição de bolsas de estudo e auxílios de emergência.

No quadro dessa política, os SAS assumem o compromisso da melhoria contínua no processo de atribuição de bolsas de estudo visando o aumento da justiça, da rapidez e da eficiência do sistema de ação social direta. Para este fim, assinala-se, entre outras medidas, o planeamento das ações e procedimentos internos inerentes à atribuição de uma bolsa de estudo. Anualmente é previamente definido um conjunto de procedimentos de análise dos requerimentos de atribuição de bolsa de estudo, que conta com os contributos da equipa técnica de bolsas de estudo.

Este planeamento dos procedimentos internos visa, sobretudo, agilizar o processo de análise dos requerimentos de atribuição de bolsas de estudo, reduzindo o tempo médio de resposta das decisões, assim como uniformizar os critérios de análise de forma a garantir maior justiça e equidade nas propostas de decisão da equipa técnica.

No ano de 2016 foi possível manter a política definida para a área, designadamente no que se refere ao conjunto de regras aprovadas na apreciação do processo de bolsas e plano de auditoria e controlo interno.

Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior

O processo de atribuição de bolsas de estudo, no âmbito do sistema de apoios sociais para a frequência de cursos ministrados em instituições de ensino superior, encontra-se definido no Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior, aprovado por Despacho nº 7031-B/2015, do então Secretário de Estado do Ensino Superior, publicado no Diário de República, 2.ª série – N.º 121 – de 24 de junho de 2015, adiante designado de RABEEES.

O RABEEES está em vigor desde 25 de junho de 2015 incidindo, portanto, no processo de atribuição de bolsa de estudo dos anos letivos 2015–2016 e 2016–2017.

Os SAS dispõem de um *guia de análise técnica de requerimentos*, distribuído a todos os colaboradores do NAD, com o propósito de uniformizar critérios e os inerentes procedimentos de análise, tendo em vista evitar erros e ineficiências na análise bem como reduzir os tempos de decisão.

Apoios sociais diretos em números

Anos letivos	N.º de estudantes	N.º de candidatos iniciais	Nº de bolseiros	Encargos anuais com bolsas	Bolsa média anual (s/complementos)	Candidatos/ Estudantes	Bolseiros/ Candidatos	Variação % dos candidatos
2010–2011	17 121	6 043	3 894	6.560.230,55 €	1.684,70 €	35%	64%	
2011–2012	17 121	5 927	3 298	5.911.734,18 €	1.792,52 €	35%	56%	-1,92%
2012–2013	17 828	5 457	3 501	6.484.872,91 €	1.795,41 €	31%	64%	-7,93%
2013–2014	17 908	5 613	3 937	7.378.963,89 €	1.838,50 €	31%	70%	2,86%
2014–2015	17 638	5 940	4 315	8.302.832,86 €	1.879,58 €	34%	73%	5,83%
2015–2016 ¹	18 134	6 554	4 833	8.382.112,72 €	1.690,86 €	36%	74%	10,34%
2016–2017	18 541	6 999	5 201	9.332.133,05€	1.742,36€	38%	74%	6,79%

Figura 1 – Evolução do processo de atribuição de bolsas de estudo dos estudantes do P.PORTO²

² Fonte de informação e datas de referência:

- Anos letivos 2010–2011 a 2013–2014: Relatório de Gestão de 2013

Da análise do quadro supra, constata-se que cerca de 38% dos alunos matriculados no P. Porto apresentaram requerimento de atribuição de bolsa de estudo, com uma taxa de deferimento de cerca de 74%, representando os alunos bolsheiros 28% dos estudantes matriculados, no ano letivo de 2016–2017.

O número de requerentes a bolsa de estudo, comparativamente aos anos letivos transatos, aumentou, registando-se, até à data, mais 387 requerimento de bolsa de estudo que em 2015–2016 e mais 1049 que em 2014–2015. Refira-se que o prazo para requerer a atribuição de bolsa de estudo estende-se até final de maio podendo, por isso, vir a registar-se um número superior ao observado de requerimentos submetidos, para o ano letivo de 2016–2017.

Os dados referentes ao ano letivo 2013–2014 reportam-se, de acordo com o expresso nesse relatório, a 23–04–2014. Não se conhece a data de referência dos anteriores resultados, no entanto, porque constam em documento público consideram-se igualmente validados servindo, assim, como indicadores da evolução do processo ao longo dos anos.

- Ano letivo 2014–2015: Relatório de Gestão de 2014
A data de referência é, de acordo com o relatório, o mês de abril de 2015.
- Ano letivo 2015–2016, relativamente às variáveis:
 - a) N.º de estudantes do Universo IPP: DSIIIC/014482 – extração de lista estudantes inscritos no SGA, em 18–02–2016
Critério para determinação do número de estudantes do universo IPP: O número considerado abrange apenas os estudantes inscritos em cursos correspondentes aos graus de Licenciatura, Mestrado, os Cursos Técnico Superior Profissional e os Diplomados inscritos em Estágio Profissional.
A listagem original contem o total de 19.043 registos, porém foram desconsiderados os estudantes que, pela especificidade académica, não são enquadráveis no âmbito do regulamento de bolsas de estudo. Assim, foram desconsiderados 634 estudantes, correspondentes a cursos complementares de formação, cursos de especialização pós licenciatura e bacharelato, alunos extraordinários, entre outros. O estudante inscrito em dois cursos foi contabilizado uma vez.
 - b) N.º de requerentes a bolsa de estudo: extração de mapa de atividade do SICABE, designadamente o Mapa Dados de Candidatura (em bruto) em 06.01.2016
 - c) N.º de bolsheiros: extração de mapa de atividade do SICABE, designadamente o Mapa de candidaturas (Divulgação – Regulamento) – Síntese, extraído em 21.01.2016. A data de referência dos dados mencionados é 01-01-2016.
 - d) Encargos anuais com bolsas: Idem c)
Observação: Corresponde à despesa total a realizar até ao final do ano letivo com as bolsas já atribuídas.
 - e) Bolsa base média anual: Idem c)

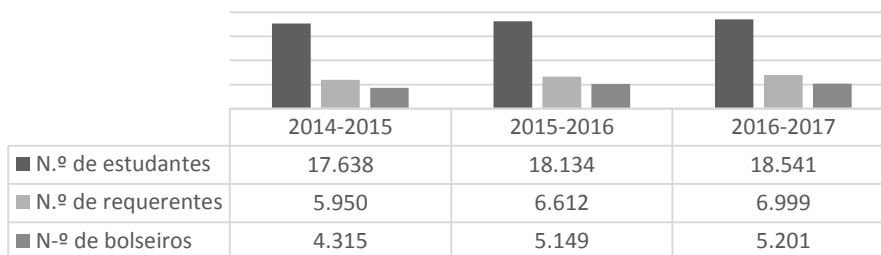


Figura 2 - Número de estudantes/requerentes/bolsiros

No presente ano letivo, 2016-2017, 38/ dos estudantes do P.PORTO apresentaram candidatura a bolsa de estudos (2015-2016 cerca de 36%).

O número de requerentes a bolsa de estudos, comparativamente ao ano letivo transato, aumentou, representando um acréscimo de aproximadamente 6%. Registamos mais 387 requerentes a bolsa de estudos do que no ano letivo anterior.

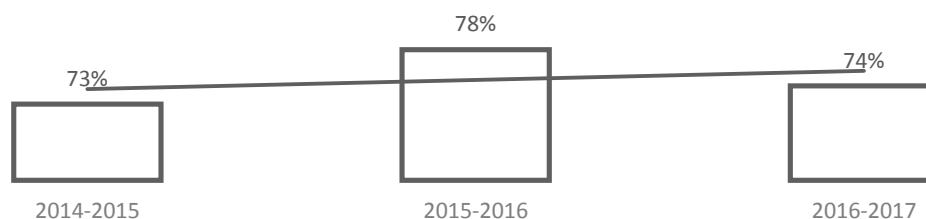


Figura 3- Percentagem de requerentes com bolsa de estudo deferida

No presente ano letivo, 74% dos requerentes a bolsa de estudos estavam, em abril de 2017, a beneficiar de apoio social.

O número de bolsiros aumentou comparativamente ao ano letivo anterior. Em termos quantitativos representa mais 52 bolsas atribuídas.

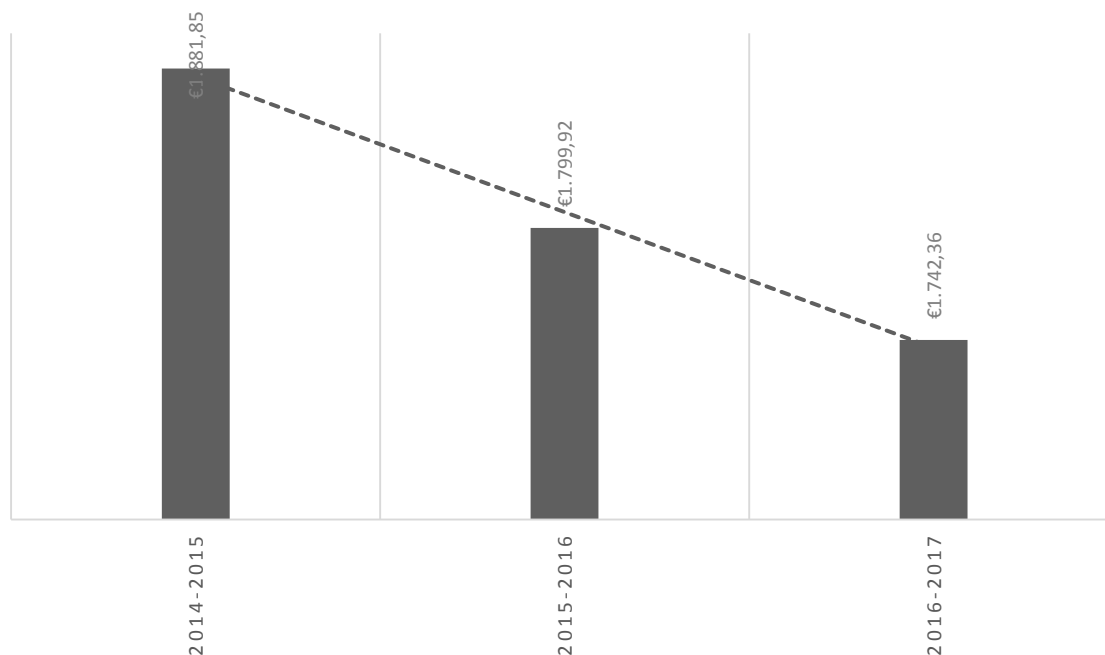


Figura 4 – Análise retrospectiva da bolsa média

Constata-se, da análise do gráfico supra, que o valor da bolsa média tendo vindo, desde 2014-2015, a sofrer um decréscimo. Refira-se, ainda, que os valores alusivos a 2016-2017 não são definitivos porquanto não correspondem ao ano letivo completo (data de referência dos dados reporta-se a abril de 2017).

Os complementos atribuídos, nos termos do RABEEES em vigor para os anos letivos 2015/2016 e 2016/2017, encontram-se espelhados no quadro seguinte:

Ano letivo \ Regulamento	Art.º 12º	Art.º 19º	Art.º 21º	Art.º 22º	Art.º 23º	Art.º 24º	Art.º 16.º (n.º 3)
2015-2016	149	298	52	n.d.	n.d.	67	7
2016-2017	115	360	44	n.d.	n.d.	44	6

n.d. – dados não disponíveis³

Figura 5 – Casos especiais e Complementos de Bolsa⁴

³ Dados solicitados à DGES em 04-05-2017

⁴ Fonte de dados: Fonte de informação: extração de mapa de atividade do SICABE, designadamente o Mapa Bolsas, Mapa de Procura de Candidatos Com Deficiência e/ou Bolsa Excecional e Mapa de Requerimentos com Complemento de Alojamento, dos anos letivos 2015/2016 e 2016/2017 – Situação em 4-05-2017 às 9:45.

Os motivos de indeferimento dos requerimentos a bolsa de estudo, nos termos do RABEEES, que sustentaram as decisões proferidas, encontram-se suportados em requerimentos de estudante que não preenchiam requisitos de elegibilidade, fixados pelo artigo 5.º do RABEEES, conforme se apresenta no quadro seguinte:

Ano letivo \ RABEEES	Al. a) art.º 51.º	Al. b) art.º 51.º	Al. c) art.º 51.º	Nº 1 art.º 52.º	Nº 2 art.º 52.º	art.º 62.º
2015-2016	0	101	71	1288	1	2
2016-2017	1	175	68	1531	3	3

Figura 6 – N.º de requerimentos rejeitados por motivo de indeferimento, nos termos do RABEEES⁵

Legenda, nos termos do RABEEES:

1. Alínea a) do art.º 51.º: Submissão do requerimento fora dos prazos definidos.
2. Alínea b) do art.º 51.º: Instrução incompleta do processo
3. Alínea c) do art.º 51.º: A não prestação dentro dos prazos fixados, por razões imputáveis ao requerente, das informações complementares solicitadas.
4. Número 1 do art.º 52.º: Não preenchimento de algum dos requisitos de elegibilidade fixados pelo artigo 5.º.
5. Número 2 do art.º 52.º: Agregado familiar não apresenta rendimentos ou as fontes de rendimento não são perceptíveis quando do procedimento previsto no artigo 44.º não tenha resultado um esclarecimento adequado da situação.
6. Artigo 62.º: Reconhecida a prestação de falsas declarações ou a omissão de dados por parte do estudante no preenchimento do requerimento de bolsa de estudos ou na cedência de informação complementar.

No ano letivo 2016–2017, o incumprimento da condição prevista na alínea g) do artigo 5.º do RABEEES, (que o conjunto dos elementos do agregado familiar tenha um rendimento per capita igual ou inferior a 16 x IAS acrescido da propina máxima do 1º ciclo) representa, em termos numéricos, o motivo de indeferimento mais relevante, 653 do total de 1781 requerimentos indeferidos (considerando todos os motivos, representa 36,66% do total dos indeferimentos).

Indeferimento por motivo de ausência de aproveitamento académico – Ano letivo 2016–2017

As rejeições dos requerimentos de bolsa de estudos são, na sua grande maioria, sustentadas em motivos de indeferimentos relacionados com a situação académica do requerente em geral, elencados nos artigos 5.º e 7.º a 10.º do RABEEES, considerando os seguintes motivos de indeferimento:

- Conclusão do curso fora do período estabelecido (estudante em regime de tempo integral)
- Conclusão do curso fora do período estabelecido – Mudança de curso

⁵ Fonte de informação: extração de mapa de atividade do SICABE, designadamente o Mapa Estatístico de Candidaturas de 4-05-2017 09:44 relativo a 2015–2016;

Fonte de informação: extração de mapa de atividade do SICABE, designadamente o Mapa Estatístico de Candidaturas de 3-05-2017 12:00 relativo a 2016–2017.

- Conclusão do curso fora do período estabelecido – estudante em regime de tempo parcial
- Estudante inscrito a menos de 30 ECTS
- Instituição e/ou curso não abrangido (s)
- Não conclusão do CETou do CTSP dentro da duração fixada
- Não matriculado em instituição de ensino superior e não inscrito num curso
- Sem aproveitamento escolar no último ano letivo que inscrito
- Titular de grau de mestre
- Titular do grau de licenciado

Os indeferimentos por motivos associados à situação académica representam cerca de 48% do total dos requerimentos indeferidos.

Neste quadro, assume maior relevo o incumprimento do previsto na alínea e) do artigo 5.º, que corresponde à não obtenção de aproveitamento escolar no último ano letivo que inscrito (aprovação ao número mínimo de ECTS legalmente fixado). Contam-se 638 requerimentos de bolsa de estudo indeferidos por este motivo representando 35,82% do universo de processos indeferidos.

No quadro geral das escolas do P. Porto, é no ISCAP e no ISEP que encontramos mais indeferimentos sustentados neste motivo específico (Sem aproveitamento escolar no último ano letivo que inscrito), conforme abaixo se apresenta:

ESCOLA	N.º de indeferimentos ⁶ al. e) art.º 5.º	Requerimentos submetidos ⁷	Indeferimentos/ Requerimentos submetidos (%)
ESE	55	1035	5%
ESHT	8	148	5%
ESMAD	11	216	5%
ESMAE	9	199	5%
ESS	46	1274	4%
ESTG	85	684	12%
ISCAP	201	1756	11%
ISEP	220	1651	13%
ESEIG	3	37	8%

Figura 7 – Indeferimentos por incumprimento

⁶ Fonte de informação: extração de mapa de atividade do SICABE, designadamente o Mapa Candidaturas por Motivo de Indeferimento de 03-05-2017 12:00:08.

⁷ Fonte de informação: extração de mapa de atividade do SICABE, designadamente o Mapa Estatístico de Candidaturas de 3-05-2017 12:00.

APOIOS SOCIAIS INDIRETOS

ALIMENTAÇÃO

promover hábitos

para uma

alimentação

saudável e

nutricionalmente

equilibrada

A Ação Social do P.PORTO, através das Unidades Alimentares instaladas nas Escolas, assegura diariamente o fornecimento de refeições aos estudantes, docentes e funcionários segundo duas valências:

- Confeção e fornecimento de refeições em regime de self-service;
- Serviço de cafetaria, bar ou snack-bar

A refeição servida em regime de self-service, designada por refeição social, é composta por: sopa, prato principal (de carne, ou peixe, ou ovo-lateo-vegetariano, ou dieta), salada, pão, sobremesa e bebida. Nos snack-bars e bares são servidas refeições alternativas ligeiras e de cafetaria.

Em todas as Unidades Alimentares, o serviço de refeições encontra-se concessionado a uma entidade externa que realiza a sua gestão e exploração, sob supervisão dos Serviços de Acção Social. Esta entidade tem implementado um sistema HACCP e encontra-se certificada segundo as seguintes Normas:

- NP EN ISO 22000:2005 (Sistema de Gestão de Segurança Alimentar)
- NP EN ISO 9001:2008 (Sistema de Gestão da Qualidade)
- NP EN ISO 14001:2004 (Sistema de Gestão Ambiental)
- OHSAS 18001:2007/NP 4397:2008 (Sistema de Gestão da Segurança e Saúde do Trabalho)

A Ação Social do P.PORTO assegura a gestão do contrato de concessão de exploração das Unidades Alimentares através do acompanhamento técnico e de supervisão ao nível da segurança alimentar e da rastreabilidade dos géneros alimentícios, tendo implementadas ações periódicas de inspeção higio-sanitárias, incluindo a realização de análises microbiológicas, e auditorias ao sistema HACCP.

A área da Alimentação da Ação Social do do P.PORTO pretendem proporcionar serviços que vão de encontro aos padrões alimentares habitualmente aceites nas faixas etárias abrangidas, sem deixar de corresponder às expectativas e satisfação dos utentes, equilibrando-as do ponto de vista nutricional, apesar da política de preços mais baixa dificultar esse objetivo.

O preço mínimo da refeição social é determinado pelo Despacho do Ministro da Ciência e do Ensino Superior, n.º 22.434/2002 (2ª Série) de 1 de Outubro, com atualização no início de cada ano letivo.

Da aplicação deste Despacho resulta que estudantes que frequentem o 1º e 2º ciclo, independentemente da sua situação socioeconómica, paguem o preço tabelado de menor valor que é determinado nos termos fixados no referido despacho, correspondendo, por princípio, a 0,5% da Retribuição Mínima Mensal Garantida em vigor no início de cada ano letivo.

Não obstante o limiar máximo possível se fixar nos 2,65€ por refeição social, no ano de 2016 manteve-se a garantia de um preço de 2,40€, por refeição, aprovado pelo Conselho de Gestão, sob proposta do Conselho de Acção Social, valor este que se mantém inalterado desde 2013.

No ano em apreço, a garantia do preço permitiu que o P.PORTO fosse a Instituição de Ensino Superior Público com o preço mais baixo de refeição social praticado, com vantagens inegáveis para os seus estudantes, particularmente os mais carenciados.

Designação e localização das Unidades Alimentares

No ano 2016 estiveram em funcionamento as seguintes Unidades Alimentares:

Escola	Designação da Unidades Alimentares	Localização
ISEP	Cantina e Bar do Instituto Superior de Engenharia do Porto	Rua Dr. António Bernardino de Almeida, 431 4249-015 Porto
ISCAP	Cantina e Bar do Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto	Rua Jaime Lopes Amorim, s/n 4465-004 S. Mamede de Infesta
ESE	Cantina e Bar da Escola Superior de Educação	Rua Dr. Roberto Frias, 602 4200-465 Porto
ESMAE	Cantina e Bar da Escola Superior de Música e Artes do Espetáculo	Rua da Alegria, 503 4000-045 Porto
CAMPUS 2	Cantina e Bar da Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão	Rua D. Sancho I, 981 4480-876 Vila do Conde
ESTG	Cantina e Bar da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Felgueiras	Rua do Curral - Margaride 4610-156 Felgueiras
ESS	Bar da Escola Superior de Saúde ⁽¹⁾	Rua Valente Perfeito, 322 4400-330 Vila Nova de Gaia Rua Dr. António Bernardino de Almeida, 400 4200-072 Porto

⁽¹⁾ – Em Outubro de 2016 ocorreu a mudança de instalações da Escola Superior de Saúde de Vila Nova de Gaia para o Porto, tendo a partir dessa data, e até à data de conclusão da empreitada de remodelação do Bar, sido assegurado o serviço de refeições ligeiras na Cafeteria das novas instalações.

Refeições servidas

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Varição 2016 face a 2015
ISEP	102.835	93.032	91.541	67.688	64.543	120.195	127.483	6%
ISCAP	25.112	23.307	26.207	14.027	10.906	9.720	14.721	51%
ESE	33.675	29.978	38.281	30.444	34.961	30.856	39.565	28%
ESMAE	14.606	18.420	19.608	20.507	15.018	13.441	17.808	32%
CAMPUS 2	28.485	27.547	23.091	16.641	17.404	19.049	18.008	-5%
ESTG	18.007	18.537	16.789	16.664	13.541	13.725	13.035	-5%
ESS	0	30.125	22.241	21.521	24.097	22.013	16.702	-24%
TOTAL	222.720	240.946	237.758	187.492	180.470	228.999	247.322	27%

Figura 8 – Evolução anual do número de refeições servidas nas Unidades Alimentares entre 2010 e 2016

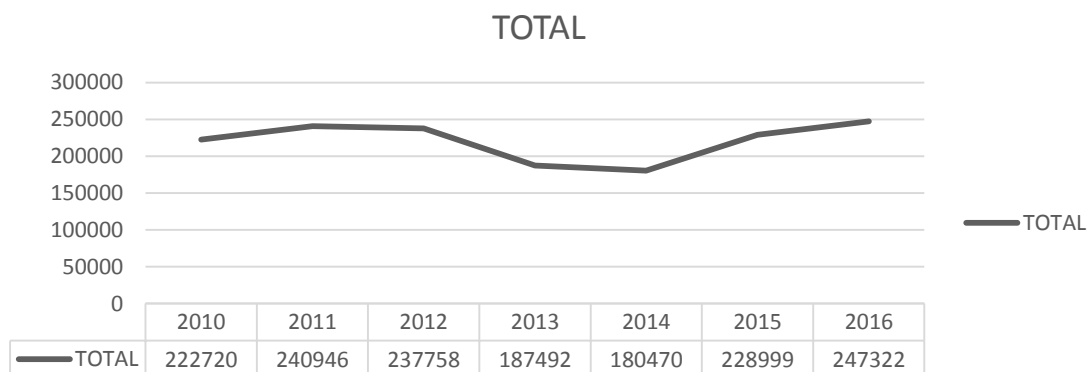


Figura 9 – Evolução do total de refeições servidas entre 2010 e 2016

Em 2016 atingimos o número mais elevado de refeições servidas desde os últimos 6 anos.

Desde 2015 que se verifica um aumento crescente do número total de refeições servidas nas Unidades Alimentares, situação que já não ocorria desde 2011, como consequência da situação económica e financeira verificada em Portugal.

Apesar deste aumento do número de refeições servidas, continua a verificar-se a tendência dos estudantes trazerem o seu almoço de casa, aquecendo-o e tomando-o na Escola.

Contudo, apesar de se registar um aumento médio do número de refeições servidas, verifica-se uma diminuição das refeições servidas no Campus 2, na ESTG e na ESS.

A diminuição do número de refeições na ESS resulta da mudança de instalações de Vila Nova de Gaia para o Porto, não estando à data concluídas as obras de remodelação do Bar.

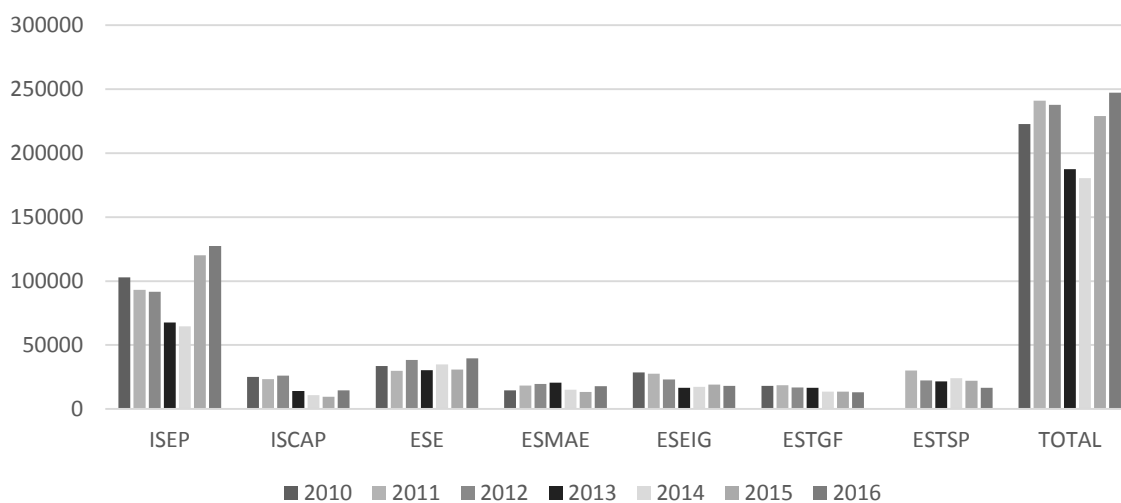


Figura 10 – Evolução das refeições servidas, por Unidade Alimentar, entre 2010 e 2016

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
ISEP	11.027	7.364	11.834	12.408	10.791	10.470	6.085		8.167	18.484	19.903	10.950	11.027
ISCAP	826	394	1.252	1.083	1.045	3.249	1.492		1.089	1.469	1.829	993	826
ESE	3.145	2.396	3.412	4.173	4.075	3.719	2.549	152	2.043	5.534	5.180	3.187	3.145
ESMAE	1.483	1.289	1.375	1.572	1.512	1.685	2.314		1.043	2.230	2.150	1.155	1.483
CAMPUS 2	1.245	967	1.872	1.949	1.714	1.467	2.063		208	2.366	2.247	1.910	1.245
ESTG	683	492	1.485	1.607	1.206	622	203	94	994	2.654	2.075	920	683
ESS	2.546	2.352	2.318	2.798	2.372	2.305	884		1.048	79			2.546
TOTAL	20.955	15.254	23.548	25.590	22.715	23.517	15.590	246	14.592	32.816	33.384	19.115	247.322

Figura 11- Refeições servidas em 2016, por mês, por Unidade Alimentar

Da análise do mapa de refeições servidas ao longo do ano 2016 é possível verificar que o mês de outubro foi aquele onde se serviram mais refeições, seguido de novembro, março e abril. O número de refeições servidas está fortemente relacionado o calendário escolar, designadamente os períodos de aulas e de exames.

Garantia de qualidade e segurança alimentar

Os SAS do P.PORTO através de uma empresa especializada em qualidade e segurança alimentar desenvolveram diversas ações de controlo dos procedimentos desenvolvidos pelo concessionário das Unidades Alimentares de modo a avaliar a sua prestação.

Estas ações visaram, para além da avaliação do serviço prestado pelo concessionário, induzir a sua melhoria contínua.

Através desta acessória externa, os SAS avaliaram permanentemente o concessionário através de um sistema constituído por vários indicadores, dos quais se destacam as Inspeções Higió-Sanitárias ao sistema de Produção e os Resultados das Globais Médios das Ações de Verificação das Unidades Alimentares.

UNIDADE	IHS - Produção
ISEP	9,3
ISCAP	9,4
ESE	9,3
ESMAE	9,4
ESEIG	9,7
ESTG	9,8
ESS	9,2

Figura 12 – Resultados das Inspeções Higió-Sanitárias à Produção, por Unidade Alimentar
(Bom >= 8,5 | Satisfaz >= 6,5 < 8,5 | A melhorar => 3,5 < 6,5 | Não satisfaz < 3,5)

UNIDADE	RGU
ISEP	8,0
ISCAP	9,1
ESE	7,8
ESMAE	6,9
ESEIG	7,5
ESTG	9,1
ESS	8,8

Figura 13 – Resultados das Globais Médios das Ações de Verificação das Unidades Alimentares
(Bom >= 8,5 | Satisfaz => 6,5 < 8,5 | A melhorar => 3,5 < 6,5 | Não satisfaz < 3,5)

Como resultado destas ações é possível concluir que toas as Unidades Alimentares continuam a apresentar resultado de “Bom” no que concerne às Inspeções Higio-Sanitárias à Produção.

Relativamente aos Resultados das Globais Médios das Ações de Verificação das Unidades Alimentares conclui-se que as Unidades Alimentares do ISEP e CAMPUS 2 mantêm o resultado satisfatório do ano 2015, e de igual modo, a Unidade Alimentar da ESTG manteve a sua classificação de “Bom”. Em relação às Unidades Alimentares do ISCAP e ESS verifica-se uma melhoria da classificação, do ano de 2015 para 2016, de “Satisfaz” para “Bom”, assim como nas Unidades da ESE e ESMAE, onde se regista uma subida da avaliação de “A melhorar” para “Satisfaz”.

RESTAURANTE A-PROVA

O Restaurante A-Prova resultou de um protocolo estabelecido entre o Politécnico do Porto, os Serviços de Ação Social do P.PORTO, a Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão e o Instituto Técnico de Alimentação Humana, com vista ao estabelecimento de relações de cooperação nas respetivas áreas de missão. O espaço, localizado no Campus da Rua Dr. Roberto Frias n.º 712, no Porto, consiste num restaurante aplicação que permitirá que os estudantes da área da restauração estejam em contacto com a atividade real e a aprendizagem seja feita em ambiente de produção.

No âmbito do protocolo celebrado, compete aos SAS do P.PORTO desencadear os procedimentos necessários à contratação dos estagiários e assegurar que os seus estágios cumprem os requisitos normativos internos aplicáveis.

Durante o ano de 2016, o Restaurante A-Prova assegurou, de abril a dezembro, os serviços de coffee-break e refeições mediante marcação, com um número médio de 40 coffee-breaks e 30 refeições diárias.



NOVO CONCEITO DE ALIMENTAÇÃO

Na sequência de um processo de diagnóstico realizado com a Comunidade P.PORTO, com as Associações de Estudantes e com a FAP, os SAS procederam, em conjunto com uma equipa de peritos na área da restauração coletiva, a uma reflexão sobre as principais áreas a intervir.

Desta reflexão, concluiu-se pela necessidade de desenvolver um Plano Global de Intervenção ao nível da área Alimentar.

O Plano Global de Intervenção ao nível da área Alimentar visa a concretização das seguintes ações chave:

- Melhoria das infraestruturas
- Inovação na oferta: um novo serviço que ofereça novos produtos e novas ementas
- Maior e melhor comunicação, através da disponibilização de um novo sistema de informação, a qual se pretende sempre atualizada e on-line em diversos suportes
- Implementação de novos processos de monitorização e controlo do serviço prestado pelo concessionário

Assim, no que concerne à área da Alimentação, os SAS do P.PORTO definiram em 2016 uma nova visão: qualidade, inovação, simplicidade e personalização dos menus, centrados no público-alvo e no compromisso com uma alimentação saudável e sustentável.

As principais linhas orientadoras deste novo conceito estruturam-se nos seguintes princípios:

- A nutrição – promovendo uma alimentação saudável com porções adequadas através de especificações de doses diárias recomendadas (DDR) em conformidade com a Food and Drug Administration. As novas soluções a oferecer terão em atenção a valorização nutricional dos alimentos, a sua diversidade, os métodos mais saudáveis de confeção, as dosagens e capitações recomendáveis, bem como a informação sobre os alergénios presentes em cada uma das preparações.
- A Preparação, confeção e apresentação dos produtos – centrando-se na escolha de métodos de preparação e confeção que rentabilizam os recursos existentes e se diferenciam também pela sua simplicidade e adequabilidade.



- Elaboração de Ementas Temáticas – servindo ementas específicas em dias alusivos a data comemorativas.
- A Otimização dos custos de produção.
- A Sustentabilidade Ambiental (reciclagem e desperdício alimentar).
- A Redução do tempo de serviço.

Com a abertura da Escola Superior de Saúde, a Cafeteria da ESS assumiu a responsabilidade de ser a unidade-piloto, onde é possível provar soluções preparadas de acordo com o novo conceito alimentar, em sintonia com as melhores práticas nutricionais.



OUTRAS INICIATIVAS**Ano Internacional da Leguminosas**

A FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura declarou 2016 o ano Internacional das Leguminosas, com o objetivo de consciencializar para seus os benefícios nutricionais.

Os Serviços de Acção Social do P.PORTO, na sua missão de proximidade e garante do bem-estar dos seus estudantes e de toda a Comunidade, integraram a iniciativa desenvolvida pelo Grupo de Reação e Análises Químicas (GRAQ) do ISEP, em parceria com várias entidades, colaborando na

organização do Seminário “Leguminosas no Prato”, onde se abordaram os benefícios nutricionais das leguminosas para a saúde, assim como o impacto positivo sobre o meio ambiente, já que estas têm propriedades fixadoras de nitrogénio que contribuem para aumentar a fertilidade do solo.

No âmbito das suas atribuições, os SAS disponibilizaram durante a semana em que decorreu o Seminário, em todas as Unidades Alimentares, menus específicos com base nesta dieta tão nutricional.

APOIOS SOCIAIS INDIRETOS

ALOJAMENTO

*partilha de cultura e
troca de
experiências
propiciando
vivências únicas
que marcam um
percurso*

No âmbito da sua Missão, os SAS do P.PORTO promovem o acolhimento aos estudantes que frequentam as Escolas do P.PORTO e os seus cursos superiores conferentes de grau ou curso tecnológico, que pelas suas condições socioeconómicas, pela distância ou dificuldade de transporte não possam residir com o agregado familiar durante o ano letivo e necessitem, por isso, de alojamento para prosseguir os seus estudos.

A oferta de alojamento dos SAS do P.PORTO é muito limitada, quando comparada com as demais instituições de ensino superior públicas, conforme se evidenciará à frente. Sem prejuízo dessa limitação, os SAS do P.PORTO têm procurado qualificar os espaços de alojamento existentes, quer ao nível da funcionalidade e eficiência energética quer ao nível dos equipamentos, sem prejuízo dos esforços efetuados no sentido de aumentar a oferta.

Atualmente os SAS do P.PORTO têm consciência de que a oferta de alojamento é muito limitada, fruto de opções do passado e de difícil correção no presente. Nesse quadro, estão em curso ações que visam a construção duas novas residências de estudantes e a reabilitação de uma outra na cidade do Porto, como se referirá a seguir.

Os SAS do P.PORTO alojam, ainda nas residências, quando existem vagas, estudantes integrados em programas internacionais ou de intercâmbio institucional, quando abrangidos por protocolos celebrados entre o P.PORTO e outras instituições ou participem em atividades promovidas pelo P.PORTO e suas Escolas, bem como visitantes.

Caracterização e Modelo de Gestão das Residências de Estudantes

Os Serviços de Acção Social do P.PORTO dispõem de 7 residências, as quais se destinam ao alojamento dos estudantes do P.PORTO, tendo prioridade os bolseiros abrangidos pelo sistema das bolsas de estudo que pela distância ou dificuldade de transporte não possam residir com o agregado familiar durante o ano letivo. As residências de estudantes estão sob a gestão direta dos SAS do P.PORTO, implicando um grande esforço dado a exiguidade de recursos que dispõem.

Durante o ano de 2016 estiveram em pleno funcionamento seis residências de estudantes, com capacidade para acomodar 317 estudantes, o equivalente a 1,7% dos seus estudantes (total de estudantes do P.PORTO no ano letivo 2016-17 é de 18.541).

Em 2016, como resultado das intervenções realizada ano âmbito do Plano de Investimento e Infraestruturas de Valorização Social para os Estudantes foi possível os SAS aumentarem o número de camas em 13 unidades, sem prejudicar o conforme e comodidade.

As residências em funcionamento apresentam as seguintes características:

Residência de Estudantes	Tipologia	N.º camas	Distribuição do n.º de quartos			
			Individual mob. reduzida	Individual	Duplo	Triplo
Almeida valente	Mista	103	2		49	1
Azenha	Feminina	42			21	
Rio Bom	Mista	51			6	13
Bainharia	Masculina	18			6	2
José Régio	Mista	63	3	28	16	
S. Roque	Mista	40			11	6
Total		317	5	28	109	22

Os SAS do P.PORTO dispõem ainda da Residência de Estudantes Coelho Neto que se encontra atualmente fechada, carecendo de uma intervenção de remodelação, de modo a dota-la de melhores condições de conforto e habitabilidade.

Durante o ano de 2016 os SAS iniciaram a elaboração do projeto de Remodelação da Residência Coelho Neto, prevendo-se com a reabertura desta residência o reforço do apoio de alojamento na cidade ao Porto, uma vez que se trata da zona com maior carência de oferta.

Localização das Residências de Estudantes

CIDADE	RESIDÊNCIA	LOCALIZAÇÃO
Porto	Parada Leitão	Rua Coronel Almeida Valente, 330 – 4200-030 – Porto
Porto	Azenha	Rua da Azenha, 245/247 – 4200-113 – Porto
Porto	Bento Carqueja	Travessa da Bainharia, 16 – 4050-081 Porto
Porto	Coelho Neto	Rua Coelho Neto, 78 – 4000-176 Porto
Porto	Gonçalves e Sousa	Av. Rodrigues de Freitas, 14 – 4300-455 Porto
Vila do Conde	José Régio	Praça José Régio – 4480 – 718 – Vila do Conde
Vila do Conde	São Roque	Rua do Lidador, 131 – 4480 – 791 – Vila do Conde

Modelo de atribuição de alojamento

A atribuição de alojamento é suportada por regulamento próprio, aprovado nos termos regulados no Decreto-Lei n.º 129/93, de 22/04. Esse diploma regulador interno fixa as condições de ingresso e de utilização dos equipamentos, as normas de disciplina interna e as formas de participação dos estudantes na gestão, conservação e limpeza das instalações.

A atribuição é feita mediante prévia candidatura, organizada em momentos principais:

- No decurso (próximo do termo) do ano letivo anterior para aquele que se requer alojamento, dirigido aos estudantes que naquele ano se encontram inscritos.
- No início do ano letivo para o qual o alojamento é requerido, dirigido especialmente àqueles estudantes que ingressam pela primeira vez no ensino superior e P.PORTO.
- A terceira fase, sem termo, ocorre ao longo de todo o ano letivo e a atribuição do alojamento é feita em função das vagas que entretanto vão vagando.

A candidatura é apresentada em plataforma própria (GiRES), acessível via internet e posteriormente gerida, analisada e decidida, em programa informático específico para essa função.

A atribuição de alojamento depende da verificação das seguintes condições:

- a) Estudantes que, tendo sido bolseiros no ano letivo anterior, sejam candidatos a bolsa de estudo para o ano letivo para o qual se candidatam a alojamento;
- b) Novos estudantes que sejam candidatos a bolsa de estudo para o ano letivo da candidatura a alojamento;
- c) Estudantes não bolseiros no ano letivo anterior e candidatos a bolsa de estudo para o ano letivo para o qual requerem alojamento;
- d) Demais estudantes, que não se enquadrem nos subgrupos anteriores.

Da atribuição de alojamento e da sua aceitação, decorre a assinatura de um contrato, onde o estudante, que passa à qualidade de residente, assume um conjunto de direitos e deveres.

Garantia do preço de alojamento social no âmbito do modelo de gestão: medidas de política social de preços de alojamento

Na sequência da análise da política de preços praticada até à data, os SAS, após auscultação das Associações de Estudantes e da FAP, propuseram, pela primeira vez, a definição de um preço de alojamento que não agravasse a situação económica dos estudantes bolseiros.

Assim, o Conselho de Gestão do P.PORTO, sob prévio parecer favorável do Conselho de Acção Social, deliberou alterar os valores da Tabela de Preços de Alojamento em Residências do P.PORTO para o Ano Letivo 2016-2017, segundo os seguintes princípios base:

- a) O primeiro, totalmente novo no Politécnico, estabelece que o valor do alojamento para os estudantes bolseiros não deverá ser superior ao complemento de alojamento, nos termos do Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior.
- b) O segundo princípio base estabelece uma atualização dos restantes valores tendo por referência a atualização do Salário Mínimo Nacional (505€ para 530€).

Em face desta decisão, no ano de 2016 um estudante bolseiro que, por sua iniciativa, não solicite ficar num quarto individual não pagará mais do que o valor do complemento de alojamento, isto é, 73,36€ por mês. Acresce que, o valor a pagar por estes estudantes é único e não está dependente da tipologia de quarto que lhe venha a ser atribuído.

Candidaturas e colocações

Número Total de Candidaturas	Colocações		
	1.ª Fase	2.ª Fase	3.ª Fase
560	178	70	55

Figura 14 – Número de candidaturas VS colocações (data de referência 31.12.2016)

Em 2016, o número de candidaturas a alojamento continua a evidenciar a elevada procura por parte dos estudantes deslocados. Num total de 560 candidaturas, os SAS apenas conseguiram alojar 303 residentes, o que significa que a procura é 1,85 vezes superior à oferta.

Ocupação das Residências de Estudantes

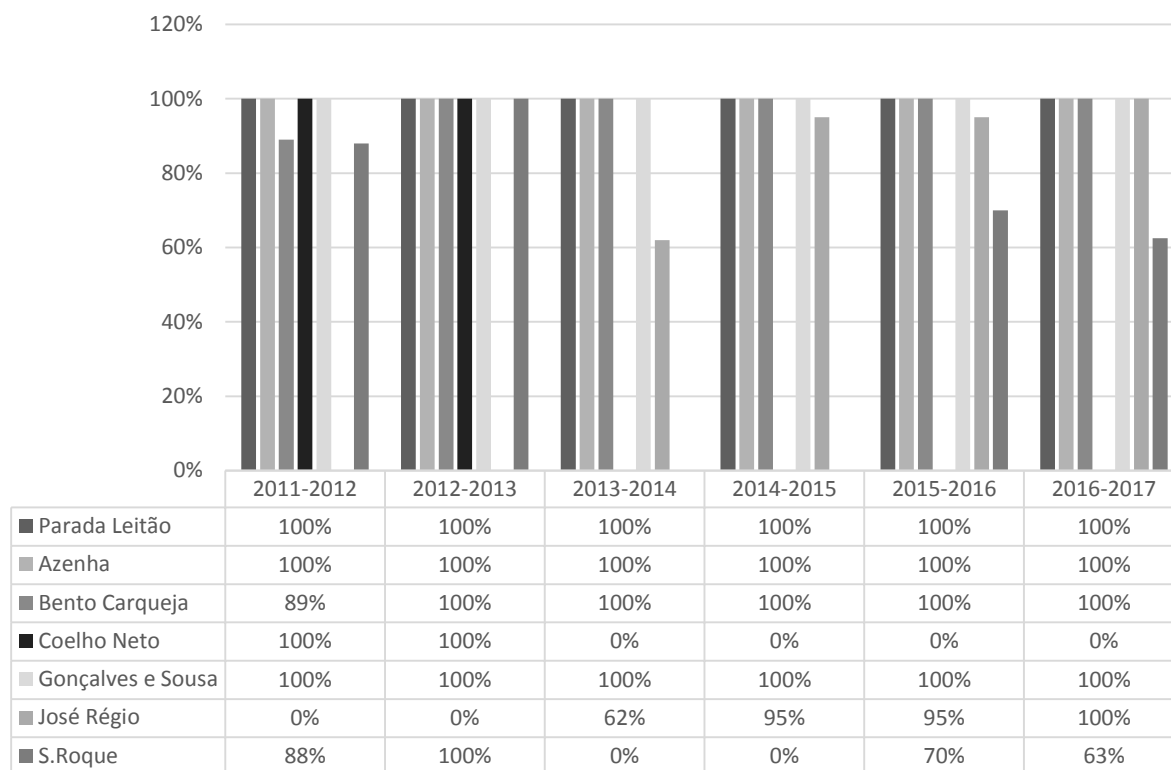


Figura 15 – Evolução da taxa de ocupação das Residências de Estudantes de 2011 a 2016 (data de referência 31.12.2016)

Os SAS durante o ano de 2016 mantiveram uma ocupação de 100% nas suas residências no Porto, fator que se vem verificando ao longo dos anos e que evidencia a enorme procura de alojamento nesta cidade.

Relativamente às residências em Vila do Conde, verifica-se um aumento gradual da ocupação da residência José Régio que, tendo sido aberta em 2013 com uma ocupação de 63%, vê em 2016 a sua ocupação a ser totalmente preenchida.

No que respeita à residência S. Roque, em consequência o aumento da procura de alojamento em Vila do Conde procedeu-se à sua reabertura em 2015. Nesta residência verifica-se alguma oscilação da ocupação, como consequência da atribuição de alojamento a estudantes que não permanecem a totalidade do ano letivo e da alocação a estudantes internacionais que estão matriculados nas Escolas do *Campus 1* (Porto).

Residência	2011-2012		2012-2013		2013-2014		2014-2015		2015-2016		2016-2017	
	B	NB	B	NB	B	NB	B	NB	B	NB	B	NB
Parada Leitão	61	50	79	25	83	21	99	18	106	5	101	3
Azenha	26	22	32	10	32	10	39	5	42	2	43	2
Bento Carqueja	10	6	12	6	14	4	17	1	13	5	17	2
Coelho Neto	13	6	9	4	-	-	-	-	-	-	-	-
Gonçalves e Sousa	28	12	30	6	31	9	34	6	38	4	50	2
José Régio	-	-	-	-	30	7	51	13	46	12	41	38
S. Roque	24	12	33	7	-	-	-	-	9	23	11	15
Sub-Total	162	108	195	58	190	51	240	43	254	51	263	62
Total	270		253		241		283		305		325	

Figura 16 – Distribuição do número de estudantes nas residências por condição, de 2011 a 2016 (B – Bolseiro | NB – Não Bolseiro)

Residência	2011-2012		2012-2013		2013-2014		2014-2015		2015-2016		2016-2017	
	B	NB	B	NB	B	NB	B	NB	B	NB	B	NB
Parada Leitão	55%	45%	76%	24%	80%	20%	85%	15%	95%	5%	97%	3%
Azenha	54%	46%	76%	24%	76%	24%	89%	11%	95%	5%	96%	4%
Bento Carqueja	63%	38%	67%	33%	78%	22%	94%	6%	72%	28%	89%	11%
Coelho Neto	68%	32%	69%	31%					100%			
Gonçalves e Sousa	70%	30%	83%	17%	78%	23%	85%	15%	90%	10%	96%	4%
José Régio					81%	19%	80%	20%	79%	21%	52%	48%
S. Roque	67%	33%	83%	18%					28%	72%	42%	58%
Total	60%	40%	77%	23%	79%	21%	85%	15%	83%	17%	81%	19%
Campus 1 (média)	62%	38%	74%	26%	78%	22%	88%	12%	91%	12%	95%	5%
Campus 2 (média)	67%	33%	83%	18%	81%	19%	80%	20%	54%	46%	47%	53%

Figura 17 – Distribuição da % de estudantes nas residências por condição, de 2011 a 2016 (B – Bolseiro | NB – Não Bolseiro)

Da análise da distribuição dos estudantes segundo a sua condição – bolsheiro ou não bolsheiro – é possível verificar a tendência crescente de ocupação das residências do Campus 1 (Porto) por estudantes bolsheiros, ultrapassando em média os 90% no ano 2015 e atingindo em 2016 a percentagem média de 95%.

Relativamente às taxas de ocupação das residências do Campus 2 (Vila do Conde), a sua oscilação decorre, sobretudo, da ocupação das mesmas por estudantes internacionais sem condição de bolsheiros.

Origem dos Residentes	2013-2014	2014-2015	2015-2016	2016-2017
Portugal				
Açores	3	5	5	7
Aveiro	25	34	24	40
Beja	0	0	0	1
Braga	34	47	58	67
Bragança	0	0	0	3
Coimbra	3	5	4	1
Évora	0	1	1	0
Faro	2	2	2	4
Leiria	0	0	0	4
Lisboa	6	7	8	4
Madeira	12	11	13	14
Porto	128	132	129	91
Santarém	0	0	0	2
Setúbal	0	0	0	1
Viana	20	26	32	17
Vila Real	4	6	5	7
Viseu	2	2	3	9
Angola	2	3	3	2
Síria	0	2	3	1
India	0	0	15	32
Turquia	0	0	0	1
Brasil	0	0	0	4

Figura 18- Origem geográfica dos residentes

Projeto de remodelação de residência: Residência Coelho Neto

A residência de estudantes Coelho Neto encontra-se encerrada desde o ano de 2013 devido à falta de condições de conforto e habitabilidade.

Considerando a carência de alojamento na cidade do Porto, os SAS do P.PORTO iniciaram em 2016 a elaboração do projeto de Remodelação da Residência Coelho Neto, prevendo-se a sua reabertura em 2017.

No âmbito do desenvolvimento da fase de Estudo Prévio foi efetuada uma reunião na Câmara Municipal do Porto para avaliação da viabilidade de construção das soluções preconizadas para a zona posterior do lote. Desta reunião resultou a informação de que a construção existente na zona posterior do lote não se encontrava licenciada, não sendo licenciável face ao abrigo da regulamentação em vigor.

Em face da obrigatoriedade de redução da área de construção, relativamente à existente atualmente, a qual passará a ficar limitada ao edifício principal acrescido de cerca de 40 m² no limite posterior do lote, verificou-se a necessidade de reformular o programa do edifício, resultando numa redução direta no número de camas disponibilizadas. Deste modo a Residência Coelho Neto apenas poderá disponibilizar 14 camas para estudantes.

Assim, estando em curso em 2016 a elaboração de dois projetos cujo programa funcional se destina a alojamento na cidade do Porto – o da Residência D. João IV e o de Remodelação da Residência Coelho Neto, destinados a alojamento temporário de investigadores (19 camas), na Residência D. João IV, e estudantes (20 camas), na Residência Coelho Neto, e que a procura de alojamento por parte de investigadores é menor do que a dos estudantes, os SAS procederam à revisão dos programas funcionais de ambos os projetos.

Com esta revisão será possível disponibilizar 10 camas na Residência de Coelho Neto para investigadores e 30 camas na Residência D. João IV para estudantes (conforme quadro seguinte), uma vez que a alteração dos programas funcionais implicarão o redimensionamento dos espaços, em face da alteração do tipo de utilizadores a que se destinam.

Residência	Programas Preliminares Contratuais	Licenciável	Programas Preliminares Revistos
D. João IV	19 Investigadores	19 Investigadores	30 Estudantes
Coelho Neto	20 Estudantes	14 Estudantes	10 Investigadores
Total de Camas	39	33	40

Figura19- Origem geográfica dos residentes

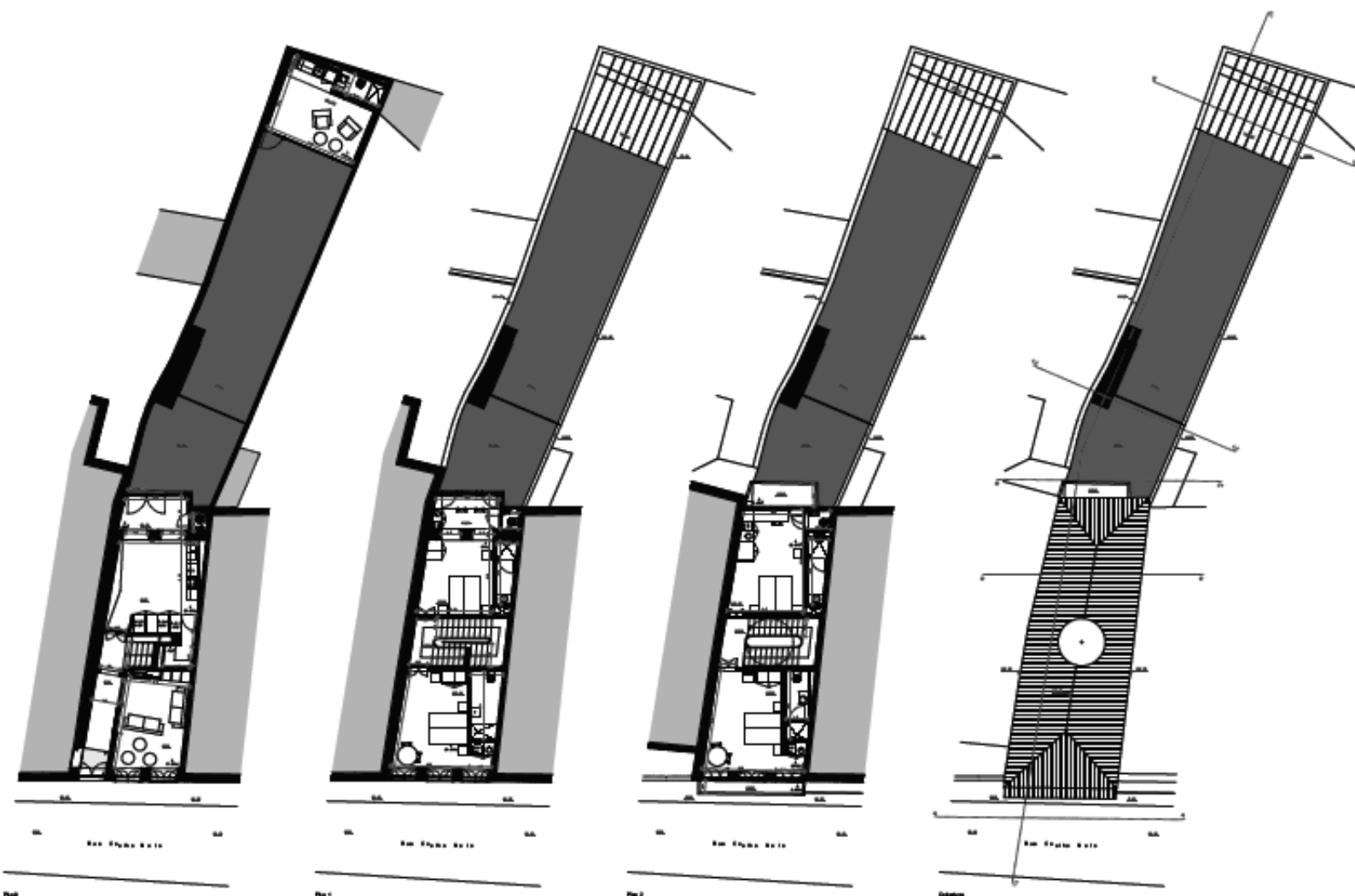


Ilustração 1 - Plantas do projeto de arquitetura da Residência Coelho Neto



Ilustração 2 - Alçado principal e de tardo do projeto de arquitetura da Residência Coelho Neto

Um novo conceito de Alojamento

O Plano de Investimentos de Valorização Social do Estudante do P.PORTO, enquadrado na área do Alojamento, incorpora o desenvolvimento de um novo conceito. Um conceito que pretende criar um espaço integrado de bem-estar para os estudantes nas residências e que se concretiza através das seguintes orientações:

- Valorização do conceito de comunidade nas residências;
- Aumento do conforto geral das residências;
- Aumento dos espaços comuns de estudo e de lazer;
- Criação de um novo layout nos quartos, permitindo a concretização de um espaço mais harmonizado – espaço partilhado, mas com espaço próprio para cada estudante;
- Criação de um conceito inovador nas cozinhas: espaço integral próprio para cada estudante (dispensa; frigorífico e congelador);
- Incorporação de um espaço de Saúde e Bem-estar;
- Incorporação de sistema de iluminação de baixo consumo (led);
- Utilização racional dos espaços, permitindo o aumento da capacidade de alojamento;
- Melhoria dos espaços exteriores para usufruto geral dos estudantes.

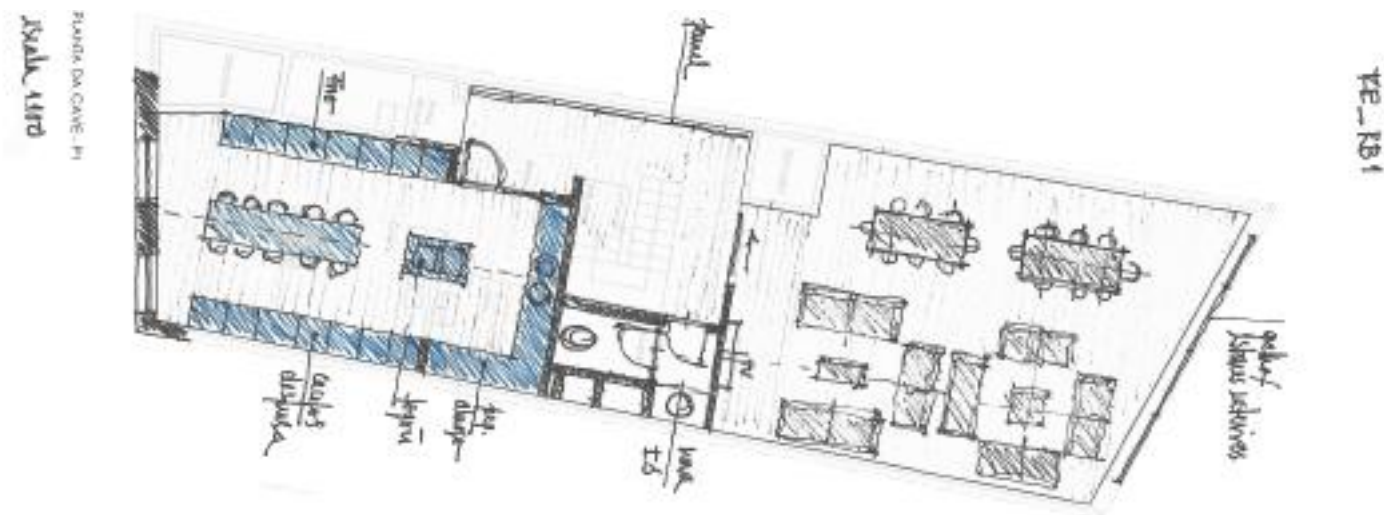


Ilustração 3 – Esquício sobre planta do piso 1 da Residência Gonçalves e Sousa – Cozinha e Sala de Convívio/Estar

Projetos de requalificação de Residências: Residência Parada Leitão (Almeida Valente), Residência Gonçalves e Sousa (Rio Bom), Residência Bento Carqueja (Bainharia), Residência José Régio e Residência S. Roque

No âmbito do Plano de Investimento e Infraestruturas de Valorização Social para os Estudantes, criado em 2016, os SAS procederam à elaboração de projetos de requalificação de cinco das suas residências de modo a alterar o seu conceito de funcionamento, adaptando-as às novas necessidades e dota-las de melhores condições de conforto, conforme vindo sendo solicitado pelos estudantes nas diversas reuniões realizadas com os residentes.

Na Residência Parada Leitão (Almeida Valente) a intervenção projetada previu:

- Conservação de revestimentos de interiores
- Adaptação dos quartos de modo a substituir a solução de beliche por duas camas individuais;
- Criação de espaços maiores para arrumação dos bens dos estudantes residentes
- Substituição de iluminação por uma solução que conduza a melhoria dos consumos
- Reformulação das cozinhas de modo a dotá-las de mais armários para que os residentes possam guardar os seus produtos alimentares de forma a individualizada, assim como aumento do número de lugares sentados na cozinha
- Reformulação do hall de entrada da residência com vista à melhoria do seu conforto
- Reformulação dos espaços para tratamento de roupa de modo uniformizar a solução e criar espaços de secagem ao ar livre
- Reabilitação dos contentores exteriores, qualificando-os de modo a que sejam espaços adaptados para de lazer e fitness, com conforto
- Criação de um espaço exterior de estar/refeições para convívio

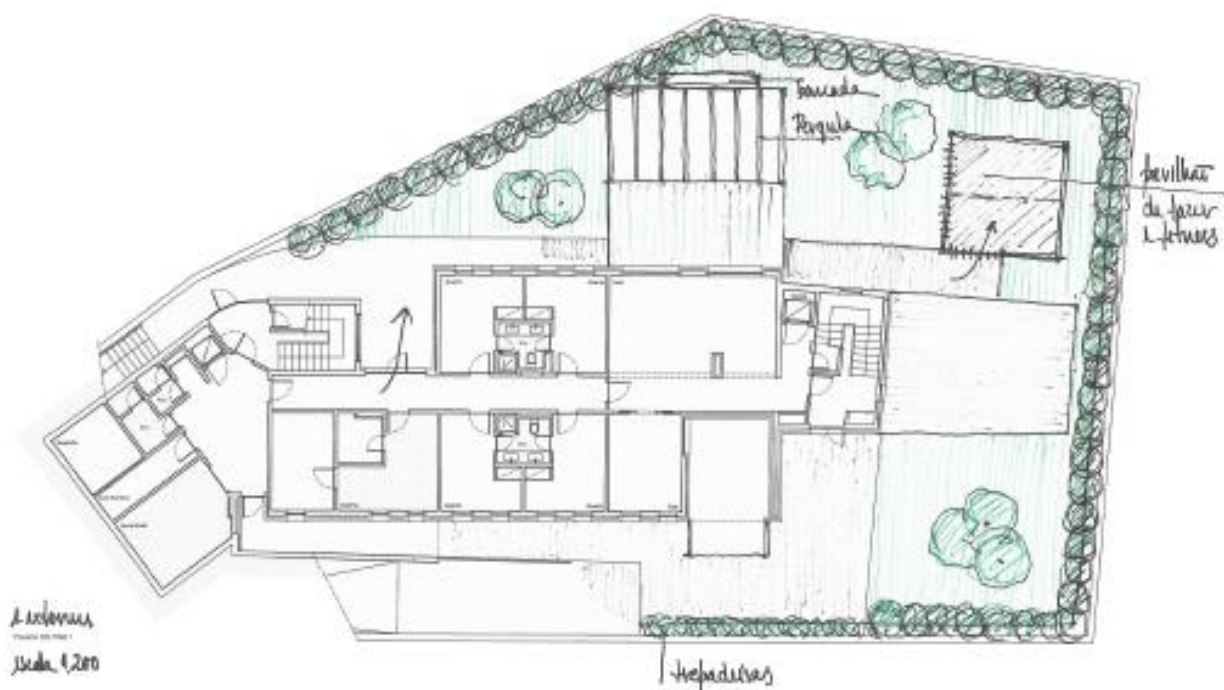


Ilustração 4 – Esquício sobre planta do exterior da Residência Parada Leitão

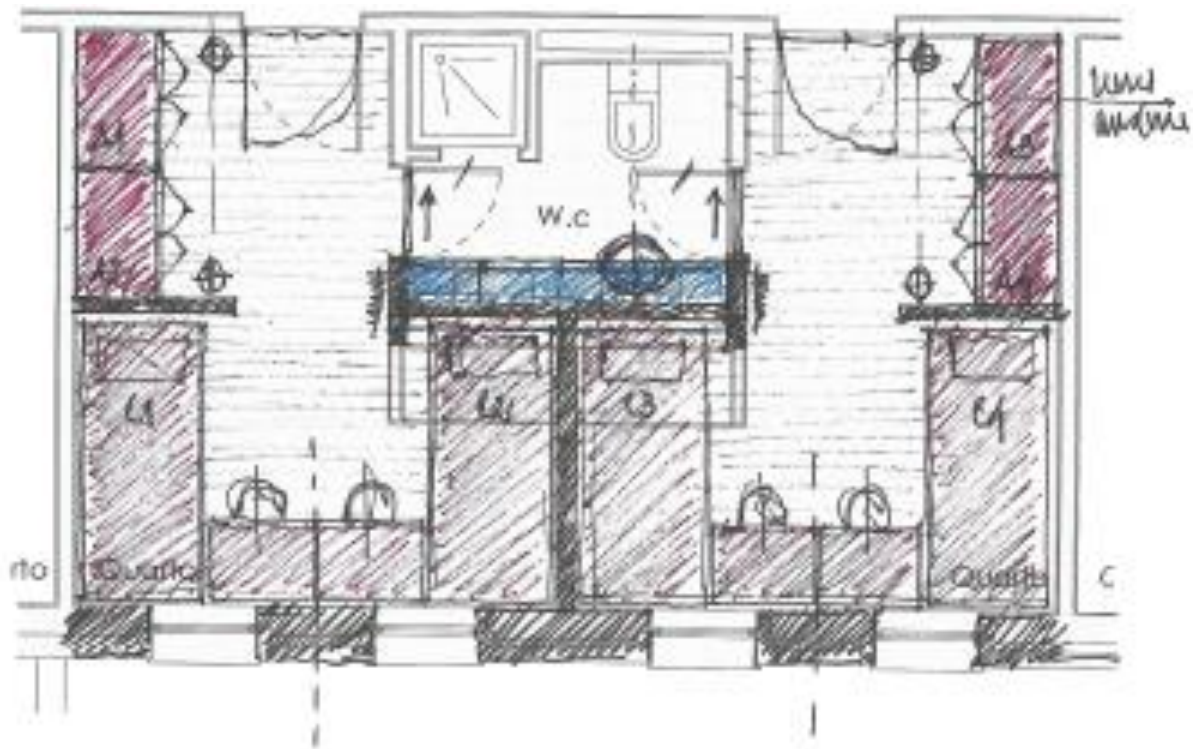


Ilustração 5 – Esquízo de um conjunto de dois quartos com wc na Residência Parada Leitão

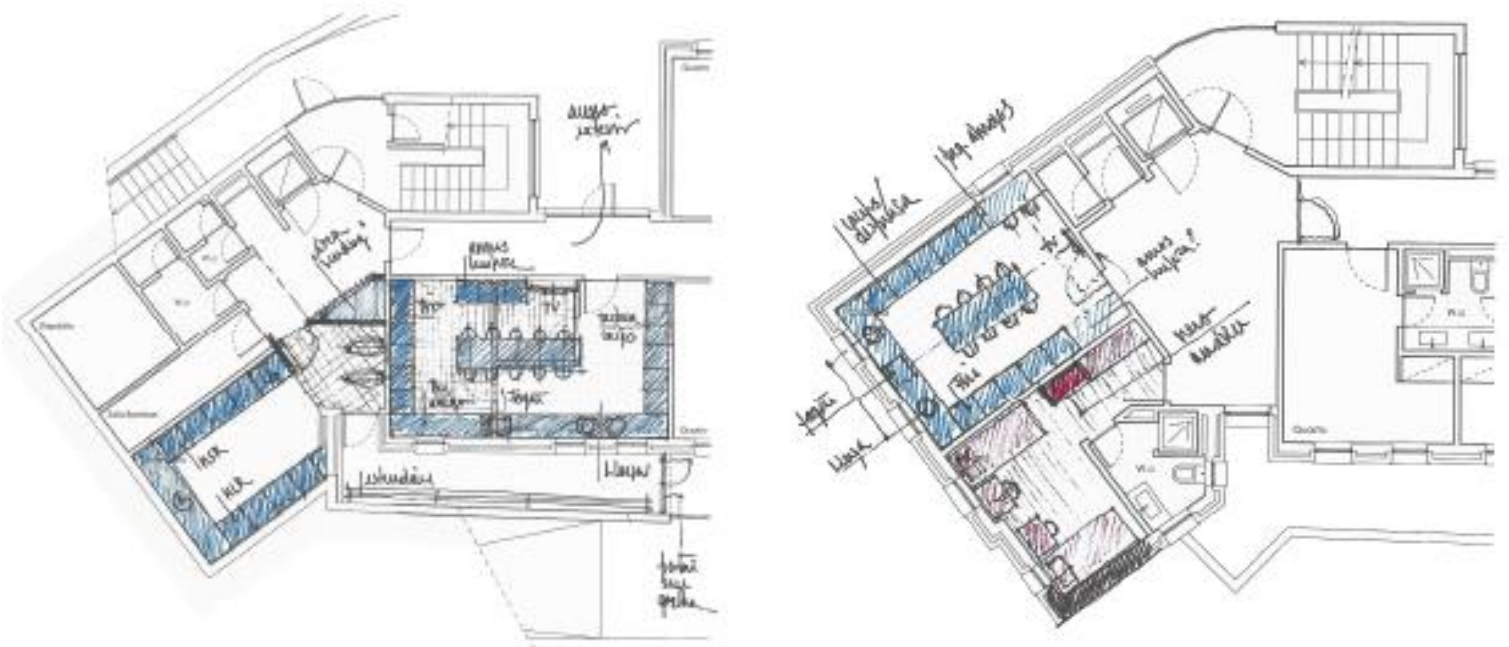


Ilustração 6 – Esquízo das cozinhas do piso 2 e piso 3, 4 e 5 da Residência Parada Leitão

Na Residência Gonçalves e Sousa (Rio Bom) o projeto realizado previu:

- Intervenção geral ao nível do piso 1 para remodelação de cozinha, sala de convívio, instalação sanitária e zonas de circulação;
- Ao nível dos pisos superiores (piso 2 ao piso 6), a revisão da iluminação; reformulação e pinturas de tetos das zonas comuns; colocação de estores interiores em quartos; revisão de iluminação e tetos dos quartos; pintura de quartos e ampliação de roupeiros nos quartos triplos;
- Nos quartos de banho, a criação de armários individualizados;
- No piso 2 (entrada): “devolução” do espaço da portaria aos estudantes criando um novo quarto triplo e uma nova portaria.

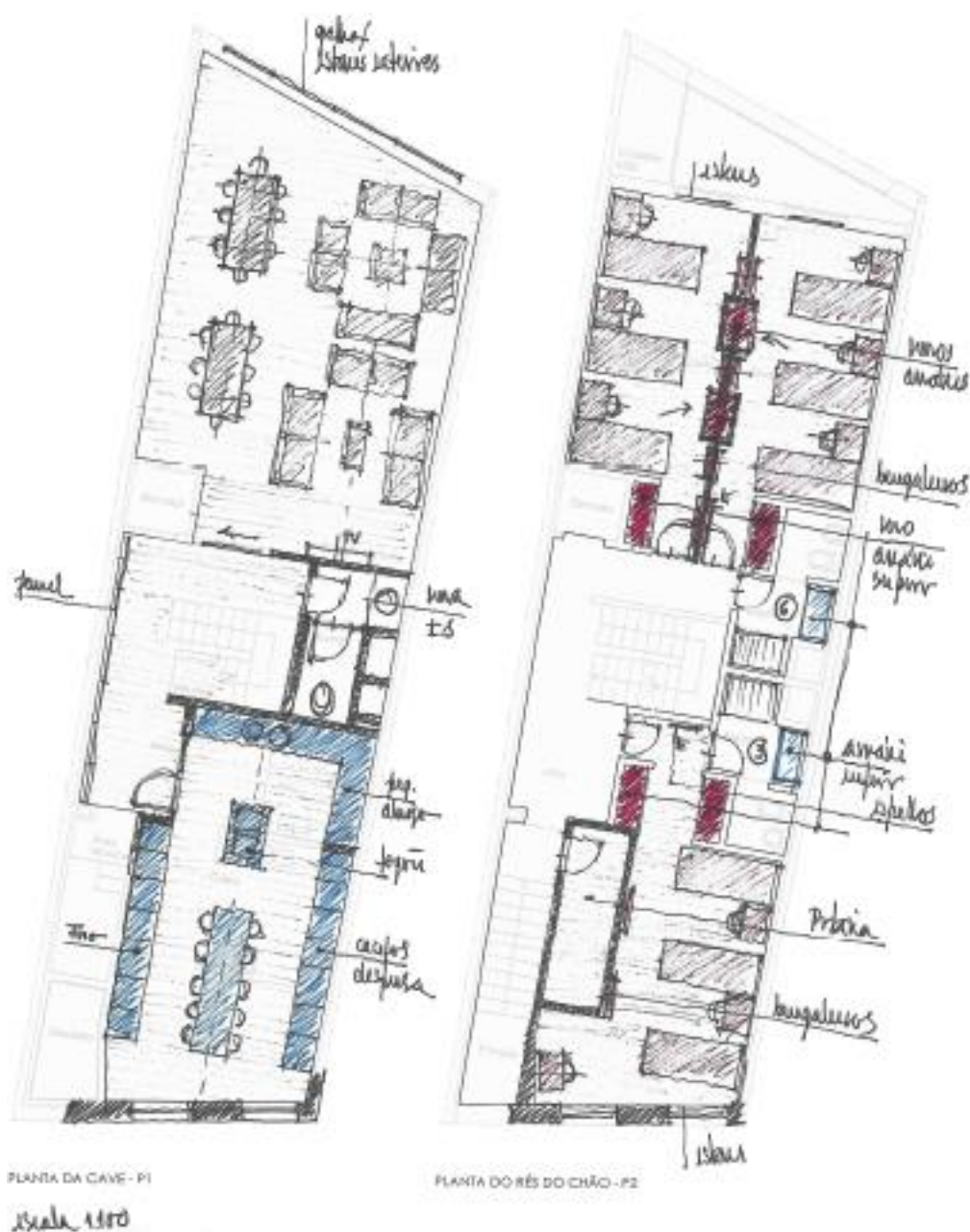


Ilustração 7 – Esquícios sobre plantas dos pisos 1 (cozinha e sala de estar) e 2 (quartos) da Residência Gonçalves e Sousa

Na Residência Bento Carqueja (Bainharia) as ações preconizadas ao nível do projeto contaram de:

- Renovação dos revestimentos de pavimento da cozinha e respetivos armários;
- Requalificação do espaço de lavandaria e quarto de banho de serviço;
- Redistribuição do mobiliário na sala de estar/convívio/estudo;
- Criação de um espaço de secagem de roupa no 1º andar com a colocação de um estendal exterior;
- Realização de trabalhos gerais de recuperação dos revestimentos interiores como pinturas, envernizamentos;
- Substituição de bases de duche e resguardos em casa de banho;
- Reparação de patologias diversas designadamente: Infiltração de água na sala de estar/convívio/estudo; infiltração de água nos quartos 1 e 9 provenientes da fachada.

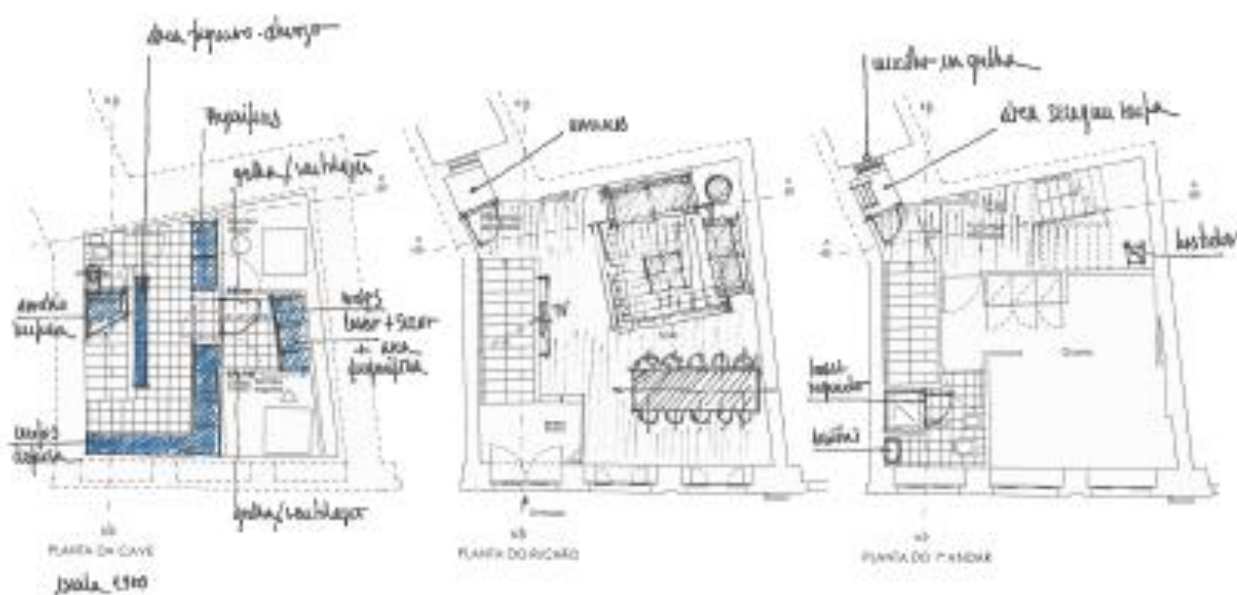


Ilustração 8– Esquícios sobre plantas dos pisos 1 (cozinha), 2 (sala de estar) e 3 (quarto) da Residência Bento Carqueja

Na Residência de Estudantes José Régio, a mais recente das residências, apenas foi projetada, para 2016, a compartimentação de espaços comuns dos pisos 1, 2 e 3 com estruturas leves, diferenciando as zonas de estudo, de lazer e fitness.



Ilustração 9 – Esquízo sobre planta do piso 2 da Residência José Régio

Na Residência de Estudantes da Azenha foi projetada:

- Conceção de estendais exteriores
- Revisão de iluminação, tetos, mobiliário e pinturas gerais do piso da cave
- Compartimentos da arrecadação da cave de modo a criar um espaço de rouparia e um espaço de apoio à manutenção e limpeza
- Criação de uma nova portaria no piso 0, incluindo um espaço destinado ao “Vending”
- Reconstrução da atual rouparia do piso 0 em dois quartos duplos
- Redistribuição do mobiliário da sala de estar incluindo a criação de um espaço de fitness e lazer
- Conversão dos espaços da portaria e rouparia num novo apartamento, que permitirá a atribuição de mais 4 camas

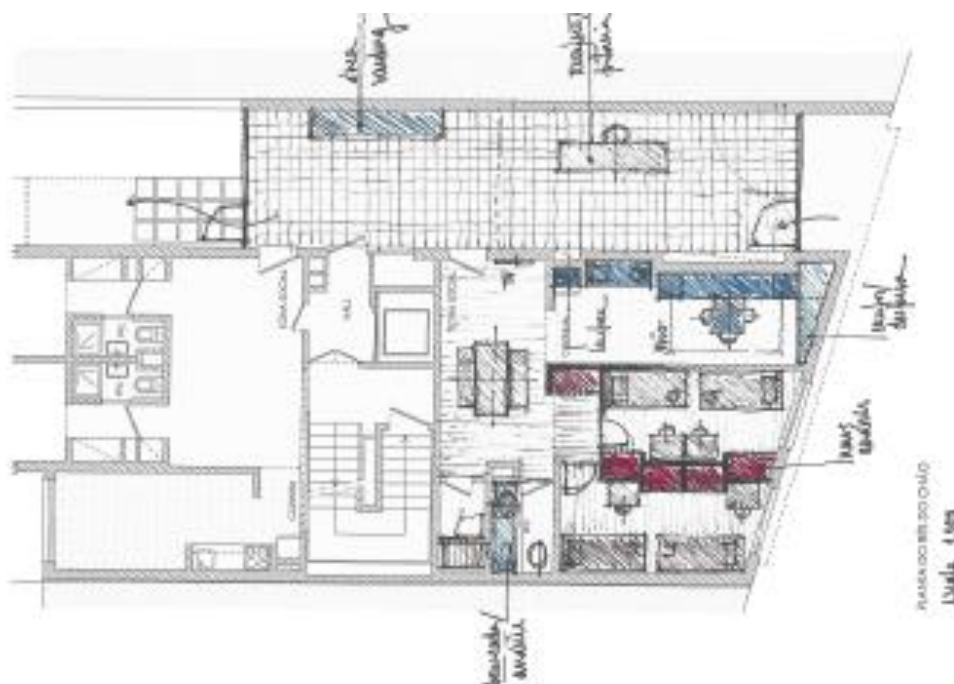


Ilustração 10 – Esqueto sobre planta do piso 2 da Residência da Azenha (nova portaria e apartamento)

Os projetos de requalificação das Residências Parada Leitão (Almeida Valente), Gonçalves e Sousa (Rio Bom), Bento Carqueja (Bainharia), Azenha e José Régio foram concretizadas durante o ano de 2016, proporcionando um aumento de 13 camas, para além de uma melhoria funcional dos espaços e um maior conforto dos mesmos.

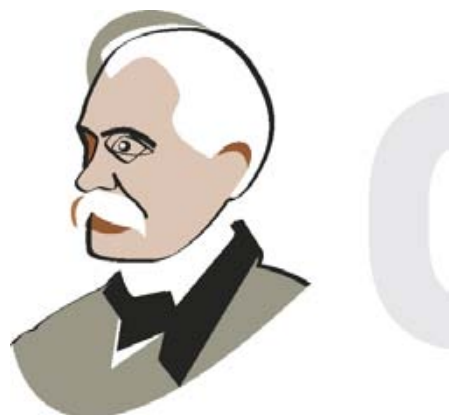
Aquando da abertura das residências após a realização das diversas intervenções, os SAS aproveitamos o momento para homenagear personalidades relevantes ligadas ao início das escolas mais antigas do Politécnico: ISEP, ISCAP e ESE. Esta homenagem consistiu na atribuição do nome dos diretores das escolas fundadoras a estas residências.

Assim:

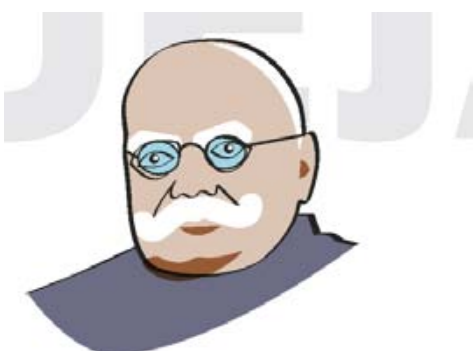
- A até à data designada Residência Almeida Valente, cujo nome teve origem na rua em que se localiza – Rua Almeida Valente – passou a ser designada de Residência Parada Leitão (1.º diretor do Instituto Industrial do Porto, escola fundadora do Instituto Superior de Engenharia do Porto)



A designada Residência Rio Bom (desconhece-se a origem do nome) passou a ser designada de Residência Gonçalves e Sousa (1.º diretor do Instituto Industrial e Comercial do Porto, escola fundadora do Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto)



A até à data designada Residência Bainharia (cujo nome resulta do local onde se encontra – Travessa da Bainharia – passou a ser designada de Residência Bento Carqueja (diretor do Magistério Primário, escola percursora da Escola Superior de Educação)



Em relação à residência de estudantes de S. Roque os projetos realizados constaram de:

- Redistribuição o mobiliário existente criando, nas áreas comuns, zonas funcionais distintas (estudo/trabalho e estar); atualizar e refuncionalização dos quartos (dotação de armários roupeiros, iluminação de apoio à leitura/cama, cabides e tratamento dos caixilhos/portas das varandas), cozinhas (adaptação dos armários aplicados (Rio Bom – piso 1) e novos armários (piso 2), quartos de banho (introduzindo armários sob a bancada, espelhos e iluminação)
- Ampliação da área técnica das AQS e criação uma área destinada a lavandaria e rouparia (no piso 1)
- Introdução de sistema de aquecimento central dos espaços
- Conciliação da introdução de um sistema de aquecimento central (definitivo) com as condições existentes
- Realização trabalhos gerais de manutenção (pinturas de tetos, paredes e caixilhos, envernizamento e tratamento de pavimentos, armários e portas, trabalhos de ocultação de infraestruturas existentes)

Os SAS preveem concretizar a intervenção projetada para residência S. Roque durante o ano de 2017.

Projetos de novas Residências: Residência Gil Vicente, Residência D. João IV e Residência do Breyner

Com vista a aumentar a oferta de alojamento aos estudantes do P.PORTO, os SAS do P.PORTO dispõem de um projeto para uma nova residência – Residência Gil Vicente – têm em curso a elaboração do projeto da Residência D. João IV e iniciaram em 2016 os estudos para a instalação de uma residência na Rua do Breyner.

A necessidade de construção da nova residência de estudantes de Gil Vicente resulta da enorme carência da oferta de alojamento existente no P.PORTO, comparando com as demais instituições de ensino superior.

Residência de estudantes Gil Vicente

A residência de estudantes Gil Vicente localizar-se-á na Rua de Gil Vicente, freguesia de Bonfim, concelho de Porto.

O projeto foi concluído em 2015 e, em termos gerais, prevê uma capacidade de 138 camas, distribuídas em 1 quarto triplo, 44 quartos duplos, 44 quartos individuais e 3 quartos para pessoas com mobilidade reduzida, e espaços de uso comum como sejam cozinhas/ kitchenetts; sala de refeições, salas de convívio e salas de estudo.

O custo estimado de construção é de 2.496.276,97€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.



Ilustração 11 – Planta geral da Residência de Estudantes Gil Vicente



Ilustração 12 – Alçado frontal do edifício da Rua

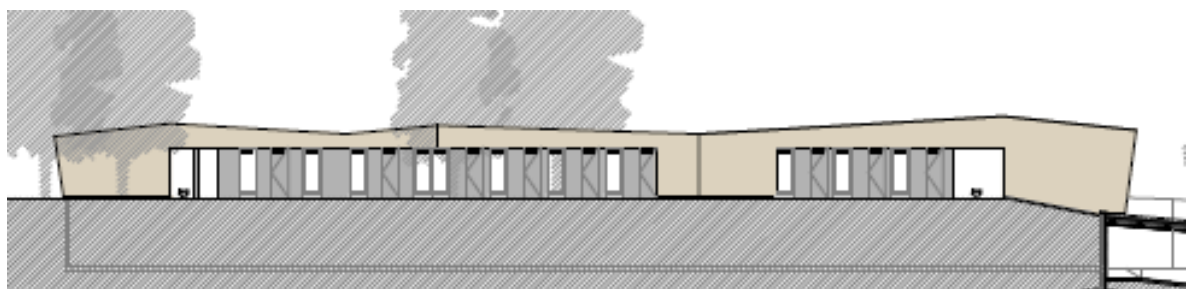


Ilustração 13 – Alçado frontal do edifício do Jardim

Residência D João IV

A residência D. João IV resultará da recuperação de 3 imóveis localizados na Rua D. João IV, freguesia de Bonfim, concelho de Porto., ao qual se juntou posteriormente um terreno na zona posterior destes imóveis – a Ilha.

Com a reformulação, em 2016, do programa funcional do conjunto edificados, os SAS preveem que os edifícios no seu todo comportem de um modo geral o seguinte programa:

Edifício da Rua D. João IV:

- Piso 0: Cozinha coletiva | Sala de estudo | Sala de convívio
- Piso 1: 4 quartos duplos + 1 simples com wc
- Piso 2: 4 quartos duplos + 1 simples com wc

Edifício de Apoio:

- Piso 0: Zona técnica comum a todos os edifícios | Arrumos | Zona de secagem de roupa, com o devido enquadramento arquitetónico que permita não colocar em causa o aspeto visual do imóvel e configure um espaço de acesso reservado.
- Piso 1: 2 Apartamentos duplos
- Piso 2: Fitness | Lavandaria comum
- Piso 3: 2 Apartamentos duplos, se possível

Logradouro:

- Zona de estar

“Ilhas”:

- 8 Quartos duplos dotados de kitchenette e zona de estar/trabalho
- Equipamento coletivo de lazer



Ilustração 14 – Vista esquemática do terreno da Ilha

OUTRAS INICIATIVAS

Um novo procedimento de acolhimento



No ano de 2016, os SAS implementaram um novo processo de acolhimento aos estudantes alojados nas suas residências.

No âmbito deste processo foi realizada, pela primeira vez, uma receção *in loco* conjunta de boas-vindas a todos os residentes, tendo sido realizada uma visita guiada, apresentadas as regras de funcionamento, assinado o contrato de alojamento e dada a conhecer a equipa que vai acompanhar o seu dia-a-dia no alojamento.

Foi, ainda, pela primeira vez, oferecido um kit individual de boas-vidas a cada estudante – SAS.resi.KIT, com artigos e material útil para o início do novo ano letivo 2016/2017.

Diretório das Residências P.PORTO

SERVIÇOS
DE ACÇÃO
SOCIAL

diretório
residências



Em 2016, os SAS promoveram a elaboração de um guia rápido de referência para os residentes.

Pela primeira vez os estudantes que estão nas Residências dos SAS do P.PORTO têm disponível um diretório que apoia o seu dia-a-dia. Uma resposta simples para cada questão.

Linha RESI.24 – Linha de Apoio ao Alojamento

De modo a aumentar a proximidade e garantir um apoio pleno dos mais de 300 estudantes alojados nas suas residências, os SAS criaram em 2016, uma linha 24h disponível para os estudantes residentes – a linha RESI.24.

6.

***M
od
er
niz
aç
ão***

PROJETO SAS360^o

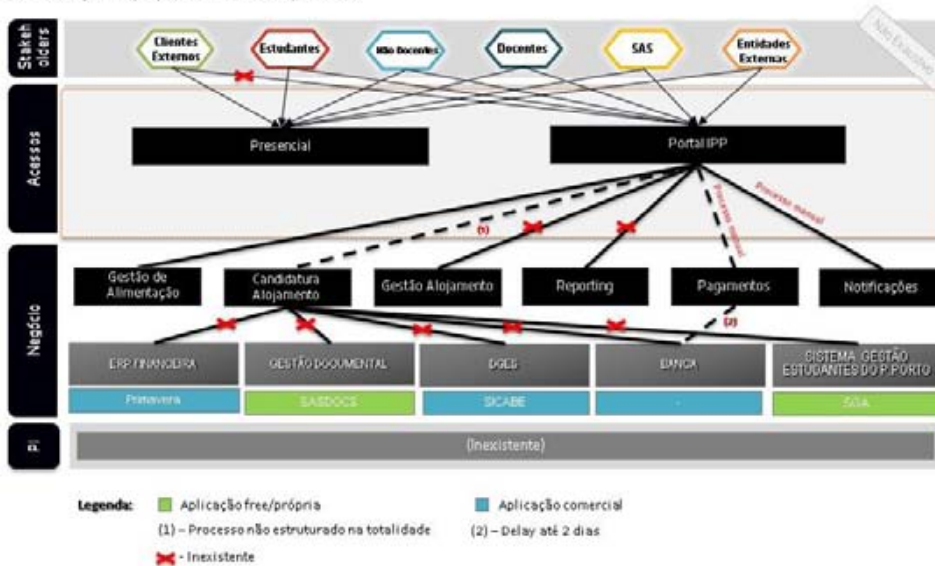
Em 2016 os SAS submeteram uma candidatura no âmbito do PORTUGAL 2020 enquadrada no Sistema de Apoio à Modernização e Capacitação da Administração Pública (SAMA2020).

O projeto objeto de candidatura – **SAS360^o** – mereceu parecer favorável e visa incorporar a implementação de 5 dimensões chave:

- **Disponibilização de uma plataforma de software** que permita a integração com os elementos atualmente existentes no IPP, desde a partilha de autenticação até é partilha do parque informático existente sem o prejuízo de ser uma solução escalável e elástica para futuros desenvolvimentos.
- **Implementação de um sistema de pagamentos integrados**, que permitirá aos elementos da comunidade educativa, controlarem a sua conta corrente, visualizarem o histórico de consumos, permitir a abertura a novos meios de pagamento.
- **Implementação de um sistema para gestão de refeições nas cantinas**, este sistema tem como principais objetivos permitir ao SAS o acompanhamento dos contratos de concessão das cantinas, reduzir o tempo de espera desde entrada na cantina até ao pagamento da refeição, aumentar o número de reservas de refeições e incentivar as boas práticas alimentares por parte da comunidade educativa.
- **Implementação de um sistema para gestão de residências**, este sistema possibilitará o controlo de informação de alunos a residências, a criação de novos mecanismos para monitorizar a infraestrutura física, como pedidos de apoio, registo de danos nos equipamentos/quartos, permitir a reconfiguração dos espaços destinados aos estudantes, construir mecanismos de alertas para informação relevantes do domínio de gestão de alojamento, como datas de checkin/checkout, permitir a criação de workflows de controlo de processos, criação de catálogos fotográficos de cada residência e quartos, disponibilização de informação para utentes com mobilidade reduzida.
- **Aplicação para “Smartphones” ipp mobile**, deverá ser implementada uma aplicação para disponibilização nas respetivas lojas “online” de IOS, Android e Windows Phone, que irá permitir aos SAS acompanhar a tendência crescente de utilização de estes novos meios de comunicação, para disponibilizar as principais funcionalidades de cada um dos sistemas anteriores. Assim permitirá à comunidade educativa, funcionalidades como marcação de refeição, pagamento “online” nas linhas de caixa, controlo da conta corrente, mediante o perfil consulta da informação de alojamento, receção de notificações, consulta dos seus dados de aluno, efetuar pedidos de intervenção e incidentes em residências, entre outros.

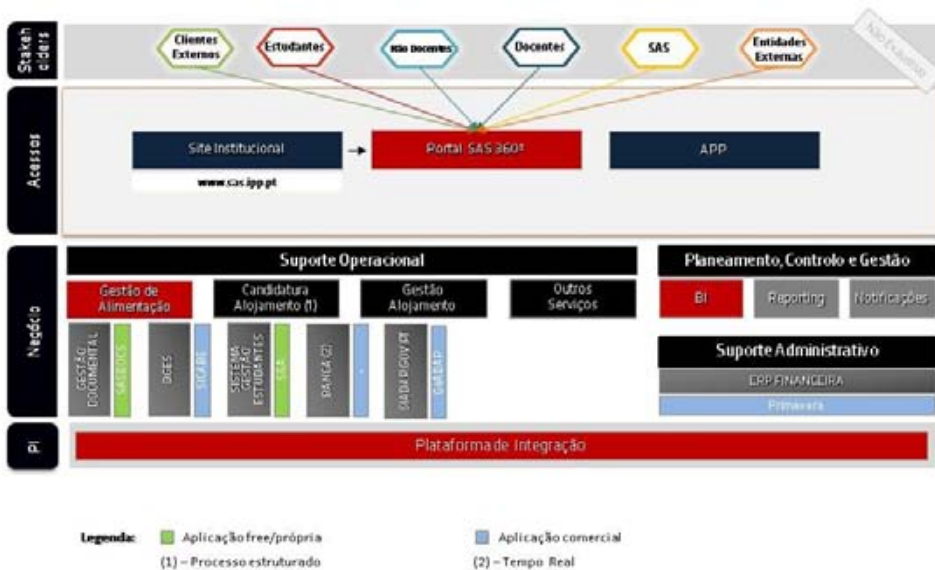
Situação Atual

Os sistemas de gestão de alojamento e alimentação dos SAS do P.PORTO, à semelhança da maioria das entidades, privadas ou públicas, foram sendo desenvolvidos para responder a necessidades prementes de negócio. O resultado é um conjunto desconexo e complexo de ferramentas que os SAS do P.PORTO tem procurado simplificar para os estudantes, através da realização de pequenas melhorias pontuais.



Situação Proposta

O mapeamento das aplicações dos SAS do P.PORTO na arquitetura lógica definida evidencia a evolução proposta para uma solução mais clara e simples.



SITE WWW.SAS.IPP.PT E REDES SOCIAIS

No âmbito da implementação de uma nova política e estratégia de comunicação interna e externa do Politécnico do Porto, abrangendo todas as suas Unidades Orgânicas e Serviços, durante o ano 2016, os SAS desenvolveram um novo site institucional.

O novo site permitiu consolidar a nova imagem e transmitir de uma forma simples mas apelativa informação atualizada e relevante a todos os estudantes.

Foram ainda desenvolvidas e melhoradas outros suportes de comunicação, designadamente: o facebook, ISSUU e Flirck.

TRATAMENTO ARQUIVÍSTICO

Os Serviços de Acção Social do IPP possuem no seu arquivo um volume significativo de documentação acumulada, a qual carece de inventariação e avaliação. Embora a informação se encontre preservada, a sua consulta é uma tarefa difícil de concretizar e o espaço ocupado com documentação é significativo, sendo difícil de gerir eventuais novas incorporações no arquivo, devido à limitação de espaço existente.

Em 2016, os SAS iniciaram o procedimento de tratamento arquivístico, com a identificação da documentação a avaliar e selecionar de forma a preservar somente a informação com valor probatório ou histórico e testemunhal, eliminando assim documentos sem qualquer valor arquivístico, mas que usam recursos valiosos e provocam ruído no momento da recuperação da informação.

7.

*Sa
úd
e e
Be
m-
est
ar*

CULTURA**ROCK IN RIO**

Em 2016, os SAS, com apoio de um dos seus parceiros comprometido com a ação social, levaram os três melhores marcadores do FUTSAL resiCUP 2016 ao Rock in Rio Lisboa.

WORKSHOP DE TEATRO

Os SAS proporcionaram aos estudantes alojados nas residências dos SAS a realização de um workshop de teatro no qual puderam desenvolver as suas competências diversas como a de comunicação, artística e criatividade.

VISITA AO TERMINAL DE CRUZEIROS DO PORTO DE LEIXÕES

Os Serviços de Acção Social do Politécnico do Porto organizaram, dia 25 de junho, uma visita ao Terminal de Cruzeiros do Porto de Leixões. Este evento, foi realizado no âmbito das visitas previstas no programa CALEIDOSCÓPIO.passaporte, e propiciou uma oportunidade única para descobrir um espaço referência da arquitetura portuguesa. O CALEIDOSCÓPIO.passaporte é uma iniciativa da ação social do P.PORTO em articulação com um vasto conjunto de parcerias, que visa encorajar a comunidade de estudantes residentes a usufruir de

um conjunto de atividades culturais, estimulando uma ligação significativa à cidade, à sua história e à cultura.

DESPORTO

resiCUP2016



Os SAS realizaram a 2.ª edição do Resi Cup 2016, o torneio de futsal de estudantes alojados nas residências P.PORTO, com a participação de cerca de 60 estudantes. O torneio teve lugar no Pavilhão Desportivo do Politécnico do Porto e teve a participação das equipas José Régio/São Roque/RioBom, Almeida Valente (no torneio feminino) e Bainharia, Rio Bom, S. Roque, Almeida Valente 1 e Almeida Valente 2 no torneio masculino. A final da competição feminina disputou-se entre a equipa/residência Almeida Valente e a equipa José

Régio/São Roque/Rio Bom, com a vitória da Almeida Valente.

23.º CAMPEONATO MUNDIAL UNIVERSITÁRIO DE ANDEBOL



O estágio de preparação dos atletas portugueses realizado no Pavilhão da Escola Secundária José Régio, em Vila do Conde, contou com o apoio dos Serviços de Acção Social do Politécnico do Porto. Vasco Santos (Politécnico do Porto), Miguel Martins (Instituto Universitário da Maia), Ulisses Ribeiro (Universidade de Aveiro), Alexandre Moura e Ricardo Barrão (Universidade de Lisboa), Diogo Branquinho e Pedro Carvalho (Universidade do

Minho) e André Azevedo, Belmiro Alves, Carlos Santos, Francisco Leitão, Miguel Batista, Miguel Vieira, Nuno Carvalhais, Ricardo Ramos e Rúben Sousa (Universidade do Porto) foram os estudantes-atletas convocados. O campeonato teve lugar entre 27 de junho e 3 de julho, em Espanha.

LAZER**FESTA DE S. JOÃO NO SAS DO P.PORTO**

Em 2016, os SAS organizaram uma festa de S. João com futebol e muita animação à mistura. A festa, destinada a todos os estudantes alojados nas residências dos SAS teve lugar no anfiteatro externo junto à Escola Superior de Educação.

Esta festa não só propiciou uma oportunidade de festejar em comunidade o S. João num cenário magnífico, como assistir ao jogo Hungria-Portugal.

Foi um momento especial de confraternização e celebração do final do ano letivo 2015/2016.

resi.MAGUSTO 2016

Os estudantes da Residência Parada Leitão foram os anfitriões do resi.MAGUSTO 2016 organizado pelos Serviços de Acção Social do P.PORTO.

O resi.MAGUSTO 2016 foi a ocasião especial para conviver e partilhar conhecimento entre todos os estudantes.

Com animação e num contexto de referência e vivência às tradições portuguesas – S. Martinho, houve lugar à participação ativa de todos num Quiz sobre o Politécnico do Porto.

Num espaço em que não poderia faltar o fruto tradicional – castanhas – todos os estudantes tiveram a oportunidade de conhecer uma das formas mais típicas de assar castanhas – carrinho clássico assador de castanhas. O evento contou com a presença de representantes das Associações de Estudantes e dos órgãos de gestão das Escolas do P.PORTO, num ambiente informal e de proximidade.

PRIMEIRO DIA DE AULAS NA ESS

O início do ano letivo 2016–2017 na Escola Superior de Saúde iniciou nas novas instalações da Escola. A ocasião foi particularmente especial por, depois do 36.º aniversário celebrado em finais de setembro de 2016, coincidir com a mudança da escola para as novas instalações no Pólo da Asprela.

Os Serviços de Acção Social do P.PORTO estiveram presentes na abertura do ano letivo com a promoção de uma ação de boas-vindas a todos os estudantes.

SAS - resiNATAL 2016

O resiNatal 2016, uma iniciativa dos Serviços de Acção Social do P.PORTO, foi mais um momento de partilha e construção contínua do nosso sentimento de comunidade e proximidade.

O jantar volante incluiu pratos típicos da quadra natalícia e houve ainda oportunidade de conhecer danças do mundo interpretadas pelos residentes internacionais.

SAÚDE**RASTREIOS DE BEM-ESTAR FÍSICO E MENTAL**

Os Serviços de Acção Social, no âmbito da sua intervenção do domínio da Saúde, iniciaram em 2016 a realização de um programa de Rastreios de Bem-Estar Físico e Mental, em todas as Escolas do P.PORTO.

Esta iniciativa, destinada a todos os estudantes e que conta com o apoio das Associações de Estudantes, pretende avaliar os hábitos e comportamentos de saúde, física e psicológica, promovendo a adoção de estilos de vida saudáveis.

Nestes rastreios, foram avaliados os padrões e comportamentos alimentares, peso, índice de massa corporal, tensão arterial e alguns indicadores relativos ao bem-estar psicológico (ansiedade; depressão, entre outros).

No final de cada participação, os estudantes puderam conhecer os resultados do seu rastreio.

Uma ação que pretendeu contribuir para o bem-estar pessoal e sucesso académico.

PROGRAMA RISCOS E DESAFIOS

Numa parceria com a ARS Norte, os SAS do Politécnico do Porto promoveram, durante o ano de 2016, um programa único de desenvolvimento de competências de vida - Programa "Riscos & Desafios".

O "Riscos & Desafios" é um programa co-curricular destina-se aos estudantes do 1.º ano, e pretende promover a adaptação académica e o crescimento psicossocial do jovem universitário, através do desenvolvimento de competências pessoais e sociais, designadamente:

- Facilitar a adaptação e o sucesso do estudante no contexto do Ensino Superior
 - Promover a construção de uma rede social de apoio entre estudantes do Ensino Superior
-
- Promover comportamentos de proteção e prevenir comportamentos de risco para a saúde
 - Desenvolver competências pessoais e interpessoais
 - Promover a adoção de estilos de vida saudáveis
 - Diminuir as taxas de abandono no primeiro ano de frequência no Ensino Superior

8.

Orç am ent o Par tici pati vo



No âmbito da estratégia global de reforço da participação dos estudantes nos processos de decisão e gestão de recursos, os Serviços de Acção Social do Politécnico do Porto, entenderam conferir prioridade a uma nova iniciativa – a promoção de um Orçamento Participativo.

O Orçamento Participativo da Acção Social (opAS) é um instrumento democrático que permite que qualquer estudante do P.PORTO intervenha responsabilmente nas atividades a desenvolver, através do envio de propostas de projetos e escolha dos projetos a implementar (votação on-line).

Com esta iniciativa pretende-se manter uma gestão próxima entre todos os estudantes e a Acção Social do P.PORTO, na procura de soluções e novas ideias, fomentando um espírito cívico, onde as preocupações individuais sejam integradas no bem público comum, reforçando a responsabilidade e formação integral de todos os estudantes envolvidos e, ainda, contribuindo para a qualidade da cultura democrática.

A Acção Social do P.PORTO pretende a concretização dos seus objetivos através da proximidade real, olhar crítico, participação ativa, melhoria e inovação na ação. O opAS é coordenado por uma Comissão onde está presente o Conselho de Acção Social, o Provedor do Estudante e um representante de cada Associação de Estudantes.

Esta é a possibilidade de materializar uma ideia em prol do bem comum.

9.

Valorização

PÓLO ZERO



Em 2016, os SAS do P.PORTO e a FAP desenvolveram uma parceria inovadora no Pólo Zero que permite aos diplomados iniciar uma formação em contexto real.

Os SAS e a FAP, numa ótica de cooperação ativa e articulação em rede, concretizaram um projeto que permitirá a alguns diplomados do P.PORTO colocar em prática os conhecimentos adquiridos na licenciatura ou mestrado, através da realização de estágios no Pólo Zero.

A realização desta formação, em contexto real, pretende promover e valorizar os diplomados através de um processo contínuo de desenvolvimento de competências.

Esta parceria poderá, ainda, contribuir para a dinamização de atividades e projetos desenvolvidos para e pelos estudantes da comunidade P.PORTO.

PAREDES A MEIAS

Os Serviços de Acção Social, em 2016, impulsionaram e apresentaram um novo projeto cultural intitulado "Paredes a meias",

Este projeto pretende promover, em todo o universo do Politécnico do Porto, iniciativas culturais e sociais que facilitem, valorizem e reforcem a interligação entre as diferentes escolas e a correlação dos seus públicos.

Este projeto prevê uma itinerância por diversos espaços, assim como a participação de vários ex-alunos, convidados a intervir nos espaços públicos, ampliando desse modo a visibilidade dos seus trajetos artísticos.

Espera-se que a oferta cultural diversificada e o contágio dos futuros criadores dotem esses locais de uma ambivalência que possibilite ir além dos serviços que prestam.



10.

O ut ra s aç õe s

PASSATEMPOS

CONCURSO PARA O LOGOTIPO DO PROJETO SEMPRE PERTO!

Os Serviços de Ação Social do P.PORTO iniciaram um novo projeto para os estudantes que pretende desenvolver e reforçar um conjunto alargado de valências: saúde, atividades culturais, apoio ao sucesso educativo, cidadania ativa, entre outras. O projeto SEMPRE PERTO!

APOIOS

CURTAS VILA DO CONDE



É missão do SAS do P.PORTO valorizar o estudante nas suas múltiplas dimensões, promovendo iniciativas de acesso e aproximação ao horizonte cultural.

Os Serviços de Acção Social do P.PORTO apoiaram a presença de oito estudantes dos cursos de Audiovisual e de Multimédia do Departamento de Artes da Imagem da Escola Superior de Música e Artes do Espetáculo (coordenados pelo professor Nuno Tudela) na 24.ª edição do Curtas Vila do Conde

– Festival Internacional de Cinema, através do alojamento na residência de São Roque.

Esta foi uma ação integrada numa política de apoio e encorajamento à realização pessoal, intelectual e cultural do estudante P.PORTO.

O Curtas é o maior festival de curtas-metragens do país e um dos maiores da Europa, referência e ponto de encontro para criadores e público. A 24.ª edição, que decorreu entre 9 e 17 de julho, apresentou nove filmes-concerto/performances e 241 filmes, oriundos de 46 países, em 81 sessões de cinema que decorreram nas duas salas do Teatro Municipal de Vila do Conde para cerca de 20 mil espectadores.

TRANSPORTE DE ESTUDANTES ENTRE O CAMPUS 1 E O CAMPUS 2

Na sequência extinção da Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão (ESEIG), alguns cursos ministrados até à data nessa Escola foram reafectos ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto (ISCAP) e Instituto Superior de Engenharia do Porto (ISEP).

Em face da distância entre o Campus 2 (Vila do Conde) e o Campus 1 (Porto) ser significativa, assim como o encargo de que o transporte representa, situação à qual os estudantes são alheios, os SAS disponibilizaram desde o início do ano letivo 2016–2017 transporte para todos os estudantes abrangidos por esta reafecção, de modo que tal não representasse um encargo adicional para os mesmos.

MENTORIA

PAR A PAR 2016



Teve lugar na Residência Parada Leitão o arranque do Programa Par a Par dos SAS do P.PORTO.

O Programa Par a Par, desenvolvido pelos SAS durante o ano 2016, baseou-se na relação estabelecida entre um mentor e um novo estudante, pretende contribuir para facilitar a transição para o Ensino Superior dos novos estudantes que foram acolhidos numa residência dos SAS do P.PORTO, promovendo sentimentos de bem-estar pessoal e de pertença à comunidade P.PORTO.

O convívio de abertura do Programa Par a Par foi uma das iniciativas de apoio à integração, que contou com a realização de dinâmicas de grupo facilitadoras do desenvolvimento das relações interpessoais, para os residentes se conhecerem melhor, visualizou-se um vídeo relativo à mentoria e criou-se um momento para a reflexão sobre o tema e partilha de experiência dos residentes mentores sobre o seu próprio de integração. E por fim houve lugar à "descoberta" do mentor que teve o compromisso de acompanhar o novo estudante ao longo do ano letivo 2016/2017.

VOLUNTARIADO**BANCO ALIMENTAR**

Em 2016, os SAS uniram-se mais uma vez, em prol de uma causa para ajudar quem precisa, tendo estado presentes na 44.ª Campanha de Recolha de Alimentos do Banco Alimentar. A recolha teve lugar no Continente – Bom Dia de Ramalde e foi a 14.ª melhor recolha, em 261 locais, do Distrito do Porto. Feita só com equipa de estudantes.



11.

**As
Pes
soa
s**

Uma equipa motivada e envolvida com a organização é fator decisivo para o sucesso das organizações. É assim que se caracteriza a coesa e comprometida equipa dos SAS do P.PORTO. Uma equipa que superou metas, mesmo em condições adversas, e que se afirma com o princípio:

A ação social somos todos nós!

Comprometemo-nos, envolvemo-nos e trabalhamos continuamente por fazer mais e melhor!

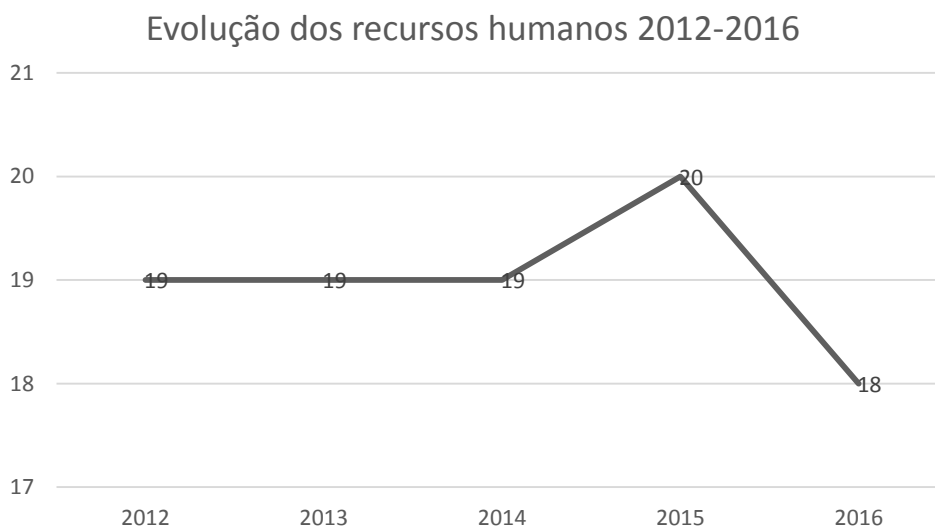


Figura 20 – Recursos humanos a 31-12-2016

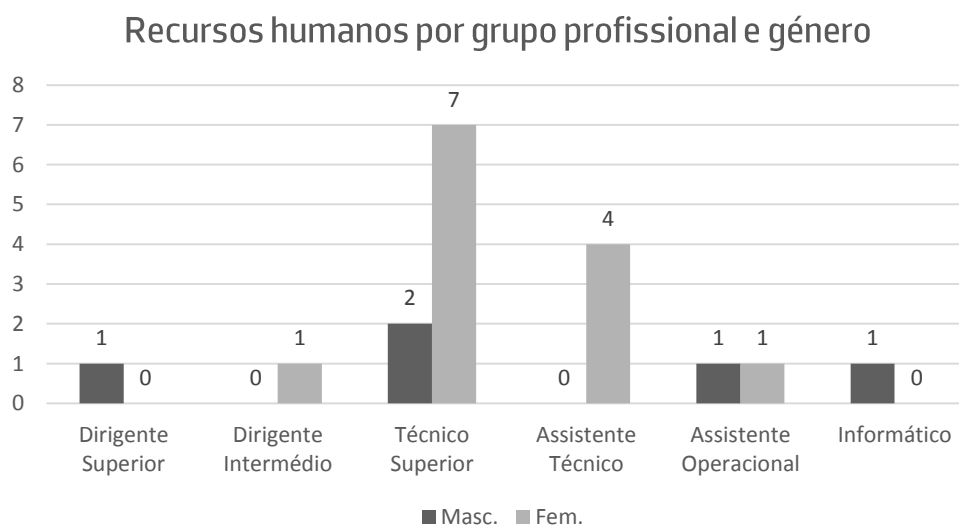


Figura 21 – Efetivos por grupo profissional e género a 31-12-2016

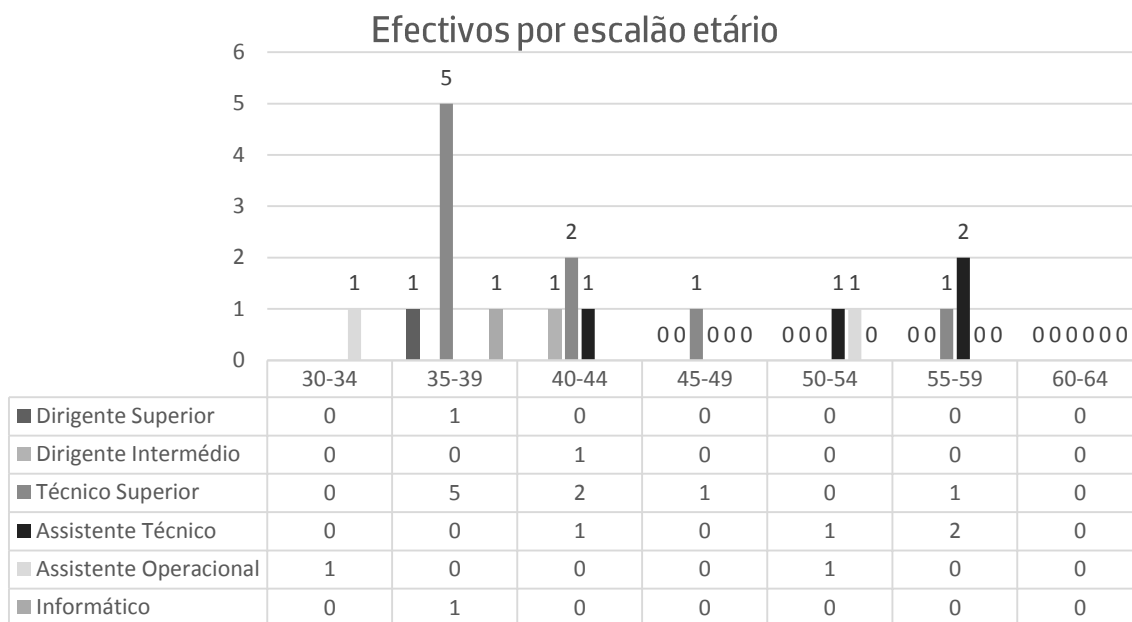


Figura 22 – Efectivos por escalão etário a 31-12-2015

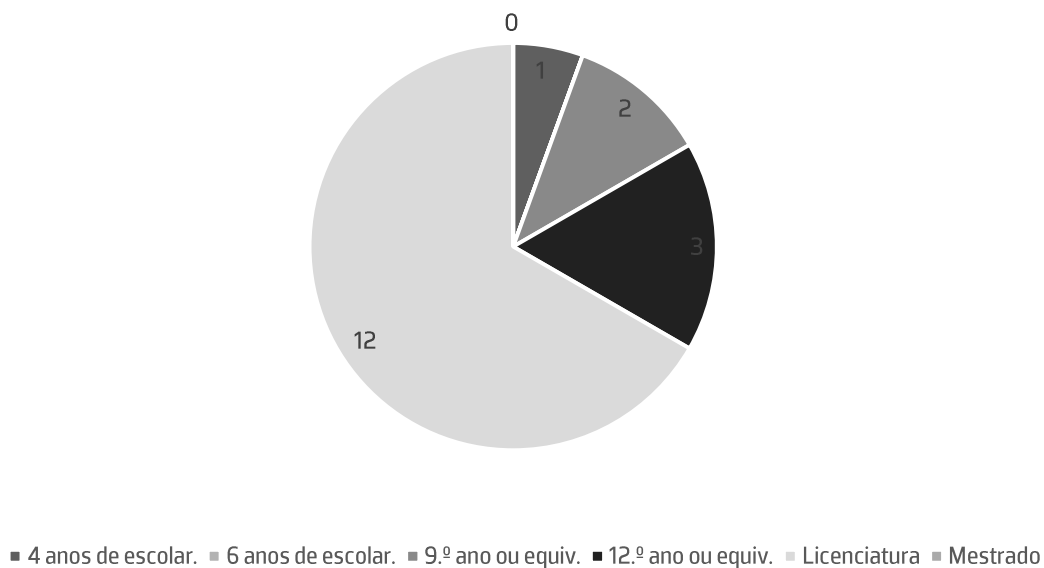


Figura 23 – Efectivos por habilitação literária a 31-12-2016

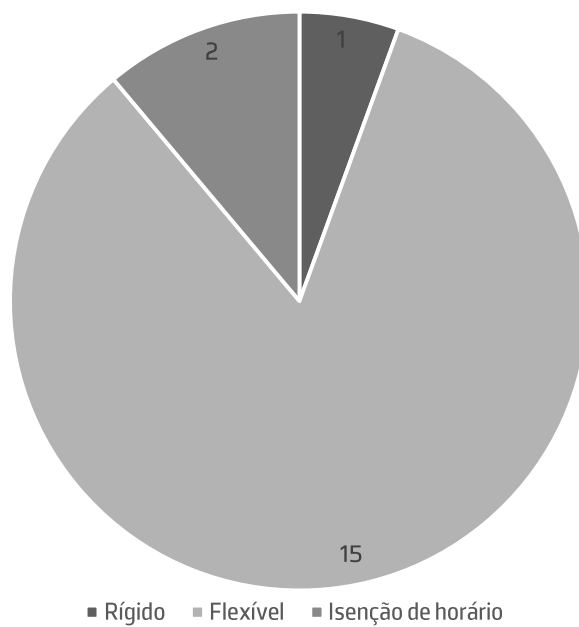


Figura 24 - Modalidade de horário de trabalho a 31-12-2016

Despesa com pessoal

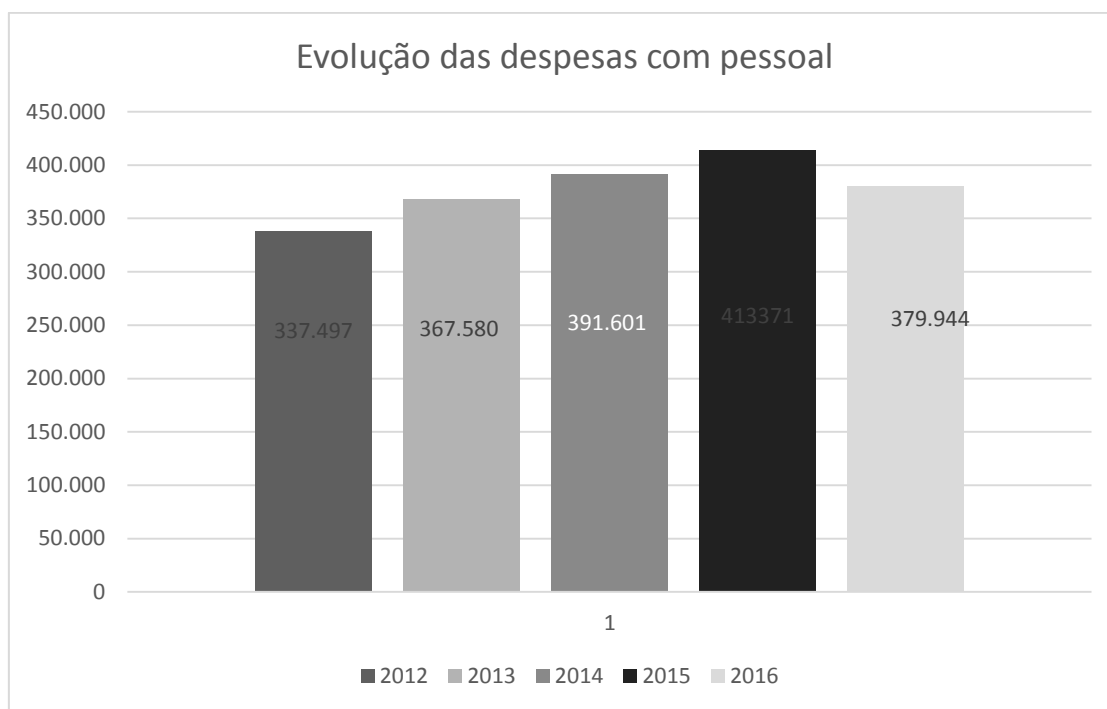


Figura 25- Evolução da despesa com pessoal no período de 2010-2016

No que se refere à gestão de recursos humanos, o rigoroso controlo em matéria de contratação e de despesas com os recursos humanos conduziram a uma volatilidade das despesas de pessoal no período de 2012 a 2016. Comparativamente com o ano de 2015, verifica-se uma redução 8,1 % das despesas com pessoal, cujo encargo inclui a reversão da redução remuneratória temporária prevista, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2015, conforme dispõe no art.º 4º da Lei n.º 75/2014, de 12 setembro.

Encargos com pessoal em 2016

Remunerações certas e permanentes	Valor (euros)
Remuneração Base	246 582,34
Representação	2 287,68
Subsídio de refeição	16 196,11
Subsídio de férias e natal	41 255,22
Total	306 321,35

Abonos variáveis ou eventuais	Valor (euros)
Trabalho extraordinário	1 379,87
Abono para falhas	0,00
Ajudas de Custo	194,28
Outros suplementos remuneratórios	50,96
Total	1 625,11

Segurança Social	Valor (euros)
Encargos com a saúde	139,93
Subsídio familiar a crianças	648,16
Caixa Geral de Aposentações	36 567,12
Segurança Social	32 693,03
Doença	119,46
Total	71 997,79

Outros	Valor (euros)
PEPAC – Programa de Estágios na Adm. Pública Central	52 153,24
Estágios internos	11 765,93
Total	63 919,17

12.

***Rec
urso
s
Fina
ncei
ros***

8.1 Modelo Geral de Financiamento

As bases do financiamento da Ação Social no Ensino Superior encontram-se reguladas pela Lei n.º 37/2003, de 22 de Agosto. Sendo o Diploma que regula a presente matéria, importa evidenciar as principais dimensões com impacto nos SAS do P.PORTO.

Compromisso, Objetivos e Meios

- O Estado compromete-se a *garantir a existência de um sistema de ação social que permita o acesso ao ensino superior e a frequência das suas instituições a todos os estudantes.*
(n.º 1 do artigo 18.º)
- A *Ação Social garante que nenhum estudante será excluído do subsistema do ensino superior por incapacidade financeira.*
(n.º 2 do artigo 18.º)
- *“O Estado investirá na ação social escolar e nos apoios educativos, consolidando e expandindo as infraestruturas físicas, nomeadamente privilegiando a construção de residências e cantinas”,* prevendo que o *“financiamento dos serviços de ação social nas instituições de ensino superior é fixado por decreto-lei, através de uma fórmula calculada com base em critérios de equidade, eficiência e bom desempenho”*
(n.º 2 e 3 do artigo 19.º)

Ação Social Escolar

1. *No âmbito do sistema de ação social escolar, o Estado concede apoios diretos e indiretos geridos de forma flexível e descentralizada.*
2. *O apoio social directo efectua-se através da concessão de bolsas de estudos.*
3. *O apoio social indirecto pode ser prestado para:*
 - a. *Acesso à alimentação e ao alojamento;*
 - b. *Acesso a serviços de saúde;*
 - c. *Apoio a actividades culturais e desportivas;*
 - d. *Acessos a outros apoios educativos.*

No domínio específico do financiamento da Ação Social há que distinguir duas áreas de missão distintas: Apoios Sociais Diretos e Apoios Sociais Indiretos.

Os montantes e modalidades de apoio inerentes à área dos Apoios Sociais Diretos são fixadas por diploma específico, existindo uma atribuição direta ao estudante, mediante a avaliação dos SAS do P.PORTO.

Na área dos Apoios Sociais Indiretos, atendendo à multiplicidade de domínios legalmente tipificados, a especificação do modelo de financiamento não está totalmente regulamentado, sendo que de acordo com o artigo 24º, o acesso aos serviços de alimentação e de alojamento seriam “subsidiados de acordo com a fórmula a definir por portaria conjunta dos Ministros das Finanças e de Ciência e do Ensino Superior”.

Apesar do compromisso e princípios previstos na lei de bases de financiamento, na última década, não tem existido uma clarificação sobre a existência de um modelo de financiamento equilibrado e equitativo para a Ação Social, sobretudo quando é realizada uma análise comparativa no Ensino Superior Público.

8.2 Financiamento dos SAS do P.PORTO

Os SAS do P.PORTO, face à sua dimensão e comparativamente a outras entidades de natureza semelhante, têm uma situação de subfinanciamento, ao nível das receitas gerais estado, recorrendo a receitas próprias ou transferências diretas do P.PORTO para custear despesas gerais de funcionamento e investimento.

O orçamento dos SAS do P.PORTO é subdividido em três fontes de financiamento:

- a. As dotações do **Orçamento de Estado**, fonte de financiamento 311, atribuído através da dotação global determinada para o P.PORTO;
- b. As **Receitas Próprias**, fonte de financiamento 510, geradas pela atividade dos serviços prestados;
- c. **Transferências de Serviços e Fundos Autónomos**, fonte de financiamento 540, que na sua essência decorre da afetação de um valor de propinas do P.PORTO.

8.3 Análise Orçamental

A Receita

O planeamento e arrecadação de receita em 2016, centrou-se na adoção dos princípios de boa gestão e no desenvolvimento dos procedimentos necessários à boa cobrança dos serviços concretizados de natureza pública.

Da análise à receita cobrada em 2016, por fonte de financiamento, verifica-se que as atividades dos SAS do P.PORTO são financiadas em 34% por Orçamento do Estado, sendo o remanescente proveniente de Receitas Próprias e das Transferências do Instituto Politécnico do Porto.

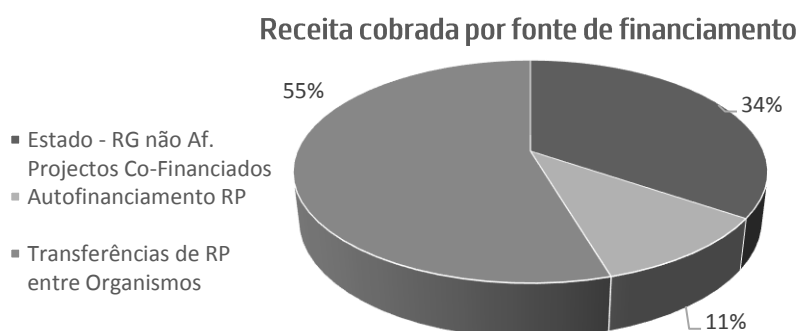


Figura 26 – Recebimentos cobrada por fonte de financiamento

A partir do gráfico abaixo é possível visualizar que a receita de Orçamento de Estado se tem mantido, desde 2013, estável, com ligeiras oscilações decorrentes as alterações legislativas ao nível das remunerações com os trabalhadores da Administração Pública.

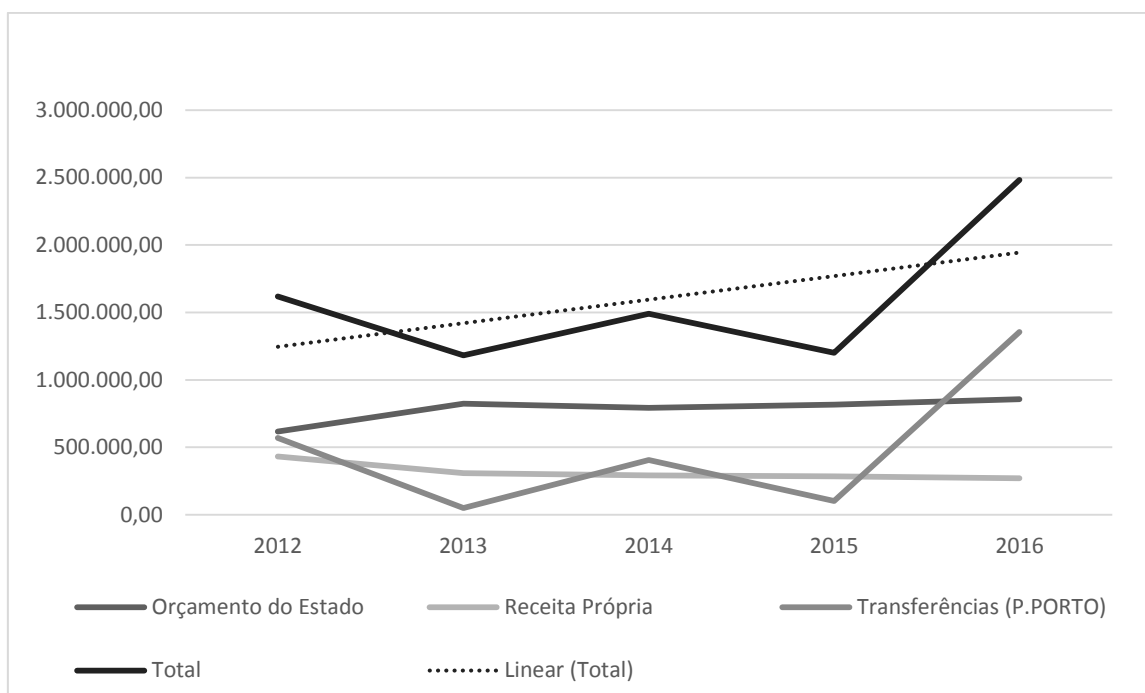


Figura 27 – Evolução da receita por fonte de financiamento

Fonte de Financiamento	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Orçamento de Estado	671.312,00 €	616.445,00 €	822.670,00 €	793.588,00 €	816.532,00 €	856.215 €
Receitas Próprias	637.405,96 €	432.792,37 €	307.996,92 €	292.645,17 €	283.612,59 €	271.078
Transferências	27.818,03 €	570.000,00 €	50.584,12 €	404.975,48 €	101.550,00 €	1.355.025 €
TOTAL	1.336.535,99 €	1.619.237,37 €	1.181.251,04 €	1.491.208,65 €	1.201.694,59 €	2.482.318

Figura 28 – Evolução dos recebimentos por fonte de financiamento

Numa análise comparativa face ao ano de 2015 dos recebimentos, há que referenciar o reforço extraordinário do orçamento dos SAS realizado pelo P.PORTO para o Plano de Investimento em Infraestruturas de Valorização Social, que representou 55 % do total dos recebimentos, com uma variação positiva face a 2015 encontram-se os 34% dos recebimentos provêm do financiamento por via de Orçamento do Estado e por último há que realçar a redução da Receita Própria proveniente essencialmente das receitas de alojamento.

Recebimentos de gerência por fonte de financiamento	2016		2015		Variação
	Valor	%	Valor	%	Valor
(1) Dotações orçamentais (FF 311)	856 215 €	34%	816 532 €	68%	39 683 €
(2) Receitas próprias	271 078 €	11%	283 613 €	24%	-12 535 €
(3) Transferências do IPP	1 355 025 €	55%	101 550 €	8%	1 253 475 €
(4) Sub-total (1+2+3)	2 482 318 €	100%	1 201 695 €	100%	1 280 623 €
(5) Saldos da gerência anterior	3 080 457 €	---	2 989 351 €	---	---
(6) Total recebimentos do exercício (4+5)	5 562 775 €		4 191 046 €		1 371 730 €

Figura 29 - Recebimentos por fonte de financiamento 2014-2015

Considerando as previsões orçamentais corrigidas, o grau de execução orçamental dos SAS do P.PORTO, face ao planeamento, foi de 99.98%

Na desagregação da receita por classificação económica assume particular importância as transferências provenientes do Instituto Politécnico do Porto e do Orçamento do Estado (correntes e capital).

Uma outra rubrica que merece particular destaque é a receita referente aos serviços de alojamento, com origem na comparticipação dos estudantes a residir nas residências de estudantes sob a gestão dos SAS do P.PORTO. De referir que a mensalidade é fixada em função da tipologia do quarto e da situação económica do estudante e que varia entre os 73 e 122 euros por mês.

No segundo trimestre de 2016, os SAS do P.PORTO integraram os saldos da gerência de 2015, num valor global de 3.080.457euros, subdivido do seguinte modo:

- a) Saldos de receitas gerais não afetos a projetos cofinanciados - fonte de financiamento 313 - 210.192 euros;
- b) Saldos de receita própria transitados - fonte de financiamento 520 - 2.870.265 euros.

	Previsões corrigidas	Receita cobrada líquida	Grau de execução orçamental da receita
Orçamento de Estado			
Transferências correntes	517.442,00 €	505.149,00 €	97,62%
Transferências de capital	351.066,00€	351.066,00 €	100,00%
Orçamento de Estado – Saldos Transitados			
Saldo da gerência anterior	210.193,00 €	210.192,31 €	100,00%
Receitas Próprias			
Taxas, multas e outras penalidades	400,00 €	173,62 €	43,41%
Rendimentos da propriedade	9.800,00 €	1.475,93 €	15,06%
Encargos da dívida	200,00 €	0 €	0,00%
Venda de bens e serviços correntes	273.770,00 €	230.545,02 €	84,21%
Outras receitas correntes	1.050,00 €	1048,75 €	99,88%
Reposições não abatidas nos pagamentos	37.835,00€	37.834,52€	100,00%
Receitas Próprias – Saldos Transitados			
Saldo da gerência anterior	2.870.266,00 €	2.870.265,01 €	100,00
Transferências			
Transferências correntes	1.405.026,00 €	1.355.025,20 €	96,44%
Total	5.677.048,00 €	5.562.775,36 €	97,99%

Figura 30 – Recebimentos na gerência por fonte de financiamento e classificação económica

Ao nível da Receita Própria gerada pelos SAS do P.PORTO importa evidenciar, como referido, o relevo da receita de Alojamento, correspondendo a 98.8%, correspondendo os 1.2% remanescentes a receita cobrada com juros e a outras receitas.

Com a alteração do paradigma ao nível da Alimentação, o concessionário é responsável pela cobrança da receita decorrente desta atividade, sendo a mesma receita direta do mesmo, o montante arreado nesta dimensão não têm qualquer expressão desde o ano de 2014.

Tipo de Receita	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Receita de Alimentação	368.915,46 €	158.405,74 €	47.577,00 €	85,92 €	89,43 €	
Receita de Alojamento	214.029,50 €	236.277,04 €	234.931,46 €	239.294,14 €	248.244,30 €	230.475,54 €
Juros	31.986,03 €	31.171,58 €	21.613,11 €	16.173,19 €	16.173,19 €	1.475,93 €
Outras	22.474,97 €	23.267,44 €	3.875,35 €	37.091,92 €	19.105,67 €	1.291,85 €
TOTAL	637.405,96 €	449.121,80 €	307.996,92 €	292.645,17 €	283.612,59 €	233.243,32 €

Figura 31 – Evolução da Receita Própria dos SAS

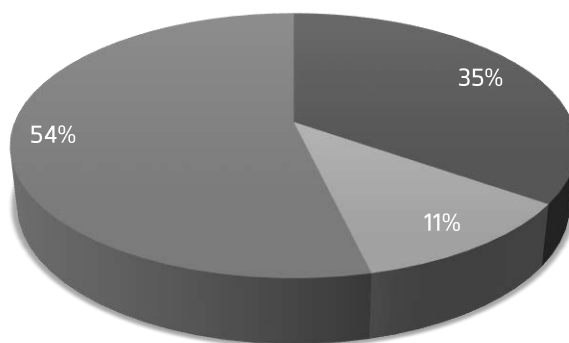
Uma análise mais detalhada à origem da receita própria permite aferir a redução de receita das unidades de restauração com impacto nas contas dos SAS do P.PORTO a partir de 2013.

A Despesa

A assunção de compromissos e a realização de despesas pelos SAS do P.PORTO foram executadas de acordo com o princípio da economia, eficiência e eficácia. A economia, a eficiência e a eficácia consistiram na utilização do mínimo de recursos que assegurem os adequados padrões de qualidade, na promoção do acréscimo de produtividade e na utilização dos recursos mais adequados para atingir os resultados dos objetivos propostos.

Em 2016, por fonte de financiamento, a despesa paga acompanha o princípio subjacente à estrutura da receita verificando-se que as atividades dos SAS do P.PORTO foram financiadas em 54% (em 2015 foi de 72%) por Orçamento de Estado, sendo o remanescente proveniente de Receitas Próprias 11% (em 2015 foi de 22%) e das Transferências do Instituto Politécnico do Porto 35% (em 2015 foi de 6%).

Despesa por fonte de financiamento



■ (1) Orçamento do Estado (FF 311) ■ (2) Receita Própria ■ (3) Transferências (P.PORTO)

Figura 32 – Despesa paga por fonte de financiamento

A despesa paga, quando comparada com a despesa dos anos anteriores, verificara-se aumentou substancialmente. Esta situação decorre do aumento do orçamento dos SAS, do ano de 2015 para 2016 o orçamento duplicou. Este aumento fundamenta-se na necessidade, em função do Plano de Atividades apresentado, de realizar melhorias em várias dimensões da Ação Social.

Em 2016 existiu uma diminuição das despesas com Pessoal, de 37% para 15% (cerca de 33 mil euros), e um aumento considerável nas despesas de Capital, de 9% para 31% (cerca de 600 mil euros).

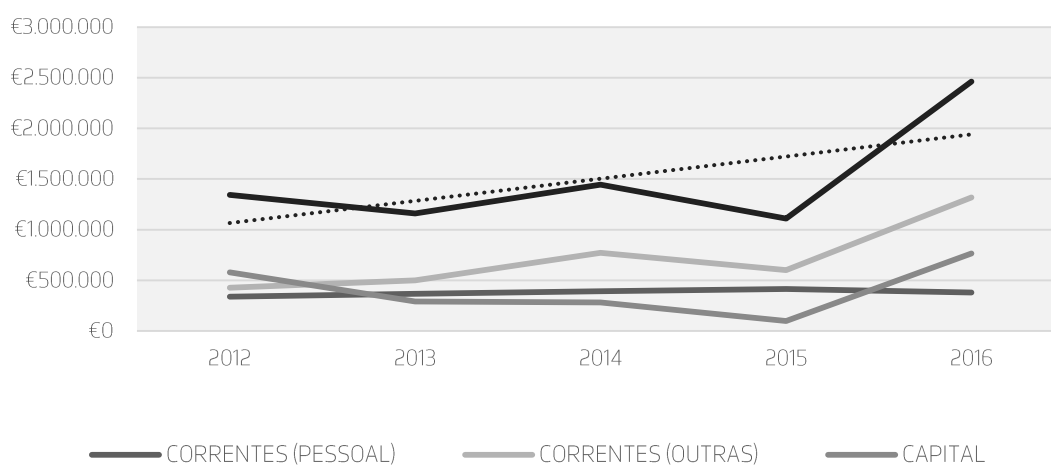


Figura 33 – Evolução da despesa paga

Com uma tendência global crescente, em 2016, o aumento da despesa está relacionado com os investimentos com a implementação do Plano de Investimentos em Infraestruturas de Valorização Social com impacto ao nível da qualidade, do ambiente, da segurança, do conforto e da aproximação aos estudantes.

	2011	2012	2013	2014	2015	2016
CORRENTES (PESSOAL)	428.543 €	337.497 €	367.580 €	391.601 €	413.371 €	379.944 €
CORRENTES (OUTRAS)	672.298 €	427.741 €	499.057 €	771.813 €	600.541 €	1.317.465 €
CAPITAL	255.286 €	577.158 €	291.994 €	279.512 €	96.676 €	763.625 €
TOTAL	1.356.127 €	1.342.396 €	1.158.631 €	1.442.926 €	1.110.588 €	2.461.034 €

Figura 34 – Evolução da tipologia da despesa paga

Importa realçar na despesa corrente de 2016, o acolhimento de estagiários ao abrigo do Programa de Estágios Profissionais na Administração Central do Estado (PEPAC), instituído pelo Decreto-Lei n.º 18/2010, de 19 de Março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 214/2012, de 28 de Setembro e pelo Decreto-Lei n.º 134/2014, de 8 de setembro, e regulamentado pela Portaria n.º 175/2015, de 12 de junho. O programa tem por objetivo contribuir para uma melhor inserção dos jovens na vida ativa, proporcionando-lhes uma experiência profissional e formativa em contexto real de trabalho, adequada a valorizar as suas qualificações.

A despesa com o pessoal, apesar da reversão da redução remuneratório que se assistiu em 2016, manteve-se constante dada a redução do número de efetivos ao serviço.

Numa análise comparativa com o ano 2015 podemos observar um acréscimo do valor das despesas pagas através do Orçamento de Estado, bem como através das Receitas Próprias. Contudo há que considerar um reforço especial do orçamento dos SAS, realizado pelo P.Porto, no montante de aproximadamente 1.250 mil euros, para a implementação do Plano de Investimentos em Infraestruturas e Valorização Social.

Pagamentos	2016		2015		Variação
	Valor	%	Valor	%	Absoluta
(1) Orçamento de Estado	854 955 €	35%	793 560 €	71%	61 396 €
(2) Receitas Próprias	284 781 €	11%	248 040 €	22%	36 741 €
(3) Transferências do P.PORTO	1 321 298 €	54%	68 989 €	6%	1 252 309 €
(4) Total de pagamentos (1+2+3)	2 461 034 €	100%	1 110 588 €	100%	1 350 446 €

Figura 35 – Comparação de Despesa paga 2015-2014

O total da despesa paga, em 2016, foi de 2.461.034 euros, distribuída da seguinte forma: 35% Orçamento de Estado, 11% Receitas Próprias e 54% Transferências do P.PORTO.

Os SAS, por não disporem do número necessário de trabalhadores para assegurar todas as valências da ação social escolar, têm que recorrer à contratação pública de serviços externos, quer para apoiar na gestão da concessão das Unidades de Alimentação, quer para apoiar na Residência de Estudantes.

Na prossecução da sua atividade na área da alimentação, os SAS, através de um contrato de concessão, asseguram o fornecimento de refeições nas cantinas e nas cafetarias instaladas nas diferentes Escolas que compõem o P.PORTO. Aos SAS compete, nesta área de atividade, as atividades de gestão, de definição do conceito e modelo, de auditoria e controlo da segurança alimentar, as ações tendentes a melhorar o serviço prestado pelo concessionário e as ações de conservação e melhoria das condições físicas.

Na gestão das Residências de Estudantes, os SAS asseguram a manutenção dos imóveis, equipamentos e redes, a realização de obras de beneficiação, a gestão das candidaturas e colocações dos estudantes, a promoção da segurança, do conforto e do bem-estar dos residentes, a adoção de medidas de racionalização e eficiência energética, o cumprimento dos regulamentos aprovados, a realização de pequenas formações e workshops temáticos, bem como a organização de convívios anuais de acolhimento e despedida dos residentes.

São, no essencial, estes os motivos que justificam os 30% da despesa com a aquisição de bens e serviços (esta última representa 27% do total da despesa executada).

Descrição	Orçamento corrigido	Despesa paga	Grau de execução
Despesas com pessoal	380 326 €	379 944 €	100%
Aquisição de bens e serviços	827 518 €	734 147 €	89%
Juros e outros encargos	40 €	26 €	64%
Transferências correntes	577 954 €	577 589 €	100%
Outras despesas correntes	8 863 €	5 703 €	64%
Aquisição de bens de capital	801 888 €	763 625 €	95%
Total	2 596 589 €	2 461 034 €	95%

Figura 36 - Despesas por classificação económica

Os investimentos realizados em 2016 representam 31,03% do total da despesa cujos fundamentos, objetivos e necessidades foram detalhados no capítulo das principais atividades desenvolvidas em 2016.

Os encargos com pessoal, representam apenas 15,44% do total de encargos. Uma realidade que resulta do facto dos SAS do P.PORTO serem os Serviços que, neste domínio de atuação, têm o menor rácio trabalhador/estudante, para cumprir a sua missão.

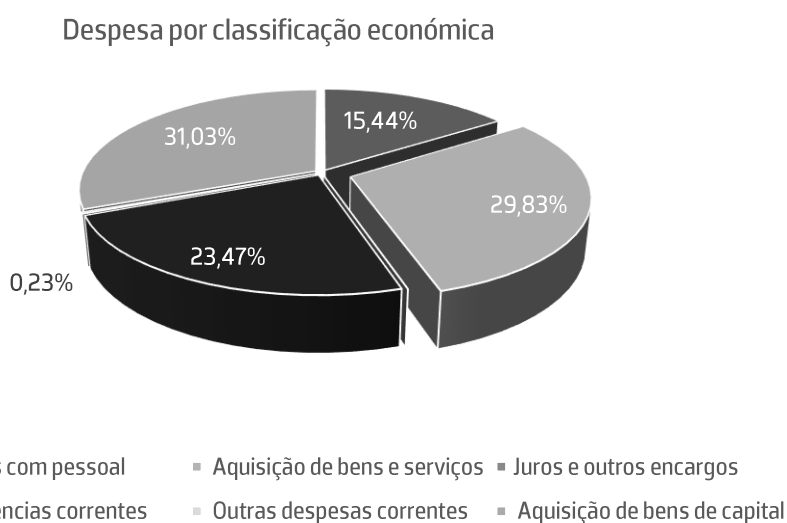


Figura 37 - Despesas por classificação económica

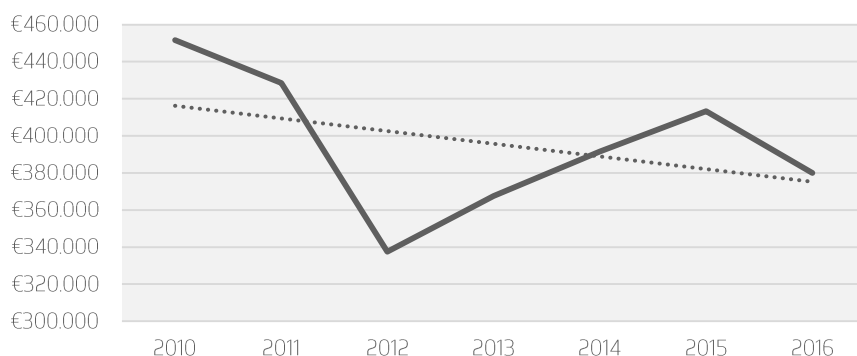


Figura38 – Evolução da Despesa com Pessoal

Receita e Despesa

Ao longo da execução do ano de 2016 existiu um equilíbrio entre a receita (recebimentos) e Despesa (pagamentos), decorrente de uma execução equilibrada.

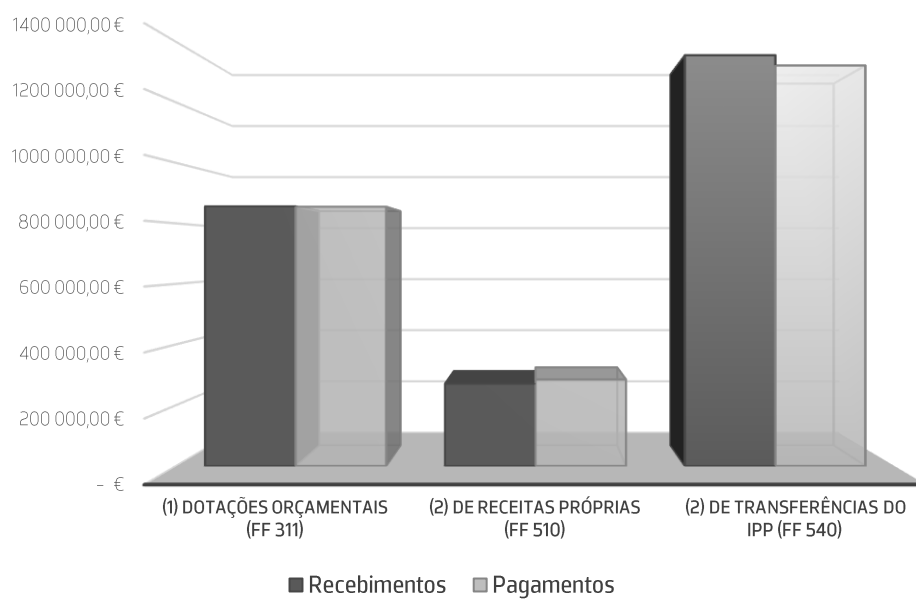


Figura39 – Receita vs Despesa em 2016

Saldo de Gerência

O orçamento dos SAS do P.PORTO é anual e enquadrado num quadro plurianual de atividades e investimentos previamente estabelecido.

Em estrito cumprimento com a regra do equilíbrio orçamental, o orçamento para 2015 dos SAS foi elaborado, aprovado e executado de modo a assegurar um saldo global positivo. Para efeitos do cômputo do saldo não foram consideradas as receitas provenientes do saldo da gerência anterior.

Nos termos previstos no art.º 4º da Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento do Estado para 2015, o modelo de **gestão de tesouraria** estabelecido pelos SAS do P.PORTO permitiu:

- a) Assegurar disponibilidades financeiras suficientes para liquidar todas as obrigações assumidas;
- b) Maximizar o retorno da tesouraria disponível;
- c) Gerir eficientemente os recursos financeiros;

No ano de 2016 existiu um aumento do saldo de gerência, em 21.284 euros, decorrente da não execução na totalidade de empreitadas de melhoria nas Residências de Estudantes que não foram passíveis de serem executadas, atendendo à condições climáticas no final do ano de 2016 e à morosidade para licenciar o projeto de remodelação da Residência Coelho Neto.

	Recebimentos	Pagamentos	Saldo
Orçamento de Estado	856 215,00 €	854 955,36 €	1 259,64 €
Receitas Próprias	271 077,84 €	284 780,63 €	-13 702,79 €
Transferências do P.PORTO	1 355 025,20 €	1 321 298,10 €	33 727,10 €
(4) Sub-total (1+2+3)	2 482 318,04 €	2 461 034,09 €	21 283,95 €
(5) Saldo de gerência inicial	---	---	3 080 457,32 €
(6) Saldo de gerência final (sem operações tesouraria)	---	---	3 101 741,27 €

Figura 40 – Comparação dos Recebimentos e Pagamentos na gerência

Indicadores**Taxa de cobertura das despesas pelas receitas**

total despesas / total receitas

99% (2015: 92%)

Taxa de receitas próprias sobre o total de receita

total de receitas próprias + transferências / total de receitas

66% (2015: 32%)

Taxa de financiamento do OE sobre o total de receitas (total de receitas do OE / total de receitas)

34% (2015: 68%)

Peso da despesa com pessoal no total da despesa

total despesas com pessoal / total de despesas

15% (2015: 37%)

Peso da despesa de investimento no total da despesa

total despesas de investimento / total de despesas

31% (2015: 9%)

Peso das despesas correntes (sem pessoal) no total da despesa

total despesas correntes / total de despesas

54% (2015: 54%)

Prazo médio de pagamentos

12 dias (2015: 6 dias)

Prazo médio de recebimentos

44 dias (2015: 44 dias)

8.4 Análise Patrimonial

Da análise ao Balanço dos SAS do P.PORTO importa realçar um ativo líquido de 10.605 mil euros, apresentando um rácio de autofinanciamento de 79,35% (fundos próprios).

O total do passivo ascende a 2.137 mil euros, dos quais 2.068 mil euros correspondem a acréscimos e diferimentos.

Ativo Líquido

Em 2016, o ativo líquido, no valor total de 10.605 mil euros, espelha, relativamente a 2015, um acréscimo de 375 mil euros, o que representa um aumento de 3,7% do total do ativo, justificado, essencialmente, pelos reforços e regularizações do ativo imobilizado influenciado por movimentos de correção da conta 4226 Residências que foram regularizados e transferidos da conta de bens próprios para bens de entidades ou subentidades do grupo afetos à atividade operacional.

O ativo fixo corpóreo, que corresponde aos imobilizados tangíveis, móveis ou imóveis, que os SAS do P.PORTO utilizam no âmbito da sua atividade operacional representam 70% do ativo líquido total. As imobilizações corpóreas com maior expressividade no balanço são os terrenos, edifícios e o equipamento básico.

O saldo final dívidas a terceiros inclui uma provisão para cobrança duvidosa, no valor de 91 mil euros, resultante de uma sentença proferida pelo acórdão da 4ª Vara Criminal do Porto, com processo executivo mas cujas diligências efetuadas apontam para o risco de incobrabilidade da dívida.

As disponibilidades representam 30% do ativo líquido e correspondem a depósitos na Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E e a depósitos em instituições financeiras.

Ativo líquido	2016		2015		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Absoluta	%
Imobilizações corpóreas	7.403.234,47 €	69,81%	5.717.901,81 €	55,89%	1.685.332,66 €	29,47%
Dívidas de terceiros	44.660,06 €	0,42%	1.387.937,86 €	13,57%	-1.343.277,80 €	-96,78%
Títulos negociáveis	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	100,00%
Depósitos em instituições financeiras e caixa	3.154.111,93 €	29,74%	3.118.531,32 €	30,48%	35.580,61 €	1,14%
Acréscimos e diferimentos	2.929,32 €	0,03%	6.017,25 €	0,06%	-3.087,93 €	-51,32%
Total	10.230.388,24 €	100,00%	10.230.388,24 €	100,00%	374.547,54 €	3,66%

Figura 41 – Caracterização do Ativo Líquido

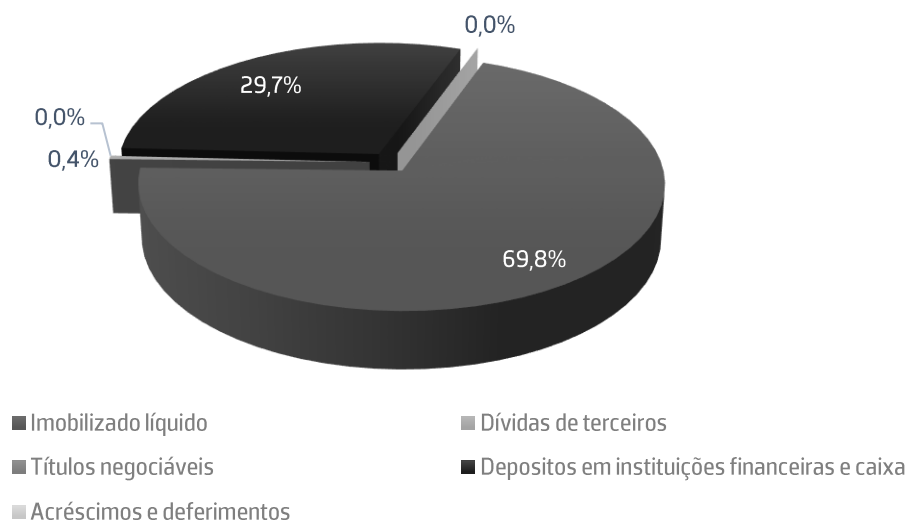


Figura42 – Caracterização do Ativo Líquido

Fundos Próprios e Passivo

Comparativamente com o ano de 2015, nos fundos próprios verifica-se uma variação positiva de 13% justificada pelo aumento das reservas decorrentes de transferência de activos e pelos resultados líquidos positivos do exercício.

O total do passivo dos SAS do P.PORTO decresceu face a 2015, justificado pela redução dos proveitos diferidos relacionado com as transferências do Instituto Politécnico do Porto.

Fundos próprios e passivo	2016		2015		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Absoluta	%
Fundos próprios	8 415 480€	79,4%	7 420 933 €	72,5%	994 547 €	13,4%
Património	5 070 122 €	47,8%	5 070 122 €	49,6%	- €	0,0%
Reservas decorrentes da transferência de activos	826 761€	7,8%	21422 €	0,2%	805 339 €	3759,3%
Resultados transitados	2 518 597 €	23,7%	2 329 389 €	22,8%	189 209 €	8,1%
Passivo	2 189 45€	20,6%	2 809 455 €	27,5%	- 620 000 €	-22,1%
Provisões	- €	0,0%	- €	0,0%	- €	
Dívidas a terceiros - curto prazo	52 660 €	0,5%	51298 €	0,5%	1362 €	2,7%
Acréscimos e diferimentos	2 136 795 €	20,1%	2 758 157 €	26,0%	- 621362 €	-22,5%
Total	10 604 936 €	100,0%	10 230 388 €	100,0%	374 548 €	3,7%

Figura 43 – Caracterização dos Fundos Próprios e Passivo

De realçar que o valor dos proveitos diferidos, num total de 2068 mil euros compreende subsídios ao investimento, provenientes de transferências de capital, financiados pelo orçamento geral do estado ou comunitário acumulados. Os movimentos em 2016 espelham o reconhecimento dos proveitos provenientes de transferências entre organismos e pelo reconhecimento dos proveitos extraordinários na exata proporção com que os bens de investimento foram são amortizados.

As dívidas a terceiros espelhadas no passivo em outros credores espelham os depósitos de cauções entregues pelos estudantes no momento da celebração dos contratos de alojamento e as cauções entregues no âmbito dos contratos celebrados ao abrigo da contratação pública.

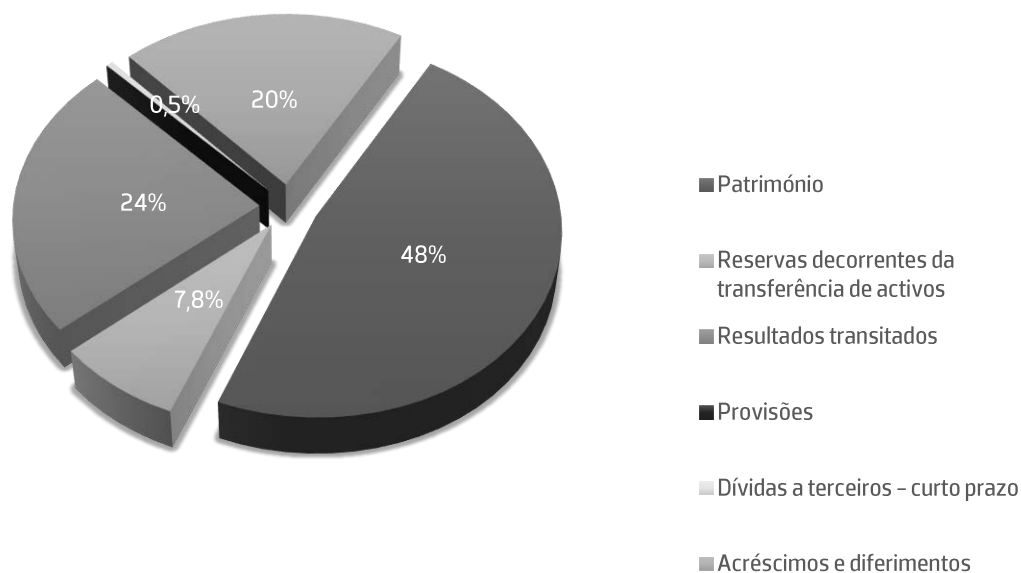


Figura 44 - Caracterização Relativa dos Fundos Próprios e Passivo

8.5 Análise Económica

Estrutura dos Proveitos e Ganhos

Pela análise da tabela abaixo, no ano de 2016 assistiu-se a um crescimento do total dos proveitos, de 82% aproximadamente, justificados com as transferências entre organismos (FF 540), ou seja, com a transferência proveniente do Instituto Politécnico do Porto para o Plano de Investimento em Infraestruturas de Valorização Social.

A realçar a estabilidade dos proveitos de alojamento, onde taxa média de ocupação manteve-se 100%.

Proveitos e ganhos	2016		2015		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Absoluta	%
Vendas e prestações de serviços	243 365 €	11,1%	243 930 €	20,2%	- 565 €	-0,2%
Outros proveitos e ganhos operacionais	1 861 006 €	84,9%	916 271 €	76,0%	944 735 €	103,1%
Proveitos operacionais	2 104 371 €	96,0%	1 160 201 €	96,2%	944 170 €	81,4%
Proveitos e ganhos financeiros	1 655 €	0,1%	4 120 €	0,3%	- 2 465 €	-59,8%
Proveitos correntes	2 106 027 €	96,1%	1 164 321 €	96,5%	941 706 €	80,9%
Proveitos e ganhos extraordinários	86 251 €	3,9%	41 679 €	3,5%	44 572 €	106,9%
Proveitos totais	2 192 278 €	100,0%	1 206 000 €	100,0%	986 278 €	81,8%

Figura 45- Evolução da estrutura de proveitos e ganhos

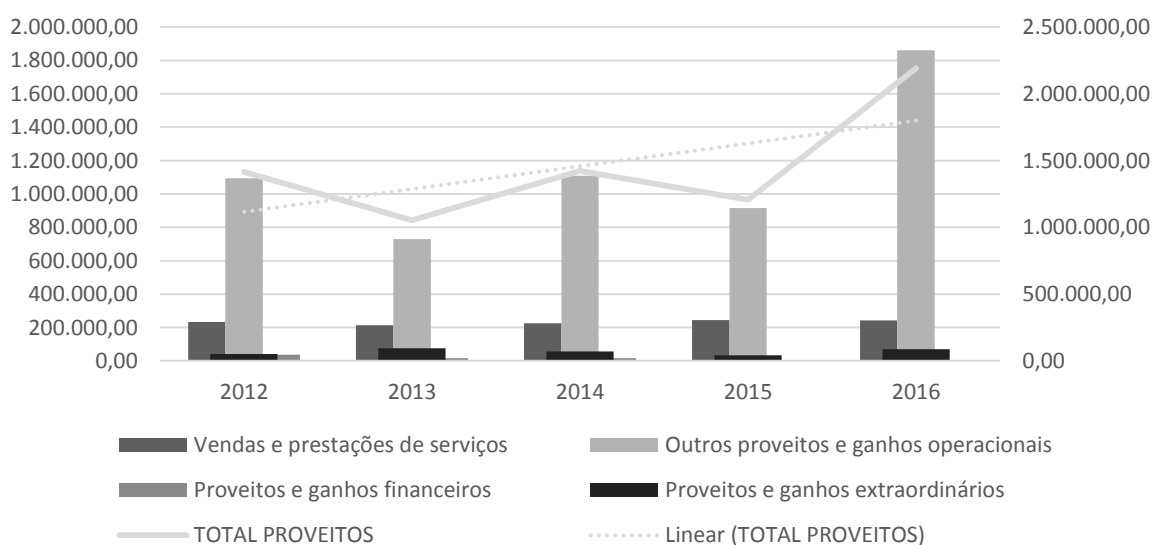


Figura 46 - Evolução da estrutura de proveitos e ganhos

Estrutura dos Custos e Perdas

Em 2016, os custos operacionais representaram 99% do total dos custos das atividades dos SAS do P.PORTO.

Encontrando maior expressividade os custos com Fornecimentos e Serviços Externos, que representam 36% do total dos custos, na sua maioria imputados às unidades de alojamento para os quais concorrem os contratos de segurança, higiene e limpeza, energia, manutenção e conservação e reparação.

Relativamente a 2015, os custos com pessoal sofreram uma redução de 9% devido à redução de dois efetivos. Os custos com pessoal refletem o efeito de reversão da redução remuneratória, ocorrida no seguimento da publicação da lei n.º 75/2014, de 12/09.

Quanto às amortizações e provisões, verifica-se um acréscimo de 39%, decorrente dos investimentos realizados ao longo de 2016..

Custos e perdas	2016		2015		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Absoluta	%
Fornecimento e serviços externos	719 723 €	35,9%	560 511 €	45,2%	159 213 €	28,4%
Custos com pessoal	374 437 €	18,7%	410 904 €	33,1%	-36 467 €	-8,9%
Transferências correntes concedidas e prestações sociais	578 603 €	28,9%	6 915 €	0,6%	571 688 €	8267,3%
Amortizações e provisões do exercício	316 688 €	15,8%	228 191 €	18,4%	88 497 €	38,8%
Outros custos e perdas operacionais	399 €	0,0%	428 €	0,0%	-29 €	-6,9%
Custos operacionais	1 989 850 €	99,3%	1 206 949 €	97,3%	782 901 €	64,9%
Custos e perdas financeiras	354 €	0,0%	512 €	0,0%	-158 €	-30,9%
Custos correntes	1 990 204 €	99,4%	1 207 462 €	97,3%	782 743 €	64,8%
Custos e perdas extraordinários	12 865 €	0,6%	34 058 €	1,7%	-21 193 €	-62,2%
Custos totais	2 003 069 €	100,0%	1 241 519 €	99,0%	761 550 €	61,3%

Figura 47 – Evolução da estrutura de custos e perdas

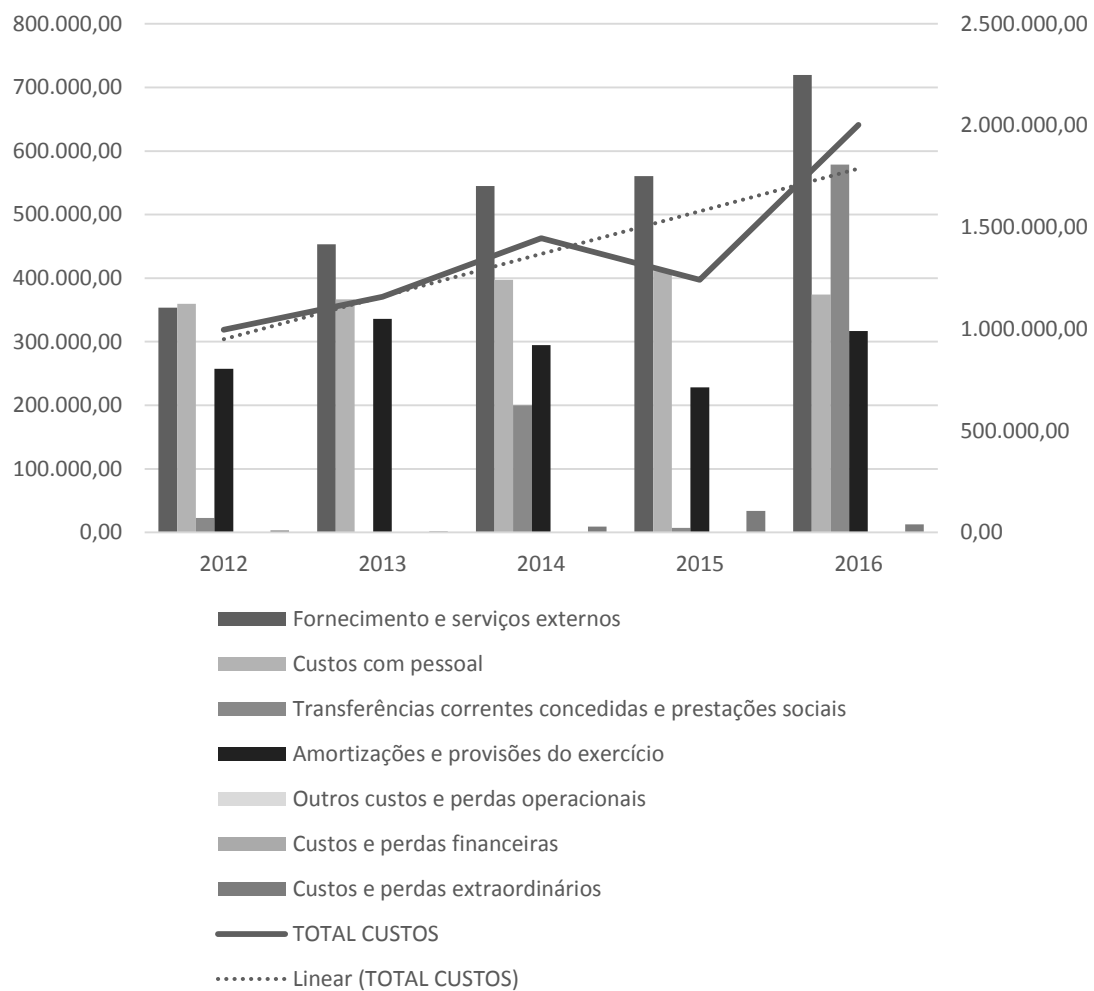


Figura 48 - Evolução da estrutura de custos e perdas

8.6 Resultados do Exercício

Os SAS do P.PORTO apresentam a 31 de dezembro de 2016, um resultado líquido do exercício positivo de 189mil euros, com uma variação positiva face ao resultado obtido no ano anterior.

Resultados	2016	2015	2014
Resultados operacionais	114 521 €	-46 748 €	103 747 €
Resultados financeiros	1 301 €	3 608 €	16 633 €
Resultados Correntes	115 822 €	-43 141 €	87 113 €
Resultado líquido do exercício	189 209 €	-35 519 €	24 876 €

Figura 49 – Evolução dos resultados

A variação nos resultados é justificada pelo crescimento dos proveitos operacionais com as transferências do Instituto Politécnico do Porto e pela redução dos proveitos das aplicações financeiras.

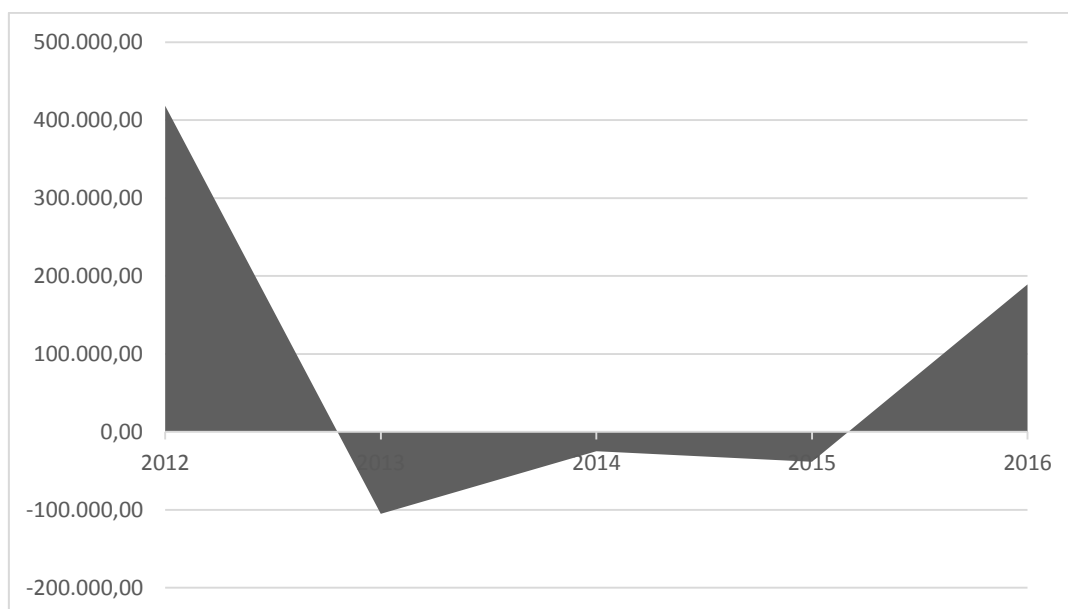


Figura 50 – Evolução dos resultados líquidos

9.

***Fa
ct
os
e
Nú
me
ro
s***

APOIOS SOCIAIS DIRETOS	2016	2015
Candidatos	6.999	6.554
Bolseiros	5.201	4.833
Encargos com bolsas de estudo e auxílios (previsão até final do ano letivo)	9.332.133	8.382.113
APOIOS SOCIAIS INDIRETOS: ALIMENTAÇÃO		
Número de unidades alimentares (cantinas)	7	7
Número de refeições servidas	247.322	228.999
APOIOS SOCIAIS INDIRETOS: ALOJAMENTO		
Número de residências	6	6
Número de camas	317	304
Número de estudantes alojados	325	305
Taxa média de ocupação	100%	100%
RECURSOS FINANCEIROS		
Receita cobrada	2.482.318 €	1.201.695 €
Despesa executada	2.461.034 €	1.110.588 €
Despesa Capital	763.625 €	96.676 €
Despesa Investimento	31,03%	8,7%
PESSOAS		
Número de efetivos	18	20

10.

**B
al
an
ço**

RELATÓRIO E CONTAS

2016

Balanço

Código das contas POC Educação	Activo	2016			2015
		Unidade monetária: Euro			
		AB	AP	AL	
	Imobilizado:				
	Imobilizações incorpóreas:				
443	Imobilizações em curso de imobilizações incorpóreas	10 455,00		10 455,00	
		<u>10 455,00</u>	0,00	<u>10 455,00</u>	
	Imobilizações corpóreas:				
421	Terrenos e recursos naturais	738 220,89		738 220,89	738 220,89
422	Edifícios e outras construções	7 332 609,42	1 321 493,27	6 011 116,15	4 433 736,16
423	Equipamento básico	1 341 773,01	980 417,31	361 355,70	248 182,77
424	Equipamento de transporte	57 363,70	57 363,70	0,00	1 928,38
425	Ferramentas e utensílios	273,04	273,04	0,00	0,00
426	Equipamento administrativo	305 840,17	291 172,20	14 667,97	23 773,15
429	Outras imobilizações corpóreas	433 358,53	260 089,67	173 268,86	186 828,06
442	Imobilizações em curso de imobilizações corpóreas	94 149,90		94 149,90	85 232,40
		<u>10 303 588,66</u>	<u>2 910 809,19</u>	<u>7 392 779,47</u>	<u>5 717 901,81</u>
	Dividas de terceiros – Curto prazo				
211	Clientes, c/c	5 991,38		5 991,38	6 365,56
213	Utentes, c/c	29 409,95		29 409,95	22 718,35
24	Estado e outros entes públicos	0,00		0,00	0,00
26	Outros devedores	100 788,53	91 529,80	9 258,73	1 358 853,95
		<u>136 189,86</u>	<u>91 529,80</u>	<u>44 660,06</u>	<u>1 387 937,86</u>
	Títulos Negociáveis				
15	Títulos Negociáveis	0,00		0,00	0,00
18	Outras aplicações de Tesouraria	0,00		0,00	0,00
		<u>0,00</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
	Depósitos em instituições financeiras e caixa				
12	Depósitos em instituições financeiras	3 154 111,93		3 154 111,93	3 118 531,32
11	Caixa	0,00		0,00	0,00
		<u>3 154 111,93</u>		<u>3 154 111,93</u>	<u>3 118 531,32</u>
	Acréscimos e diferimentos				
271	Acréscimos de proventos	120,02		120,02	123,14
272	Custos diferidos	2 809,30		2 809,30	5 894,11
		<u>2 929,32</u>		<u>2 929,32</u>	<u>6 017,25</u>
	Total de amortizações		<u>2 910 809,19</u>		
	Total de provisões		<u>91 529,80</u>		
	Total do activo	<u>13 607 274,77</u>	<u>3 002 338,99</u>	<u>10 604 935,78</u>	<u>10 230 388,24</u>
	Fundos próprios e passivo				
	Fundos próprios				
51	Património			<u>5 070 122,13</u>	<u>5 070 122,13</u>
				<u>5 070 122,13</u>	<u>5 070 122,13</u>
577	Reservas decorrentes da transferência de activos			<u>826 760,99</u>	<u>21 422,39</u>
				<u>826 760,99</u>	<u>21 422,39</u>
59	Resultados transitados			2 329 388,61	2 364 907,60
88	Resultado líquido do exercício			189 208,74	-35 518,99
				<u>2 518 597,35</u>	<u>2 329 388,61</u>
	Passivo:				
29	Provisões			0,00	0,00
				<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
	Dividas a terceiros - Curto prazo				
221	Fornecedores c/c			289,41	
252	Credores pela execução do orçamento			0,00	0,00
2611	Fornecedores de imobilizado c/c			0,00	
24	Estado e outros entes públicos			0,00	13 224,18
26	Outros credores			52 370,66	38 074,00
				<u>52 660,07</u>	<u>51 298,18</u>
	Acréscimos e diferimentos:				
273	Acréscimos de custos			69 202,09	65 719,47
274	Proventos diferidos			2 067 593,15	2 692 437,46
				<u>2 136 795,24</u>	<u>2 758 156,93</u>
	Total dos fundos próprios e passivo			<u>10 604 935,78</u>	<u>10 230 388,24</u>

11.

***De
mo
nst
raç
ão
de
Res
ulta
dos***

Demonstração dos Resultados por Natureza

		Unidade Monetária: Euro			
Código das contas POC Educação	Custos e perdas	2016		2015	
62	Fornecimentos e serviços externos	719 723,41		560 510,81	
	Custos com o pessoal:				
641+642	Remunerações	306 138,63		335 116,82	
643 a 648	Encargos sociais	68 297,99		75 337,02	
649	Outros	0,00		450,00	
63	Transferências correntes concedidas e prestações sociais	<u>578 603,10</u>	1 672 763,13	<u>6 915,02</u>	978 329,67
66	Amortizações do exercício	316 688,08		228 191,30	
67	Provisões do exercício		316 688,08		228 191,30
65	Outros custos e perdas operacionais		398,99		428,40
	(A)		1 989 850,20		1 206 949,37
68	Custos e perdas financeiras		354,13		512,20
	(C)		1 990 204,33		1 207 461,57
69	Custos e perdas extraordinárias		12 864,97		34 057,77
	(E)		2 003 069,30		1 241 519,34
88	Resultado líquido do exercício	<u>189 208,74</u>	<u>189 208,74</u>	<u>-35 518,99</u>	<u>-35 518,99</u>
			2 192 278,04		1 206 000,35
Código das contas POC Educação	Proveitos e ganhos	2016		2015	
71	Vendas e prestações de serviços:				
711	Vendas	0,00		0,00	
712	Prestações de serviços	<u>243 365,22</u>	243 365,22	<u>243 930,05</u>	243 930,05
72	Impostos e taxas	10,00		2 360,73	
	Variação da produção				
75	Trabalhos para a própria entidade				
73	Proveitos suplementares	821,89		828,26	
74	Transferências e subsídios correntes obtidos:				
741	Transferências - Tesouro				
742 e 743	Outras	1 860 174,20		913 082,00	
76	Outros proveitos e ganhos operacionais		1 861 006,09		916 270,99
	(B)		2 104 371,31		1 160 201,04
78	Proveitos e ganhos financeiros	1 655,38	1 655,38	4 119,89	4 119,89
	(D)		2 106 026,69		1 164 320,93
79	Proveitos e ganhos extraordinários	86 251,35	86 251,35	41 679,42	41 679,42
	(F)		2 192 278,04		1 206 000,35
	Resumo		2016		2015
	Resultados operacionais: (B)-(A)=		114 521,11		-46 748,33
	Resultados financeiros: (D)-(C)=		1 301,25		3 607,69
	Resultados correntes: (D)-(C)=		115 822,36		-43 140,64
	Resultado líquido do exercício: (F)-(E)=		189 208,74		-35 518,99

12.

***Dem
onst
raçã
o de
Flux
os
de
caix
a***

Unidade Monetária: Euro

Código			Recebimentos			
Capítulo	Grupo	Artigo				
			Saldo da gerência anterior			
			Execução orçamental - Fundos Próprios			
				210.192,31	210.192,31	
			De dotações orçamentais - FF 313			
			De receitas próprias			
				2.870.265,01	2.870.265,01	3.080.457,32
			Na posse do serviço FF 520			
			Na posse do Tesouro			
			De receita do Estado- Fundos alheios			
			De operações de tesouraria- Fundos alheios			
			Descontos em vencimentos e salários- Retenção no tesouro:			
			Receita do estado			
			<i>I - Total do Saldo de Gerência na posse do serviço</i>			
			Receitas de fundos próprios			
			Dotações orçamentais - FF 311			
			Correntes			
				505.149,00		
			Capital			
				351.066,00	856.215,00	856.215,00
			Financiamento no Subsector (out. organ. autónomos) - FF 540			
			Correntes			
				1.355.025,20		
			Capital			
					1.355.025,20	1.355.025,20
			Receitas próprias - FF 510			
			Correntes			
				233.243,32		
			Capital			
				37.634,52	271.077,84	271.077,84
			<i>II - Total das Receitas de Fundos Próprios</i>			
			<i>Total das Receitas do Exercício (I+II)</i>			
			<i>III - Total Recebido do Tesouro em c/ Receitas Próprias</i>			
			<i>IV - Total Recebimentos do exercício (I+II+III)</i>			
			Importâncias retidas para entrega ao Estado ou outras entidades- Fundos alheios			
			Receitas do Estado			
			Operações de tesouraria			
			<i>V - Total das Retenções de Fundos Alheios</i>			
			Descontos em vencimentos e salários:			
			Receitas do Estado € 65.523,68			
			Operações de tesouraria € 37.004,55			
			<i>Total Geral do Mapa de Fluxos de Caixa (IV+V)</i>			
			5.754.099,84			
Código			Pagamentos			
Capítulo	Grupo	Artigo				
			Despesas de fundos próprios			
			Despesas orçamentais - FF 311			
			Correntes			
				504.286,66		
			Capital			
				350.668,70	854.955,36	854.955,36
			<i>I - Total da Despesa por c/ OE</i>			
			Financiamento no Subsector (out. organ. autónomos) - FF 540			
			Correntes			
				908.341,74		
			Capital			
				412.956,36	1.321.298,10	1.321.298,10
			Despesas orçamentais com compensação em receita Própria e com ou sem transição de saldos - FF 510			
			Correntes			
				284.780,63		
			Capital			
				0,00	284.780,63	284.780,63
			<i>II- Total de Despesa por c/ Receitas Próprias</i>			
			<i>Total da Despesa do Exercício I+II</i>			
			<i>III - Total da entrega ao Tesouro em c/ Receitas Próprias</i>			
			<i>IV - Total de Pagamentos do exercício (I+II+III)</i>			
			Importâncias entregues ao Estado e outras entidades - Fundos Alheios:			
			Receita do Estado			
			Operações de tesouraria			
			<i>V - Total da Despesa de Fundos Alheios</i>			
			Saldo para a gerência seguinte			
			Execução orçamental - Fundos Próprios			
			De dotações orçamentais - FF 313			
				211.451,95	211.451,95	
			De receitas próprias - FF 520			
			Na posse do serviço			
				2.890.289,32	2.890.289,32	3.101.741,27
			Na posse do Tesouro			
			De receita do Estado - Fundos Alheios			
			De operações de tesouraria - Fundos Alheios			
			Descontos em vencimentos e salários - Retenção no Tesouro			
			Receita do Estado			
			<i>VI - Total do Saldo de Gerência na posse do Serviço</i>			
			Descontos em vencimentos e salários:			
			Retidos na fonte e considerados pagos:			
			Receitas do Estado € 65.523,68			
			Operações de tesouraria € 37.004,55			
			<i>Total Geral do Mapa de Fluxos de Caixa (IV+V+VI)</i>			
			5.754.099,84			

13.

***Cer
tific
açã
o
Leg
al
das
Con
tas***



Tel: +351 226 166 140
 Fax: +351 226 166 149
 www.bdo.pt

Rua S. João de Brito, 605 E, 3.2
 4100-453 Porto

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas dos Serviços de Acção Social do Instituto Politécnico do Porto (adiante também designado por Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 10 604 936 euros e um total de fundos próprios de 2 518 597 euros, incluindo um resultado líquido de 189 209 euros), a demonstração de resultados, o mapa de fluxos de caixa e os mapas de execução orçamental (que evidenciam um total de 2 461 034 euros de despesa paga e um total de 2 482 318 euros de receita cobrada), relativos ao ano findo naquela data, e as notas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira dos Serviços de Acção Social do Instituto Politécnico do Porto em 31 de dezembro de 2016, o seu desempenho financeiro, os fluxos de caixa e a execução orçamental relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade Pública para o Setor da Educação.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e a execução orçamental da Entidade de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade Pública para o Setor da Educação;
- (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- (v) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

BDO é Associação, SROC, Lda., Sociedade por quotas, Sede em: da República, 50 - 1.º, 1090-211 Lisboa, registada no Conservatório do Registo Comercial de Lisboa, NIPC 501 340 467, Capital: 100 000 euros. Sociedade de Revisores Oficiais de Contas inscrita na OROC sob o número 29 e na OPAVM sob o número 20161384.
 A BDO é Associação, SROC, Lda., sociedade por quotas registada em Portugal, é membro da BDO International Limited, sociedade regida limitada por garantia, e faz parte da rede internacional BDO de firmas independentes.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- (vi) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.



A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 8 de maio de 2017

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Paulo'.

Paulo Jorge de Sousa Ferreira, em representação de
BDO & Associados, SROC, Lda.



P.PORTO

**SERVIÇOS
DE ACÇÃO
SOCIAL**

foto

Andreia Oliveira
Estudante P.PORTO

1.º lugar ViaRupta.SAS